

XI ENCONTRO  
**CLIO-PSYCHÉ**  
2014

DISCURSOS E PRÁTICAS NA  
HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

ANAIS DO  
XI ENCONTRO  
CLIO-PSYCHÉ



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE EDUCAÇÃO E HUMANIDADES  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL

**CLIO-PSYCHÉ – PROGRAMA DE ESTUDOS E PESQUISAS  
EM HISTÓRIA DA PSICOLOGIA**

XI ENCONTRO  
**CLIO-PSYCHÉ**  
2014

DISCURSOS E PRÁTICAS NA  
HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

Rio de Janeiro  
2014

## UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**Reitor** | Ricardo Vieiralves de Castro

**Vice-Reitor** | Paulo Roberto Volpato Dias

**Sub-reitora de Graduação** | Lená Medeiros de Menezes

**Sub-reitora de Pós-graduação e Pesquisa** | Mônica da Costa Pereira Lavalle Heilbron

**Sub-reitora de Extensão e Cultura** | Regina Lúcia Monteiro Henriques

**Centro de Educação e Humanidades** | Diretor: Glauber Almeida de Lemos

### **Instituto de Psicologia**

Diretora | Rita Maria Manso de Barros

Vice-Diretora | Márcia Maria Peruzzi Elia da Mota

### **Programa de Pós-graduação em Psicologia Social**

Coordenadora | Ana Maria Jacó-Vilela

Coordenador Adjunto | Rafael Moura Coelho Pecly Wolter

### **Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia – Clio-Psyché**

Coordenadora | Ana Maria Jacó-Vilela

## CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

E56	<p>Encontro Clio-Psyché (11.: 2014: Rio de Janeiro, RJ). Anais do XI Encontro Clio-Psyché: discursos e práticas na história da psicologia / Clio-Psyché – Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia. - Rio de Janeiro, RJ: UERJ/Instituto de Psicologia, 2014.</p> <p>136p.</p> <p>ISSN: 1982-632X</p> <p>Encontro realizado nos dias 1 a 3 de outubro de 2014, com o tema: “Discursos e Práticas na História da Psicologia”.</p> <p>1. Psicologia - História – Congressos. 2. Psicologia discursiva – Congressos. 3. Psicologia – História – Cooperação internacional - Congressos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia. III. Título.</p>
Rc	CDU 159.9(091)(063)

# XI Encontro Clio-Psyché

## DISCURSOS E PRÁTICAS NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA

### PROMOÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Clio-Psyché – Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia

#### COMISSÃO ORGANIZADORA

Adriana Amaral do Espírito Santo  
Alexandre de Carvalho Castro  
Ana Maria Jacó-Vilela  
Anderson Araújo Souza  
Barbara Giarrante Carão  
Beatriz Lima Costa  
Bruno Barreto Santos  
Charles William Mello  
Cristiana Facchinetti  
Dayse de Marie Oliveira  
Filipe Degani-Carneiro  
Francisco Teixeira Portugal  
Igor Teo Rodrigues  
Isis Pereira Coutinho  
João Henrique Queiroz de Araújo  
Leandro Barreiros  
Lidiane de Oliveira Goes  
Luiz Eduardo Veras Lopes Pontes  
Maira Allucham Goulart Naves Trevisan  
Vasconcellos  
Marcela Franzen Rodrigues  
Maria Cláudia Novaes Messias  
Rodrigo Ferreira da Cruz Barbosa  
Thaís Lohanna Rocha Lins  
Wilk Farias Nobre

#### COMISSÃO CIENTÍFICA

Alexandre de Carvalho Castro  
Ana Maria Jacó-Vilela  
Annette Mülberger  
Cristiana Facchinetti  
Francisco Teixeira Portugal  
Hugo Klappenbach

#### MONITORES

Coordenação | Thaís Lohanna Rocha Lins

#### PARECERISTAS

Adriana Amaral do Espírito Santo  
Adriana Tavares Carrijo  
Aline Vieira Fridman  
Bruno Andrés Jaraba Barrios  
Candida Maria Bezerra Dantas  
Carolini Cássia Cunha  
Carolina Farias-Carracedo  
Cristina Lhullier  
Dayse de Marie Oliveira  
Denise Pereira de Alcântara Ferraz  
Fernando Andrés Polanco  
Filipe Degani-Carneiro  
Helena Beatriz Kochenborger Scarparo  
Hildeberto Vieira Martins  
Juliana Ferreira da Silva  
Julio Cesar Cruz Collares da Rocha  
Lidiane de Oliveira Goes  
Lurdes Perez Oberg  
Maira Allucham Goulart Naves Trevisan  
Vasconcellos  
Marcela Alves de Abreu  
Marcela Franzen Rodrigues  
Marcelo de Almeida Ferreri  
Maria Claudia Novaes Messias  
Maria Glaucia Pires Calzavara  
Maria Stella Brandão Goulart  
Mariana Alves Gonçalves  
Mariana de Araújo Fiore  
Òscar Montero Pich  
Pedro Felipe Neves de Muñoz  
Rafael Dias de Castro  
Renato Sampaio Lima  
Rita de Cássia Vieira  
Roberta Maria Federico  
Roberto Silva de Souza  
Rodrigo Lopes Miranda  
Ronald Clay dos Santos Ericeira  
Sérgio Domingues

#### APOIO:



Programa de Pós-graduação  
em Psicologia Social da UERJ



Programa de Pós-graduação  
em Psicologia da UFRJ



Programa de Pós-graduação  
em História das Ciências e  
da Saúde da Fiocruz

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO .....	5
PROGRAMAÇÃO.....	6
RESUMOS .....	16
A. CONFERÊNCIAS .....	16
B. MESAS.....	17
C. COMUNICAÇÕES ORAIS.....	31
ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES.....	135

## APRESENTAÇÃO

Sob o tema “Discursos e Práticas na História da Psicologia”, o XI Encontro Clio-Psyché é mais um evento que comprova o quanto está se consolidando, para além das fronteiras estritamente brasileiras, a interação entre pesquisas acerca da história da psicologia no cenário iberoamericano. Nesse sentido, vale lembrar, aos encontros Clio-Psyché frequentemente concorrem vários pesquisadores da América Latina e da Península Ibérica, uma vez que concomitantemente ocorre uma reunião — neste ano de 2014, a quinta — da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia.

Esse propósito de internacionalização do evento, aliás, proporciona uma rica reflexão em torno tanto das diferentes historiografias da psicologia, quanto em relação à dimensão histórico-institucional do “campo psi”, em sentido mais amplo. Dessa forma, há de se indicar que as discussões sobre “Políticas Discursivas na História da Psicologia” e “Cooperação Internacional em História da Psicologia” visam apontar novos caminhos de estreitamento de laços e intercâmbios.

De fato, composto por Conferências, Mesas Redondas, Depoimentos e Sessões Coordenadas, o evento pretende fomentar articulações e diálogos no campo da pesquisa. As sessões coordenadas, particularmente, foram organizadas em torno de eixos específicos e ensejarão debates sobre personagens históricos, instituições, e questões epistemológicas marcadas por, ou aspectos metodológicos, ou aproximações e distanciamentos entre a psicologia e demais campos do saber.

Uma novidade deste Encontro é a realização de duas reuniões, sob o tema "Pesquisando em História da Psicologia", envolvendo os estudantes de graduação e de pós-graduação que trabalham nesta temática. Esta é uma forma de facilitar a aproximação e criação de redes entre estudantes de diferentes estados brasileiros e diversos países latinos.

Do ponto de vista institucional, o evento marca as atividades coletivas do Programa de Estudos e Pesquisas em História da Psicologia — Clio-Psyché, vinculado ao Departamento de Psicologia Social e Institucional do Instituto de Psicologia da UERJ, em suas relações associativas com programas de pós-graduação da Fiocruz, UFRJ, e CEFET/RJ. O que significa dizer que foi planejado e organizado coletivamente, por um grupo de professores e alunos (de pós-graduação e graduação) que mantém vínculos próximos com o GT de História Social da Psicologia e com a “Seção Clio-Psyché” da Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia (periódico editado pelo Instituto de Psicologia da UERJ).

UERJ, outubro de 2014  
Comissão organizadora

**XI Encontro Clio-Psyché – Discursos e Práticas na História da Psicologia  
V Reunião da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia**

1 a 3 de outubro de 2014

LOCAL: Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).  
Rua São Francisco Xavier, 524 – 9º andar – Auditório 93 / bloco F – Pavilhão  
João Lyra Filho

**PROGRAMAÇÃO**

**Dia 01 de outubro de 2014 / Quarta-feira**

**9h – Credenciamento**

Local: Hall do 10º andar – bloco F

**V Reunião da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia**

**10h – Políticas discursivas na história da psicologia**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Ana Maria Talak (UNLP, Argentina)

Francisco Teixeira Portugal (UFRJ, Brasil)

Tomás Caycho Rodríguez (UIGV, Peru)

Coordenador: Alexandre de Carvalho Castro (CEFET, Brasil)

**12h30 – Almoço**

**14h – Cooperação internacional em história da psicologia**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Rubén Ardila (UNC, Colômbia)

Saulo de Freitas Araujo (UFJF, Brasil)

Hugo Klappenbach (UNSL, Argentina)

Coordenador: Márcio Luis Costa (UCDB, Brasil)

**16h – Abertura do XI Encontro Clio-Psyché**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Ricardo Vieiralves de Castro, Reitor da UERJ

José Novaes, Presidente do CRP-RJ

Rita Manso, Diretora do IP/UERJ

Rafael Wolter, Coord. Adjunto PPGPS/UERJ

Pedro Paulo Bicalho, Coordenador PPGP/UFRJ

Simone Kropf, Coordenadora PPGHCS/Fiocruz

Nara Maria Carla de Santana, Coord. PPRER/CEFET-RJ

Wladimir Ferreira, Chefe do DPSI/UERJ  
Ana Maria Jacó-Vilela, Coord. Programa Clio-Psyché

**16h30 – Mesa-redonda: Mira y López: 50 anos depois**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Annette Mülberger (UAB, Espanha)

Nádia Maria Dourado Rocha (FRB, Brasil)

Rosa Falcone (UBA, Argentina)

Helio Carpintero (UNED, Espanha)

Coordenador: Hildeberto Vieira Martins (UFF, Brasil)

**18h – Apresentação da Rede Iberoamericana de Pesquisadores em História da Psicologia**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Bruno Andrés Jaraba Barrios (UNC, Colômbia)

Fernando Polanco (UNSL, Argentina)

**18h30 – Depoimento: Gregório Baremlitt (Instituto Felix Guattari, Brasil)**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Entrevistadores: Igor Teo Rodrigues e Maira Allucham (UERJ, Brasil)

**Dia 02 de outubro de 2014 / Quinta-feira**

**9h - Sessões coordenadas:**

Sessão 1. História da psicologia, autor e obra

Coordenadores: Andrés Fernando Ramirez Velandia e Ronald Clay dos Santos Ericeira

Local: Sala 10093, bloco F

**Consideraciones críticas sobre la tradición empirista en la psicología de la consciencia de Wilhelm Wundt**

Andrés Fernando Ramirez Velandia (UNC)

**Revisitando Jean Piaget: a memória na ótica da epistemologia**

Ronald Clay dos Santos Ericeira (UFRRJ)

**A introspecção no pensamento de William James – uma análise das obras *Principles of Psychology* e *Psychology: Briefer Course***

Camila Soares Carbogim (UFJF); Rayssa Maluf de Souza (UFJF); Saulo de Freitas Araujo (UFJF)

**De ciência natural à ciência mental: uma análise da obra inicial de Edward Bradford Titchener**

Cintia Fernandes Marcellos (UFJF); Saulo de Freitas Araujo (UFJF)

**Vigotski e a apropriação da filosofia da linguagem humboldtiana: um estudo a partir de “Pensamento e linguagem”**

Arthur Venuto Lopes Viana (UFSJ); Carlos Henrique de Souza Gerken (UFSJ)



Sessão 2. Minorias e história da psicologia

Coordenadores: André Luís de Oliveira de Sant'Anna e Maria Cláudia Novaes Messias

Local: Sala 10100, bloco F

**Emergência histórica do asilamento indígena na ditadura – implicações psicológicas dos ajustes de comportamento**

André Luís de Oliveira de Sant'Anna (CEFET-RJ); Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ);

**A psicologia no atendimento ao aluno surdo com dificuldade de aprendizagem: história e interconexão com a educação**

Christiane Maria Costa Carneiro Penha (SME-RJ); Kátia Barbosa da Silva Perez (SME-RJ); Antonio Ricardo Penha (UERJ)

**As diferentes gerações na história do movimento negro brasileiro no pós-abolição e suas demandas**

Dayse de Marie Oliveira (UERJ); Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)

**“Febrônio à luz da psicanálise”: o discurso médico-legal e o debate racial brasileiro**

Hugo de Nilson Damasceno (UFF Rio das Ostras); Hildeberto Vieira Martins (UFF – Rio das Ostras)

**Estratégias de luta pela igualdade feminina: relações de gênero na história dos movimentos espírita e anarquista**

Maria Cláudia Novaes Messias (UERJ); Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)

Sessão 3. Divergências e refrações

Coordenadores: Gabriel Silveira Mendonça e Julio Cesar Cruz Collares da Rocha

Local: Sala 10104, bloco F

**Violência e seus efeitos psicossociais segundo Martin-Baró**

Karina Oliveira Martins (UFG); Fernando Lacerda Júnior (UFG)

**O ensino da psicologia comunitária no Brasil na década de 1970**

Julio Cesar Cruz Collares da Rocha (UFRJ); Francisco Teixeira Portugal (UFRJ)

**Estudos sobre habitação na Psicologia da Libertação: história e constituição**

Gabriel Silveira Mendonça (UFG); Fernando Lacerda Júnior (UFG)

**Semelhanças e diferenças entre os princípios e diretrizes da reforma psiquiátrica e os procedimentos viabilizados por Nise da Silveira**

Glaucia Rodrigues da Silva (UEM); Maria Lucia Boarini (UEM)

Sessão 4. Loucura, psiquiatria e psicologia

Coordenadores: Anna Beatriz de Sá Almeida e João Henrique Queiroz de Araújo

Local: Sala 10112, bloco F

**A histeria na obra inicial de Pierre Janet**

Juliana Gonçalves Blaser (UFJF); Saulo de Freitas Araujo (UFJF)

**Um perfil das “possíveis internas” do Pavilhão Remédios da Colônia Juliano Moreira, RJ, 1940-1973**

Anna Beatriz de Sá (Fiocruz); Ana Carolina de Azevedo Guedes (Fiocruz)

**Uma análise da compreensão dos conceitos de normalidade/patologia na**

**psicologia cubana entre 1984 e 1988**

Larissa Rodrigues Moreira (UFG); Fernando Lacerda Júnior (UFG)

**O sono da razão: uma análise histórica da relação entre arte e loucura**

João Henrique Queiroz de Araújo (UERJ)

**Canguilhem e a psicologia: ensaio sobre a psiquiatrização da vida na sociedade de disciplina e controle**

Murilo Galvão Amancio Cruz (UNESP Assis); Hélio Rebello Cardoso Júnior (UNESP Assis)

Sessão 5. A psicologia na primeira metade do século XX no Brasil

Coordenadores: Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa e Sérgio Ribeiro de Almeida Marcondes

Local: Sala 10122, bloco F

**Waclaw Radecki: algumas contribuições biográficas**

Luiz Eduardo Prado da Fonseca (UFRJ); Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa (PUC-Rio)

**“Um psicólogo no futebol” quarenta anos depois: legados de João Carvalhaes**  
Adriana Amaral do Espírito Santo (UERJ); Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)

**Juliano Moreira e a psicanálise carioca: novos instrumentos para a psiquiatria (1910-1930)**

Cristiana Facchinetti (Fiocruz); Rafael Castro (Fiocruz)

**Gastão Pereira da Silva: uma trajetória de divulgação da psicanálise**

Sérgio Ribeiro de Almeida Marcondes (Fiocruz)

**11h – Conferência: Réquiem para a psicologia cultural?**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Carl Ratner (Institute for Cultural Research and Education, EUA)

Tradução consecutiva: Fernando Lacerda Júnior (UFG, Brasil)

Coordenadora: Cristiana Facchinetti (Fiocruz, Brasil)

**12h – Almoço**

**13h30 – Mesa-redonda: Modos de pensar e fazer psicologia através da história**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Fernando Lacerda Júnior (UFG, Brasil)

María Andrea Piñeda (UNSL, Argentina)

Coordenadora: Nádia Maria Dourado Rocha (FRB, Brasil)

**15h30 – Café com autores**

**16h – Depoimento: Arrigo Angelini (USP, Brasil)**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Entrevistadores: Dayse de Marie Oliveira (UERJ, Brasil) e Julio Cesar Cruz Collares da Rocha (UFRJ, Brasil)

**17h – Sessões coordenadas:**

Sessão 6. Circulação da psicologia

Coordenadores: Marcelo Henrique Nogueira Diana e Hildeberto Vieira Martins

Local: Sala 10092, bloco F

**Nem laboratório, nem divã: Arthur Ramos e as relações entre antropologia e psicanálise nos anos 1920 e 1930**

Marcelo Henrique Nogueira Diana (UFRRJ)

**Contribuições para a história da avaliação psicológica brasileira: o caso do Teste Limiar 72 de Helena Antipoff**

Érica Arruda Peluzio (FACISA); Sérgio Domingues (FACISA)

**La recepción del conductismo en el pensamiento psicosocial de Eliezer Schneider**

Fernando Polanco (UNSL)

**Sobre a hierarquização das “práticas de curar” na obra de Arthur Ramos.**

Nathalia Tomines Ferreira Nascimento (UFF Rio das Ostras); Hildeberto Vieira Martins (UFF Rio das Ostras)

**Aspectos fundamentales de la psicología de Walter Blumenfeld**

Tomás Caycho Rodríguez (UIGV)

Sessão 7. A psicologia e o Estado

Coordenadores: Leandro Barreiros e Carolini Cassia Cunha

Local: Sala 10100, bloco F

**A atuação e importância do psicólogo nas políticas públicas de violência doméstica**

Lelio Fernando Martins; Adjane da Silva Batista; Andressa Maciel Correa; Ilze José Rocha (FAMATH)

**A criminalização de condutas no Estado Novo**

Leandro Barreiros (UERJ)

**A loucura e o crime ontem e hoje**

Carolini Cassia Cunha (UFRJ)

**O encontro entre a legislação infanto-juvenil e a psicologia**

Priscila Regina Oliveira Regassi (UEM); Maria Lucia Boarini (UEM)

**“Prometo dizer a verdade”: A Psicologia do Testemunho na História da Criminologia Brasileira**

Juliana Ferreira da Silva (UFRJ)

**Encuentros entre la historia de la psicología y la psicología jurídica en materia de infancia: provincia de Mendoza (Argentina), desde 1930 hasta nuestros días**

Carolina Farias-Carracedo (UNSL); Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos (UERJ)

Sessão 8. Filosofia da psicologia

Coordenadores: Tais de Lacerda Gonçalves Massiére e Hernani Pereira dos Santos

Local: Sala 10122, bloco F

**O diálogo entre filosofia e psicologia: contribuições de Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur para a psicologia fenomenológica**

Tais de Lacerda Gonçalves Massiére (UERJ)

**Desdobramentos da descrição fenomenológica: entre a fenomenologia husserliana e a Psicologia da Forma**

Hernani Pereira dos Santos (UNESP Assis)

**A construção da psicologia analítica de C. G. Jung a partir do livro “Símbolos da transformação”**

Fábio Medeiros Massière (UFSJ)

**Intencionalidade em Brentano e Husserl**

Flávio Vieira Curvello (UFRJ)

**A consciência e o problema da relação entre psicologia e filosofia na obra de William James**

Aldier Félix Honorato (UFJF); Pablo Vinícius Martins Pacheco (UFJF); Saulo de Freitas Araujo (UFJF)

**20h – Jantar por adesão**

**Dia 03 de outubro de 2014 / Sexta-feira**

**9h – Sessões coordenadas:**

Sessão 9. A formação e os cursos de psicologia

Coordenadoras: María Eugenia González e Cristianne Almeida Carvalho

Local: Sala 10093, bloco F

**El psicoanálisis en las carreras de psicología de Argentina: una aproximación bibliométrica a planes de estudio y cursos introductorios**

María Eugenia González (UNC)

**Por que fazer e o que fazer com a psicologia: uma análise sobre as perspectivas de alunos ingressantes e ingressantes e concluintes da formação em psicologia no Maranhão**

Cristianne Almeida Carvalho (UFMA); Márcia Antonia Piedade Araújo (UFMA)

**Políticas de pós-graduação no Brasil em cena: marcas na história da psicologia**

Karen Nunes Montes D’Oca (PUCRS); Eliane Cadoná (PUCRS); Luciana Oliveira de Jesus (PUCRS); Helena Scarparo (PUCRS)

**O Instituto de Psicologia e Pedagogia da Faculdade Dom Bosco de São João del-Rei: uma sistematização de seus serviços entre as décadas de 1950 e 1970**

Danielle Abrantes Campos Lima (UFSJ); Rodolfo Luís Leite Batista (UFSJ); Carlos Henrique de Souza Gerken (UFSJ)

**La restricción de lo público: psicotecnia y limitacionismo en la educación superior colombiana, 1939-1950**

Bruno Andrés Jaraba Barrios (UNC)

Sessão 10. Educação, trabalho e saúde  
Coordenador: Alexandre de Carvalho Castro  
Local: sala 10100, bloco F

**Proveniências históricas da ergologia na psicologia do trabalho no Brasil**

Luís Henrique da Costa Leão (UFMT); Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ)

**História da psicologia na educação e o fazer do/a psicólogo/a na atualidade**

Edinara Michelon Bisognin (URI); Eliane Cadoná (PUCRS)

**Transmissão da psicanálise na educação**

Maria Gláucia Pires Calzavara (UFSJ); Luiz Diego Sacramento do Carmo (UFSJ)

**O voluntariado brasileiro em Trieste: a psicologia na desinstitucionalização italiana**

Maria Stella Brandão Goulart (UFMG); Henrique Galhano Balieiro (UFMG); Dayanna Salomão (UFMG); Carla Luiza Oliveira (UFMG); Ernesto Venturini (UFMG); Adelaide Lucimar Fonseca Chaves (UFMG); Renato Materelli (UFMG)

**O movimento de emergência da psicologia em meio às práticas pedagógicas na Primeira República do Brasil (1889-1930)**

Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa (PUC-Rio); Maycon Correa Pinto (UFRJ); Pedro Menezes Moraes (UFRJ); Rafael Ostrovski (UFRJ); Victor Cumplido (UFRJ)

Sessão 11. Experimentação e formação em psicologia  
Coordenadores: Rodolfo Luís Leite Batista e Patricia Scherman  
Local: Sala 10104, bloco F

**Os salesianos e o Laboratório de Psicologia (Experimental) da Faculdade Dom Bosco na imprensa de São João del-Rei na década de 1950**

Rodolfo Luís Leite Batista (UFSJ); Marília Novais da Mata Machado (UFSJ); Carlos Henrique de Souza Gerken (UFSJ)

**A psicologia experimental na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal (1907-1933)**

Ede Conceição Bispo Cerqueira (Fiocruz)

**Colegios invisibles en la primera década del *Journal of the Experimental Analysis of Behavior* (1958-1967)**

Fernando Polanco (UNSL)

**Los estudios experimentales de la percepción en Argentina a mediados del siglo XX**

María Andrea Piñeda (UNSL); Patricia Scherman (UNC)

**O psicólogo através do espelho social: um estudo de como o psicólogo é visto pelos acadêmicos da UFMA**

Carlos Cássio C. Silva (UFMA); Nayla Viana da Silva (UFMA); Rodrigo de Oliveira Dantas (UFMA)

Sessão 12. Gênero na história da psicologia  
Coordenadoras: Bárbara Albuquerque Pereira e Maria Cláudia Novaes Messias  
Local: sala 10112, bloco F

**Romances com (re)produtores de feminilidades**

Bárbara Albuquerque Pereira (UERJ)

**Perspectivas de género en la historia de la psicología: notas basadas en el análisis semiológico de anuncios publicitarios en revistas argentinas de la década del 30**

Rosa Falcone (UBA)

**Deconstrucción del concepto de identidad de género: debates sobre las teorías del sujeto y *differánce***

Joan Sebastian Soto Triana (UNC)

**Os discursos espírita e anarquista acerca da mulher: relações de género na *belle époque carioca***

Maria Cláudia Novaes Messias (UERJ); Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)

**Os evangélicos e a psicologia no Brasil – a polêmica em torno do tratamento de homossexuais**

Filipe Degani-Carneiro (UERJ)

Sessão 13. Enredando a psicologia e a filosofia

Coordenadores: Thiago Constâncio Ribeiro Pereira e Veronica Torres Gurgel

Local: Sala 10122, bloco F

**O lugar da psicologia racional da metafísica alemã (1720) no pensamento de Christian Wolff**

Thiago Constâncio Ribeiro Pereira (UFJF); Saulo de Freitas Araujo (UFJF)

**Ressonâncias entre a abordagem da enação e a psicologia clínica**

Veronica Torres Gurgel (UFRJ)

**A adaptação vista pela psicologia analítica: um diálogo possível entre Darwin e Jung**

Victor de Freitas Henriques (UFSJ)

**Os pioneiros dos estudos psicológicos da memória**

Ronald Clay dos Santos Ericeira (UFRRJ)

**A influência de William James sobre a obra de C. G. Jung**

Pedro Henrique Costa de Resende (UFSJ); Walter Melo Junior (UFSJ)

**11h – Pesquisando em História da psicologia:**

- Reunião de estudantes de pós-graduação (sala 10122, bloco F)  
Coordenadores: Filipe Degani-Carneiro (UERJ, Brasil) e Joan Soto (UNC, Colômbia)
- Reunião de estudantes de graduação (sala 10112, bloco F)  
Coordenadores: Evelyn Esmirt (UCSA, Paraguai) e Priscila Regassi (UEM, Brasil)

**12h – Almoço**

**13h30 – Mesa-redonda: Encontros e desencontros entre a psicologia e outros saberes ao longo da história**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Maria Lúcia Boarini (UEM, Brasil)

Juan Alberto Litmanovich (UAEM, México)

Coordenadora: Lucia Rossi (UBA, Argentina)

**15h30 – Pausa para o café**

**16h – Sessões coordenadas:**

Sessão 14. Problematizando a história da psicologia  
Coordenadores: Miguel Gallegos e Sandro Rodrigues Gontijo  
Local: Sala 10093, bloco F

**El estudio del pasado: aportes para pensar la historia de la psicología**

Miguel Gallegos (UFMG)

**Sermões do padre Antônio Vieira como fontes de pesquisa em história dos saberes psicológicos**

Sandro Rodrigues Gontijo (USP Ribeirão Preto); Marina Massimi (USP Ribeirão Preto)

**Interpretación, tradición y canon: para una reconstrucción crítica de la historiografía psicológica**

Bruno Andrés Jaraba Barrios (UNC)

**Arqueologia e genealogia do conceito de silêncio na história da psicanálise: Freud, Ferenczi, Abraham e Winnicott**

Sergio Gomes da Silva (UFRJ / CPRJ)

**Foucault e o cristianismo: provocações à questão da secularização na história dos saberes “psi”**

Filipe Degani-Carneiro (UERJ); Pedro Fornaciari Grabois (UERJ)

Sessão 15. Construindo a história da psicologia por meio de revistas e da mídia impressa

Coordenadores: Fábila Mônica e Eliane Cadoná

Local: Sala 10100, bloco F

**Mídia impressa no cenário de publicação da Lei Orgânica de Saúde: a história do tempo presente sob o olhar da psicologia**

Eliane Cadoná (PUCRS); Karen Nunes Montes D’Oca (PUCRS); Luciana Oliveira de Jesus (PUCRS); Helena Scarparo (PUCRS); Marlene Neves Strey (PUCRS)

**A presença do marxismo na psicologia cubana: um estudo a partir de publicações da Revista Cubana de Psicología**

Gervásio de Araújo Marques da Silva (UFG); Fernando Lacerda Júnior (UFG)

**“Cesse a voz dos preconceitos!”: o jornal A Voz da Raça e a questão racial no Brasil**

Hildeberto Vieira Martins (UFF Rio das Ostras); Mariana Ribeiro Starling Diniz Freitas (UFF Rio das Ostras); Murilo Silva Lanes Luz (UFF Rio das Ostras)

**Análise histórica da produção de conhecimento em psicologia no Brasil: cenários, temáticas e encaminhamentos da Revista “Psicologia: ciência e profissão”**

Pedro Henrique de Castro Apolinário (UFF Rio das Ostras); Fabia Monica Souza dos Santos (UFF Rio das Ostras); Antonia Natécia Fonseca Araújo (UFF Rio das Ostras); Thaís Santos Fidélis (UFF Rio das Ostras); Viviane Pereira Silva (UFF Rio das Ostras)

**Normal, anormal e patológica: gênero em revista (1930-1945)**

Cristiana Facchinetti (Fiocruz); Carolina Carvalho (Fiocruz)

Sessão 16. Psicologia, psiquiatria, neurociências  
Coordenadores: Marcela Peralva Aguiar e Rodrigo Lopes Miranda  
Local: sala 10112, bloco F

**O IPUB e o Programa de Ansiedade e Depressão: a recepção da psiquiatria biológica**

Marcela Peralva Aguiar (Fiocruz)

**Dispersão das neurociências no Brasil: Miguel Rolando Covian**

Rodrigo Lopes Miranda (USP Ribeirão Preto); Marina Massimi (USP Ribeirão Preto);  
Anette Hoffmann (USP Ribeirão Preto)

**Uma história da reforma psiquiátrica no Brasil: o percurso na cidade de Montes Claros**

Amanda Ferraz Oliveira (FIPMoc); Andrea Maria Guisoli Mendonça (FIPMoc)

**O Hospício de Pedro II e a sociedade imperial: hierarquias sociais e redes de interdependência (1852-1889)**

Daniele Corrêa Ribeiro (Fiocruz)

**A psicologia nos Arquivos de Medicina Legal e Identificação**

Igor Teo Rodrigues (UERJ); Luiz Eduardo Veras Lopes Pontes (UERJ); Beatriz Lima Costa (UERJ); Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ)

**18h30 – Conferência: A filosofia romântica e as ciências humanas**

*Local: Auditório 93 / bloco F*

Luiz Fernando Dias Duarte (UFRJ, Brasil)

Coordenadora: Ana Maria Jacó-Vilela (UERJ, Brasil)

**20h – Encerramento**



## RESUMOS

### A. CONFERÊNCIAS

#### RÉQUIEM PARA A PSICOLOGIA CULTURAL?

Carl Ratner  
(Institute for Cultural Research and Education, EUA)

O presente trabalho traça o desenvolvimento desigual da Psicologia Cultural destacando os principais momentos de sua história: os desdobramentos das Ciências Humanas na Alemanha do Século XVIII, a Psicologia Histórico-Cultural de Vygotsky nos anos 1930, a Antropologia Psicológica americana desenvolvida entre meados do século XX e os anos 1980 e os estudos desenvolvidos no Departamento de Relações Sociais na Universidade de Harvard nos anos 1960. Descrevo as propostas científicas e as promessas políticas da Psicologia Cultural, campo que se apresentou como uma alternativa à Psicologia hegemônica marcada por ser acultural. Em seguida, explico como a Psicologia Cultural foi cooptada nos anos 1990 e passou a ser caracterizada por concepções des-historicizadas, des-culturalizadas, des-politizadas, individualizadas e subjetivistas. Com a finalidade de identificar e analisar este processo de queda da Psicologia Cultural apresento afirmações e teses de importantes psicólogos culturais, além de realizar uma análise textual que fundamenta o meu argumento. Finalmente, apresento a questão sobre se este réquiem é o destino final da Psicologia Cultural ou se ela pode ser ressuscitada e destaco como a história da Psicologia Cultural ilustra a instigante forma pela qual os tópicos e os construtos psicológicos passam pelo apogeu e pela queda. Ao longo da apresentação utilizarei exemplos retirados da Psicologia Geral.

#### A FILOSOFIA ROMÂNTICA E AS CIÊNCIAS HUMANAS

Luiz Fernando Dias Duarte  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

A história da cultura ocidental pode ser lida como uma confrontação permanente entre a ambição iluminista de um progresso ilimitado da objetivação do mundo e a inquietação a respeito das características históricas e subjetivas da condição humana, contida nos limites complexos de uma certa materialidade e de uma certa capacidade simbólica e societária. A criação das ciências humanas, ao longo do século XIX, reflete a persistência das dúvidas e queixas românticas no momento mesmo da hegemonia dos ideais do progresso, do aprimoramento, da vanguarda, da impressão de claridade que a tecnociência aportava ao universo civilizado. Entre essas ciências, a mistura de ambição e desencanto variou muitíssimo, mas sempre conservou as marcas da tensão constitutiva, de que se propõe apresentar a estrutura ideológica e o fluxo histórico.

## **B. MESAS**

### **1. POLÍTICAS DISCURSIVAS NA HISTÓRIA DA PSICOLOGIA**

Coordenador: Alexandre de Carvalho Castro (CEFET-RJ, Brasil)

#### **Políticas de estabilización e innovación discursiva en la historia de la psicología en la Argentina: trayectos y agenda de problemas**

Ana María Talak  
(Universidad Nacional de La Plata, Argentina)

El trabajo analiza las políticas discursivas de la historia de la psicología en la Argentina que se fueron conformando durante los últimos 30 años, sus relaciones con las producciones en el área de los países latinoamericanos y con centros de producción de países centrales. El análisis aborda las políticas discursivas en dos aspectos. Uno de ellos se focaliza en la construcción colectiva de los discursos sobre historia de la psicología que resultan aceptables para una comunidad de investigadores profesionales, especializados en el área. En este sentido, se analiza el impacto de la profesionalización de la investigación histórica en la disciplina, mostrando el papel de las cátedras universitarias, la acreditación y los subsidios a los proyectos de investigación, la formación de posgrado en el área, los congresos especializados y las publicaciones sobre la temática. Esta construcción colectiva involucra diferentes relaciones que la historia disciplinar ha ido estableciendo con el campo de la historia en general, con la historia de la ciencia y con los practicantes actuales de la psicología. El otro aspecto identifica las políticas discursivas como operaciones de distribución de poder, en las que intervienen procesos institucionales que estabilizan ciertos enfoques que contribuyen a dar identidad al campo, y permiten simultáneamente, en diferentes grados, la apertura al planteamiento de nuevos problemas y el desarrollo de nuevas perspectivas. En ambos niveles, se analizan las relaciones continuas y ambivalentes que se dan entre diferentes grupos de investigación y producciones individuales, las políticas universitarias y las de ciencia y técnica del país, así como los contactos con los investigadores de otros países. Se muestra que en estos procesos de estabilización e innovación, resultan fundamentales las lecturas y el análisis crítico de las producciones en el área realizadas en otros países. Se examina cómo esto último constituye una base para promover el conocimiento y el intercambio, desplazar núcleos de interés en los debates, y consolidar posiciones estratégicas de intervención en el campo de la producción latinoamericana y en el de la producción de los países centrales. Finalmente, se analiza la conformación del campo discursivo de la historia de la psicología, mostrando cómo un abordaje crítico, que tematice la dimensión política de las relaciones entre las producciones locales e internacionales, puede favorecer una agenda innovadora de problemas a investigar y perspectivas de análisis, que promuevan relaciones internacionales basadas en el diálogo y la cooperación.

## **Alguns aspectos políticos na construção das histórias da psicologia**

Francisco Teixeira Portugal  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Abordar questões de cunho político na história da psicologia não se apresenta como tarefa sem cheiro nem cor com que muitos confundem uma reflexão qualificada na área. Estas reflexões não pretendem criar uma segmentação entre os que se interessam pelo tema e cerram suas fileiras em um lado da reflexão histórica e os que constroem sua carreira reproduzindo procedimentos canônicos e ideias muito bem instituídas e, dessa forma, iluminam aqui e acolá algum aspecto dos cenários históricos. As reflexões que seguem configuram um convite ao debate e ao uso das diferenças entre os exercícios investigativos para inovação e autonomização da prática histórica em psicologia. Há aspectos políticos sempre que se toca em questões sobre a emergência e os caminhos próprios a conhecimento e práticas envolvidos com as relações entre os homens. Neste movimento cabe questionar a naturalidade da psicologia e as opções majoritárias – a história da ciência impondo limites e orientações *a priori*. Frequentemente apresentamos a positividade de uma pesquisa pelas recusas elaboradas, sejam elas evidentes ou latentes. Há algumas décadas havia privilegiadamente dois modos correntes de fazer história próprios a um segmento dos historiadores de psicologia: os manuais de história da psicologia e o conhecimento teórico-sistemático da obra do autor. Distinguindo-se desta história dos grandes nomes e dos grandes temas apresentava-se-nos, como questionamento, uma história dos problemas. Que história fazer? Como fazer história? Preocupações deste teor empurrava-nos à busca de um procedimento seguro para que (e somente após sua descoberta) pudéssemos fazer história. Perguntas que antecediam a pesquisa histórica como “qual o método utilizado ou a ser utilizado?” figuravam como resquícios do passado. O entedimento e empreendimento de uma história da psicologia são, também eles, construídos historicamente e em contágio com comunidades de escritores, pesquisadores, professores etc com os quais nos confrontamos cotidianamente. Nós, psicólogos interessados em história, buscávamos a autorização para fazer história, não privilegiadamente pela leitura das histórias produzidas, mas pelo estudo sistemático dos modos de fazer história. Assim, encontrávamos um lugar ao sol se pudéssemos informar que fazíamos um história social, uma história da ciência etc., removendo neste ato a variedade inicial dos caminhos e, efeito a ser sempre considerado, secundarizando a positividade dos arquivos. Foi então valorizando a produção local, seus arquivos e a institucionalização da pesquisa em história da psicologia que surgiu a proposta de investigar a psicologia no Brasil. Inicialmente a curiosidade pela emergência e distribuição da psicologia no Brasil derivava das preocupações de uma emergente psicologia social da década de 1980 que propunha a valorização dos condicionantes históricos e sociais locais tomando como referência escritos de um autor estrangeiro. Não se trata de ironia uma vez que a busca pela identidade configura um esforço coletivo com significativo número de adeptos. Trata-se, antes de mais nada, de indicar que não se buscava encontrar ou produzir uma identidade para a psicologia que emergiu e circula entre brasileiros. Outro procedimento a ser evitado corresponde a conceitos-captura que derivados de análises históricas são replicados em outros locais e tornam-se condições para fornecer inteligibilidade ao material. Refletindo agora afirmativamente a produção da história da psicologia vem valorizando os arquivos, as narrativas históricas motivadas pelo desejo de intervir nas formas contemporâneas de experiência. A emergência e circulação da psicologia no Brasil esteve nos seus primeiros momentos relacionada à psicologia produzida em outros locais e dirigida a outros problemas. A

valorização dos modos pelos quais conhecimentos se tornam psicológicos e as orientações “psicológicas” de nossas ações historicamente plasmadas devem derivar tanto de uma cuidadosa análise de fontes históricas e da problematização de uma natureza psicológica como do desejo de intervir no presente. Uma história consistente aberta aos problemas do presente e que nos ofereça entendimento das razões pelas quais vivemos desta maneira ao mesmo tempo em que fornece instrumentos para nossa transformação. A análise de aspectos políticos da história fornece nova consistência aos nossos problemas e constitui, neste afazer, ferramenta de luta. Neste sentido o exercício da história da psicologia que valoriza os arquivos, as narrativas históricas motivadas pelo desejo de intervir nas formas contemporâneas de experiência em que a psicologia se tornou um saber canônico ganha uma relevância que, se levada adiante, contribui para a reformulação inovadora de nossa área.

### **Discurso político e historia: una aproximación**

Tomás Caycho Rodríguez  
(Universidad Inca Garcilaso de la Vega, Lima, Peru)

El análisis metodológico de la historia de la psicología no puede encuadrarse solamente en el estudio de esta parte de la historia de la ciencia, sino que, debe extenderse a un análisis de la historia de la filosofía, la medicina, la pedagogía, las instituciones, etc. Esto permitirá no desconocer la naturaleza verdaderamente histórica de sus problemas. El logro de la objetividad es una de las finalidades de importancia crítica para quien escribe la historia (Benjamin, 2009). El acceder a conocimientos fiables continúa siendo uno de los propósitos que persiguen los estudiosos del pasado en su labor cotidiana y aunque todos sabemos que se trata de un ideal que se aspira alcanzar más que una meta fácil y directamente obtenible, continúa ejerciendo su inspiración como uno de los principales motivadores. Es decir, *la historia no es independiente del historiador* (Wertheimer, 2012). Cuando se opta por qué hechos enfatizar, cuales incluir o excluir, y sobre todo al tomar algunas decisiones fundamentales como las que se realizan al establecer que eventos son importantes y que hechos no lo son, se está partiendo de juicios personales y asumiendo posiciones que, en sentido estricto, no resultan completamente objetivas. Sin embargo, pese a que deben lidiar con una gran cantidad de prejuicios, preconceptos, inclinaciones, predisposiciones, premisas y predilecciones, no significa que los historiadores claudiquen en su búsqueda de la objetividad, o que su trabajo esté irremediabilmente viciado de sesgos subjetivos.

En esta comunicación, se presenta una relación entre algunos conceptos políticos e historia, esto buscando una introducción a un análisis de la historiografía del discurso político. Se buscará realizar una diferenciación entre la historia de los conceptos y la historia de las ideas, entre la lexicografía alemana y el estudio analítico del pensamiento.

## **2. COOPERAÇÃO INTERNACIONAL EM HISTÓRIA DA PSICOLOGIA**

Coordenador: Márcio Luis Costa (UCDB, Brasil)

### **La cooperación internacional en historia de la psicología: un camino bi-direccional**

Rubén Ardila  
(Universidad Nacional de Colombia, Colômbia)

Tender puentes a través de países, culturas y comunidades es una de las metas de la historia de la psicología en el siglo XXI. La International Union of Psychological Science (IUPsyS), la International Association of Applied Psychology (IAAP), el International Council of Psychologists (ICP), la International Association for Cross-Cultural Psychology (IACCP), la American Psychological Association (APA, especialmente su Oficina de Asuntos Internacionales y la División 52 de Psicología Internacional), la Sociedad Interamericana de Psicología (SIP), y otras asociaciones, están comprometidas con esta tarea. Se busca involucrar a psicólogos, estudiantes y otros profesionales, realizar pasantías internacionales, colaborar entre los centros de documentación, museos de historia de la psicología, archivos, etc, realizar eventos regionales y globales, entre otras actividades académicas. La comunicación tiene que ser bi-direccional, desde el mundo “desarrollado” hacia el mundo “en desarrollo” (o mayoritario) y viceversa. Debe ser una comunicación en ambas vías. Esto servirá para entender mejor los fenómenos históricos, las tendencias multicéntricas, las historias locales de la psicología, la universalidad y la contextualización. En la actualidad la División de Historia de la International Association of Applied Psychology está trabajando en esa dirección de cooperación internacional en múltiples direcciones.

*Palabras clave* : historia de la psicología, colaboración internacional bi-direccional, División de Historia de la Psicología Aplicada (IAAP).

### **A internacionalização em história da psicologia: possibilidades e desafios**

Saulo de Freitas Araujo  
(Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil)

A internacionalização acadêmica é um dos objetivos centrais dos centros de pesquisa e dos programas de pós-graduação no Brasil e na América Latina. No entanto, a própria ideia de internacionalização envolve uma diversidade de fatores que, dependendo da ênfase dada em cada contexto, pode levar a distintas concepções e propostas de implementação. Sendo assim, farei inicialmente uma breve reflexão sobre o conceito de internacionalização no intuito de esclarecer o sentido em que ele será usado em minha exposição. Em seguida, analisarei suas implicações para o caso específico da história da psicologia. Finalmente, a fim de ilustrar minha concepção de internacionalização e facilitar o estabelecimento de parcerias futuras, apresentarei dois relatos de experiência, explorando possibilidades e desafios no contexto brasileiro atual.

## **Intercambios internacionales en la historia de la IUPsyS: el programa de investigación transcultural en el contexto de la Guerra Fría**

Hugo Klappenbach  
(Universidad Nacional San Luis, Argentina)

Resumen: La presentación analiza en primer lugar el contexto en el cual a partir de 1960 se lleva a cabo la denominada Guerra Fría. En ese marco, se analiza el "llamamiento a los psicólogos" (An appeal to psychologists) elaborado por el Working Group integrado por Paul Fraise, Alekséi Leontiev y Otto Klineberg, y que fuera aprobado por el Executive Committee de la entonces IUPS. El llamamiento partió de lo que los autores denominaron "el horror a la guerra nuclear" y proponía que los profesionales de la psicología dirigieran sus energías a reducir las tensiones internacionales y a trabar a favor de la paz. Seguidamente se analiza el programa de psicología transcultural que comenzó a desarrollarse aceleradamente con el objetivo de disminuir las tendencias a los estereotipos nacionales y culturales".

### **3. MIRA Y LÓPEZ: 50 ANOS DEPOIS**

Coordenador: Hildeberto Vieira Martins (UFF, Brasil)

## **Es mejor morir de pie que vivir de rodillas: Emilio Mira y López y la revolución social**

Annette Mülberger  
(Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)

El trabajo como psiquiatra y psicólogo al servicio del individuo y de la sociedad en los años treinta en España a pocos dejaba insensibles frente a los problemas sociales y los cambios políticos vigentes en aquel momento. La ciencia no fue sólo sinónimo de progreso técnico y de modernidad sino también un instrumento de comprensión e intervención social. Mi ponencia trata sobre el análisis realizado por el psicólogo y psiquiatra Emilio Mira y López (1896-1964) de la revolución, un estudio que nació de un intento por usar la ciencia para entender e interpretar los complejos cambios sociales. Si bien la postura política socialista de éste personaje histórico no ha pasado inadvertida a los historiadores que han tratado su obra y pensamiento, también es cierto que no se ha prestado especial atención a su aportación psicológica relacionada con la política. El objetivo del presente trabajo es estudiar de forma contextualizada (a nivel biográfico, científico y político) el trabajo psicológico de Mira en relación a la revolución social. Desde el punto de vista historiográfico resulta interesante ver cómo Mira relacionó su trabajo científico con la política y, concretamente, examinar la concordancia del mismo con respecto al credo socialista y los principios del marxismo histórico.

## **Emílio Mira y Lopez e o IDOV-UFBA**

Nádia Maria Dourado Rocha  
(Faculdade Ruy Barbosa, Salvador, Brasil)

Criada formalmente em 02 de julho de 1946 a Universidade da Bahia, atual Universidade Federal da Bahia, reuniu instituições criadas de forma independente, a exemplo da Faculdade de Medicina da Bahia (1808), Academia de Belas Artes e Agronomia (ambas em 1877), Direito (1891), Politécnica (1896) e Filosofia, Ciências e Letras (1942). Edgard Santos, seu primeiro reitor, com mandato de 15 anos, teve uma postura extremamente diferenciada, criando os primeiros cursos universitários de Dança Música e Teatro. Construiu o Hospital Universitário; criou o Centro de Estudos Afro-Orientais. Em seu reitorado, a Bahia ganhou projeção, com destaque para Dança, Música e Teatro, primeiros cursos universitários do gênero no país. A UFBA alicerçou, na década de 1960, dois importantes fenômenos da cultura contemporânea: o Cinema Novo e o Tropicalismo. Sob direção de Edgard Santos, a UFBA avançava e fazia convergir os movimentos de arte e cultura existentes na Cidade da Bahia que tinham como protagonistas, por exemplo: Milton Santos, Diógenes Rebouças, Mário Cravo, Vivaldo da Costa Lima, Carybé, Lina Bo Bardi, Pierre Verger e Walter Smetak. Neste contexto de instalação de uma universidade é que em 1959 começa a funcionar o Serviço de Orientação Vocacional – IDOV, como órgão suplementar, estruturado e dirigido pelo psiquiatra espanhol Emilio Mira y Lopez. Segundo Mercedes Carvalho (2011), constituiu-se num espaço acadêmico de formação profissional e de atividade de pesquisa, tendo por principal objetivo propiciar aos estudantes secundaristas a oportunidade de escolher uma profissão baseada numa avaliação psicológica tecnicamente orientada. Aos responsáveis pela orientação propriamente dita competia: entrevistas (inicial, de anamnese, história de vida e aconselhamento) e a aplicação, análise e interpretação das provas de personalidade (teste de Koch, Rorschach, TAT, PMK e Wartegg), conforme a necessidade. Uma média de cinco ou seis casos eram atribuídos a cada técnico, na dependência do tempo de duração de cada orientação. A aplicação e correção das provas de inteligência, aptidões e interesse era da responsabilidade dos outros técnicos e dos estagiários, supervisionados pela coordenação técnico-administrativa (Alice Costa) e pela direção-geral (Mira y Lopez). Além do objetivo referido, dada a ausência de outros locais de atendimento psicológico, apareciam demandas de várias naturezas, como orientação vital e psicoterapia de apoio ou psicoterapia breve. Gradativamente, os objetivos foram sendo ampliados e até mesmo modificados, para atendimento de outras demandas da própria universidade ou de outras. Em 2003 Rita Rapold apresentou à PUC-SP tese intitulada *A Psicologia da Educação na Bahia: a história do IDOV pela memória de seus personagens*. Inicialmente ela discorre sobre os antecedentes da instituição, seu processo de criação, as condições para o funcionamento, o processo de construção dos parâmetros locais dos testes, sua organização, a dinâmica do trabalho e a sua extinção. Vale destacar, o IDOV foi extinto em 1967 e o curso de Psicologia começou a funcionar no ano seguinte. Situação difícil para compreender até hoje, decorrido quase meio século. Também o material produzido no período nunca foi localizado.

## **Emilio Mira y Lopez y su trayectoria en Argentina: los ecos de su presencia en nuestro país**

Rosa Falcone  
(Universidad de Buenos Aires, Argentina)

La escasa inserción institucional que Emilio Mira y López tuvo en la Argentina no fue un obstáculo para la recepción de su influencia. Los ecos de su presencia discursiva han sido amplios y perdurables a través de numerosas publicaciones, libros, cursos y redes de relación que trascendieron su corto paso por nuestro país. En enero de 1939, Mira sale de España iniciando su peregrinación internacional; arriba a la Argentina a comienzos de 1940 y permanece en nuestro país hasta 1944. A partir de 1945, se instala en Rio de Janeiro (Brasil), luego de una corta estadía en Montevideo (Uruguay), entre abril de 1944 y setiembre de 1945.

Mira, comprometido conceptualmente con el desarrollo de la psicología en nuestro medio, ejerció una importante influencia en destacados pensadores argentinos (Gregorio Bermann, Enrique Pichon Riviere, José Bleger, entre tantos otros). La recepción de sus ideas queda demostrada en la publicación de la casi totalidad de sus obras en Argentina, en la proliferación de sus ideas a lo largo de todo el país, y en la firme utilización de las herramientas diagnósticas que él propuso. Su impronta ha dejado una huella en la formación de sucesivas generaciones con una significativa proyección en la primera camada de psicólogos, a principios de la década del sesenta del siglo XX.

La presente comunicación se propone reconstruir el contexto de recepción de las ideas de Emilio Mira y Lopez en la Argentina y señalar indicios de su influencia en pensadores argentinos. A tal fin se privilegian herramientas metodológicas que permiten el análisis contextual y discursivo de fuentes primarias y secundarias. Interesantes trabajos nos preceden acerca de la proyección en Latinoamérica de la figura de Emilio Mira y López (Carpintero, 1994; Klappenbach, 1999; Lopez Franco, 1997; García, 1993; Lazarte, 1993; Galland, 1974; De Leon Porras, 1964; Jacó-Vilela, A., Müllberguer, entre otros); en el presente nos centraremos en aspectos de su pensamiento, escasamente explorados, que proceden del estudio de sus publicaciones locales y las repercusiones de su pensamiento en nuestro medio.

Mira propulsa en Argentina la psicología aplicada; critica la psicología teórico-filosófica de índole académica y sus esfuerzos se dirigen enfáticamente a promover la investigación psico-estadística y psicotécnica. En nuestro país tuvo significativo impacto la aplicación del *Psicodiagnóstico Miokinético* (conocido con las siglas P.M.K.), en el que se había destacado en el *Institut Psicotecnic de la Generalitat de Catalunya*, fundado en Barcelona en 1919, y luego replicado en Rio de Janeiro. Si bien el P.M.K. fue aplicado fundamentalmente en el área clínica, especialmente en el campo de la psiquiatría, la tecnología propuesta por Mira tuvo derivaciones en el área laboral y de la orientación profesional. La primera publicación del tema en nuestro medio data de 1945.

Aún así los ecos de su actuación en Argentina trascienden el campo de la psicología aplicada (el sesgo aplicativo profesional de la psicología) para incorporarse enfáticamente a la discusión sobre la higiene mental y el psicoanálisis. Mira es invitado a dictar dos cursos de trascendencia que lo muestran ligado al grupo de psicoanalistas argentinos por entonces: el primero fue el curso de *Psicoanálisis y Medicina* que reúne a referentes máximos del área en Buenos Aires (Pichon Riviere, Jorge Thenon, Gregorio Bermann y Emilio Mira y López), y el curso sobre *Psicoterapia* dictado por Mira,



durante el año 1940, en la Facultad de Ciencias Médicas de la Universidad de Buenos Aires, curso que dio lugar a la publicación de su *Manual de Psicoterapia*, editado en Buenos Aires en 1942. Desde allí aboga por la psicoterapia médica que comprende la amplia e integral comprensión de los fenómenos subjetivos y objetivos, que conducen al sujeto a pedir ayuda. Mira reconocía la disciplina instaurada por Freud como Psicoanálisis y se ocupó de divulgar su método, no sólo en su *Manual* sino también en sus textos primeros conocidos en España, desde 1924.

Nos referiremos, por último, al fuerte compromiso de nuestro autor con el movimiento de la higiene mental, que se dispara desde España, en 1926, con la creación de la Liga de Higiene Mental, a instancias de la Asociación Española de Neuropsiquiatría (A.E.N.), apoyada por Mira desde Barcelona. Compromiso que le permitió ocupar en nuestro país lugares de importancia, a saber: miembro Honorario de la Sociedad Argentina de Psiquiatría y del Círculo de Médicos Legistas de la ciudad de Rosario (Provincia de Santa Fe, Argentina); fundador y director del Hospital Psiquiátrico de la provincia de Santa Fe (Argentina), que aún lleva su nombre; Psiquiatra Consultor de “La Chapelle” (Sanatorio Privado para enfermos mentales), desde donde organizó la prevención del tratamiento de las enfermedades mentales. En su paso por la provincia de Rosario (Santa Fe, Argentina), estuvo ligado al movimiento de higiene mental participando en la organización de servicios de psicología y psicopatología de hospitales generales y psiquiátricos. En el área criminológica utilizó nociones de psicoanálisis para aclarar la etiología psicológica del delito. Asimismo se insertó en la docencia universitaria en las Facultades de Humanidades y Ciencias de la Educación de la Universidad de La Plata (Argentina), en el Colegio Libre de Estudios Superiores de la Universidad de Buenos Aires y en la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires.

Palabras clave: Mira y López - Recepción - Argentina

#### Bibliografía

- Bermann, G. (1937). Vida y obra de un proscrito español en Argentina: Dr. Juan Bialet Masse. *Psicoterapia. Revista de Psicoterapia-Psicología Médica- Psicopatología-Psiquiatría-Characterología-Higiene Mental*, Córdoba, Argentina, Enero-Mayo 1937, 2 (4), 39-56.
- Bermann, G. (1952). El psicodiagnóstico miokinético según Cesar Coronel. *Actualidad Psiquiátrica*, 1 (3), abril de 1952.
- Bleger, J. (1953). La higiene mental en Santiago del Estero. *Revista Latinoamericana de Psiquiatría*. Buenos Aires, Argentina, 3 (9), 26-36, octubre de 1953.
- Carpintero, H.; Mestre, M.V. (1984). Freud en España. Un capítulo de la historia de las ideas en España. Valencia: Promolibro.
- Carpintero, H. (1994). *Historia de la psicología en España*, Madrid: Eudema.
- Carpintero Capell, H. (2006). Horacio Rimoldi (1913-2006) y su significación en el marco de la Psicología Latinoamericana. *Interdisciplinaria*, 23(1), 7-16.
- Coronel, C. G. (1962). *El psicodiagnóstico miokinético*. Su teoría y su práctica. Segunda Edición. Buenos Aires: La Erre.
- De Leon Porras, F. (1964). Vida y obra del Profesor Doctor Emilio Mira y López. Conferencia dictada el 4 de marzo de 1964 en homenaje a la muerte de Mira y López. Copia electrónica.

- Falcone, R. (2012). Psicología en Argentina. Impronta europea y carácter nacional, *Interamerican Journal of Psychology*, Interamerican Society of Psychology, 46 (1), 87-98.
- Foradori, A. (1954). *La Psicología en América*. Buenos Aires. Instituto Cultural Joaquín V. Gonzalez.
- Galland, A. (1974) Emilio Mira y López. *Aquivos Brasileiros de psicologia aplicada*, 26 (1), 4.
- García, E. y otros (1993). Emilio Mira y López y la Psicología Latinoamericana. *Revista de Historia de la Psicología*, 14,(1), 33.
- García, E., Ferrero, F. & Carpintero, H. (1993). La tesis doctoral de Emilio Mira y López: Las correlaciones somáticas del trabajo mental. *Revista de Historia de la Psicología*, 14(3), 139-152.
- Gutierrez Terrazas, J. (1984). Apuntes para un estudio de la historia del Psicoanálisis en España. *Revista Asoc. Esp. Neuropsiquiatria*, 4 (10).
- Jaco Vilella, A.; Mulberguer, A. Es mejor morir de pie que vivir de rodillas: Emilio Mira y López y la revolución social, copia electrónica.
- Jardon, M. (2005). Jorge Thénon: su producción en publicaciones periódicas argentinas (1936-1957). *Anuario de Investigaciones*. Facultad de Psicología. Universidad de Buenos Aires, 14, 147-154.
- Klappenbach, H. (1999). Mira y López en Argentina: obstáculos para su establecimiento definitivo. *Acta Psiquiátrica y Psicológica de América Latina*, 45(3), 274-280.
- Lazarte, O. (1993). Homenaje al Dr. Emilio Mira y López. El Dr. Mira y su mensaje científico y humanista. Prólogo al libro *Psiquiatria, Psicología y armonía social: la vida y obra de Emilio Mira y López*. Barcelona: Publicacions Universitat de Barcelona.
- López Franco, E. (1997). Proyección de Mira y López en America Latina y desde América Latina. Una aproximación a su persona. *Revista Complutense de Educación*, 8 (2), Madrid.
- Mira y López, E. (1930) “Estat actual de les diverses escoles i doctrines psicologiques”, *Annals de Medicina*, Any XXIV: 1920.
- Mira y López, E. (1937). Breviario de Higiene Mental. *Psicoterapia. Revista de Psicoterapia-Psicología Médica- Psicopatología-Psiquiatria-Characterología-Higiene Mental*, Córdoba, Argentina, Enero-Mayo 1937, 2 (4), 5-8.
- Mira y López, E. (1942). *Manual de Psicoterapia*. Buenos Aires: Edición Aniceto López. Reeditado en versión facsímil por Laboratorios Smithkline Beechan, España, Barcelona, 1997. Edición en portugués, Rio de Janeiro, Brasil, 1949.
- Mira y López, E. (1947). *Manual de orientación profesional*. Buenos Aires: Editorial Kapelusz.
- Mira y López, E. (1952). Organización de la asistencia a los alienados. *Revista Latinoamericana de Psiquiatria*, 1 (4), 5-12, Julio 1952.
- Mira y López, E. (1952). Integración y síntesis de la conducta humana. *Revista Latinoamericana de Psiquiatria*, 1 (4), 8-15, Julio 1952.
- Mira y López, E. (1952). Psicopatología de la tensión internacional (Rio de Janeiro, Brasil). *Revista Latinoamericana de Psiquiatria*, 1, (4), Julio 1952.
- Mira y López, E. (1952) Psicopatología de las personas trasplantadas (Rio de Janeiro, Brasil). *Revista Latinoamericana de Psiquiatria*, 1 (4), Julio 1952.
- Mira y López, E. (1955). *Psicología Experimental*. Buenos Aires: Kapelusz.
- Mira y López, E. (1957) *Psicodiagnóstico Miokinético (P.M.K.). Manual*. Prólogo: Jaime Bernstein. Buenos Aires: Paidós.
- Mira y López, E. (1954). *Psicometría y Psicodiagnóstico*. Buenos Aires: Paidós.

Moreno, R. (1997). Testimonio: Algunos recuerdos personales sobre 50 años de Psicología. En L. Rossi & Cols. (Eds.), *La Psicología antes de la Profesión: El desafío de Ayer: Instituir las Prácticas*, 117-125. Buenos Aires: Eudeba.

Rossi, L.; Falcone, R.; Ibarra, F. (2014), Emilio Mira y López en Argentina. *Revista de Historia de la Psicología*, Madrid, en prensa.

Rossi, L. (1997): Nueva fundación del Instituto de Psicotecnia en Tucumán. Entrevista al Prof. Jorge Bianchi. En L. Rossi & Cols. (Eds.), *La Psicología antes de la Profesión: El desafío de Ayer: Instituir las Prácticas*, pp. 166-173. Buenos Aires: Eudeba.

Sanchez Lázaro, J. (1986). El psicoanálisis de Freud en la Obra de Emilio Mira y López (1921-1936). *Revista Asoc. Esp. Neuropsiquiatría*, Vol. VI, nº19, pp.636-649.

Villaverde, A. (1954). Centros de Psicología Aplicada en la República Argentina. *Humanistas*, 1 (3), 347-363.

### **Emilio Mira en la URSS, 1931: impresiones de un viaje**

Helio Carpintero

(Universidad Nacional de Educación a Distancia, Espanha)

En 1931, Emilio Mira asistió a la VII Conferencia internacional de psicotecnia, en Moscú. A su vuelta, publicó algunos artículos y dio algunas charlas en las que presentó sus impresiones sobre la situación de la Unión Soviética, y la situación moral y psicológica de los ciudadanos rusos .

Desde una posición ideológica de izquierdas, este psiquiatra y psicólogo manifestó su aprecio por la movilización social producida en Rusia por la revolución , así como la fuerte adhesión ideológica del pueblo ruso hacia los objetivos políticos marcados por el gobierno soviético.

El trabajo presenta una síntesis de las opiniones expresadas por Mira en aquellas manifestaciones.

## **4. MODOS DE PENSAR E FAZER PSICOLOGIA ATRAVÉS DA HISTÓRIA**

Coordenadora: Nádia Maria Dourado Rocha (FRB, Brasil)

### **Totalidade, individualidade, ideologia e método: quatro contribuições da tradição marxista à história da psicologia**

Fernando Lacerda Júnior

(Universidade Federal de Goiás, Brasil)

No presente trabalho pretendo explorar algumas das possíveis contribuições da tradição marxista para a História da Psicologia. Como marxista com uma formação em Psicologia Social, não sou *a priori* um historiador da Psicologia, mas alguém que começou a realizar alguns estudos históricos para compreender a emergência de teorias autodenominadas críticas na Psicologia. Neste processo, utilizei o arsenal teórico-metodológico proveniente do Marxismo para tentar: estudar a relação entre a gênese e o desenvolvimento da Psicologia e a gênese e o desenvolvimento da sociedade burguesa;

identificar nas teorias psicológicas que emergiram historicamente manifestações ideológicas dos conflitos sociais e, portanto, problematizar a instrumentalização da Psicologia por diferentes grupos sociais. Por meio do estudo de alguns trabalhos inspirados nos textos de Marx e Lukács cheguei a quatro temas que podem ser especialmente pertinentes para o que fazer na história da Psicologia e que pretendo abordar nesta mesa-redonda sobre “modos de pensar e fazer história da Psicologia”: (a) a perspectiva da totalidade; (b) a individualidade social; (c) a decadência ideológica; e (d) a submissão do método ao objeto. Em primeiro lugar, a utilização da perspectiva da totalidade como ponto de referência que possibilita avaliar a realidade e o significado de cada fenômeno singular é um fundamento que possibilita superar as polêmicas entre abordagens externalistas e internalistas em história da Psicologia e estabelecer como exigência metodológica o estudo, simultâneo, de processos singulares e da totalidade do ser social. Em segundo lugar, a proposta de individualidade social, isto é, a afirmação da intrínseca sociabilidade da individualidade humana possibilita uma nova angulação no processo de avaliação das teorias psicológicas dominantes. Enquanto, no nível da aparência, há um antagonismo entre teorias dominantes da Psicologia (psicanálise, behaviorismo, humanismo e outras), uma análise guiada a partir da concepção de individualidade social possibilita desvelar que essas teorias aparentemente antagônicas possuem concepções ontológicas comuns, especialmente na forma como concebem a relação entre indivíduo, sociedade e natureza. Em terceiro lugar, a noção de decadência ideológica possibilita analisar a relação da Psicologia com três matrizes dominantes no pensamento social: o irracionalismo (chamado por Lukács de “destruição da razão”), a racionalidade formal (chamada por Coutinho de “miséria da razão”) e a ontologia do ser social. Além disso, a análise lukacsiana sobre a decadência ideológica oferece certas indicações sobre a importância do horizonte social e da instrumentalidade ideológica das ciências em uma sociedade dividida e fraturada como a nossa. Finalmente, em quarto lugar, a concepção de que o método deve ser escolhido a partir das características do próprio objeto abre a possibilidade de superar as polêmicas que opõem métodos quantitativos e qualitativos e superar certos formalismos presentes nos debates metodológicos na Psicologia. Durante a apresentação oferecerei alguns exemplos concretos de estudos que exemplificam a contribuição destes quatro temas para o estudo em história da Psicologia.

### **La reconstrucción historiográfica de culturas psicológicas**

María Andrea Piñeda  
(Universidad Nacional de San Luis, Argentina)

En el presente trabajo buscamos responder a dos interrogantes: 1) ¿Desde qué premisas y cómo se construye la historia de la psicología? 2) ¿Para qué, hacia quiénes, y qué impacto social tiene el conocimiento historiográfico de la psicología?

Primero, partiendo de la premisa de que las ciencias son producciones sociales, que son parte de las culturas y que promueven cultura, se presenta la Historia de la Psicología desde una perspectiva social, institucional y material, que indaga principalmente las culturas científicas y profesionales en el campo de la psicología. Desde aquí se procura comprender los procesos políticos y subjetivos que configuraron y promovieron dicho campo.

La riqueza de la naturaleza multiforme del campo psicológico, hace necesario descubrir una variedad de programas científicos y desentrañar en ellos diversas líneas de continuidad y ruptura, mientras se describe cómo han sido culturalmente validados. Por eso, desde el punto de vista de la construcción de los objetos de estudio historiográfico, advertimos que, se ha incrementado el interés por las historias locales y regionales, y por los grupos alternativos a las psicologías consideradas *mainstream* en cada cultura. Así, buscamos construir objetos complejos en los que incluimos varios elementos que constituyen registros de dichas culturas. En dicho ejercicio, se realiza una reconstrucción de los entramados político-institucionales de sus actores, sus comunidades, intereses intelectuales y relaciones de poder configuradas. Así, desde elementos materiales como sus “herramientas” de trabajo (publicaciones, informes, objetos, etc.), indagamos sus prácticas, métodos, técnicas y redes explicativas. La complejidad del objeto exige variedad de recursos metodológicos, técnicas de recolección, procesamiento e interpretación de fuentes, que aseguren la solidez de premisas firmemente establecidas: evidencias empíricas. Estas son las bases para la reconstrucción racional, plausible y provisoria del mundo pasado de otros, entendiendo que aún la objetividad del historiador es parte de un proceso histórico y culturalmente situado, y que sus operaciones historiográficas son profundamente políticas, ya sea tácita o explícitamente.

En segundo lugar, se cuestiona cuál es el impacto social directo o indirecto del trabajo del historiador de la psicología en las culturas psicológicas de las comunidades de psicólogos, las comunidades de formación de psicólogos y las comunidades más amplias. Sostenemos que la historia de la psicología puede aportar elementos de juicio crítico para las prácticas transformadoras de dichas comunidades al cuestionar los procesos de construcción de identidades, tradiciones y roles, pero sus efectos suelen ser a mediano y largo plazo.

Palabras clave: psicología - historiografía – cultura – comunidades

## **5. ENCONTROS E DESENCONTROS ENTRE A PSICOLOGIA E OUTROS SABERES AO LONGO DA HISTÓRIA**

Coordenadora: Lucia Rossi (UBA, Argentina)

### **O lugar da psicologia na prática intersetorial**

Maria Lúcia Boarini  
(Universidade Estadual de Maringá, Brasil)

Em nossos dias, sobretudo no campo da saúde e da educação, a palavra de ordem é atuação em rede, em equipe interdisciplinar na perspectiva da intersetorialidade. Esta última ocupa um importante espaço nas discussões e proposições realizadas em eventos de abrangência nacional, haja vista que foi tema principal da IV *Conferência Nacional de Saúde Mental – Intersectorial* realizada em Brasília, em 2010. Neste evento, a justificativa para “a convocação da intersectorialidade foi a crescente complexidade, multidimensionalidade e pluralidade das necessidades [...] o que exigiu a construção de estratégias inovadoras e intersectoriais de cuidado”. Sem dúvida, concordamos que os tempos são outros e as necessidades também. Entretanto, desde

que o homem foi se organizando coletivamente, a interdependência é a marca da sua trajetória social e dos saberes produzidos subsequentemente. Porém esta relação, em geral, não é levada em conta e os saberes vão se constituindo não obstante a ignorância dos fatos. Seguindo como exemplo o setor da saúde vamos observar que neste campo de atuação o profissional cumpre a sua função esquivando as queixas que lhe são apresentadas. Nesta sintonia, na velha tradição cartesiana, separa-se o corpo da “alma”. Em geral o psicólogo limita-se a cuidar do que é considerado psicológico e os demais profissionais cuidam do corpo, como se fossem duas entidades que correm em paralelo. Perde-se de vista que “[...] não pode haver operação no homem que não tenha por agente a alma e o corpo intimamente unidos”, como apregoava Francisco de Melo Franco nos longínquos idos de 1754. Atualmente, resultante do especialíssimo exacerbado, o psicólogo, bem como os demais profissionais, podem perder (ou de fato perdem) neste trajeto o lugar social ocupado por esta pessoa e as implicações de outros saberes daí decorrentes. Mais que isto, a especialidade, sem o necessário contraponto, via de regra, faz perder de vista que o homem constrói a história do seu tempo e é por ela construído. Vale lembrar, entretanto, que este modo de ser e agir não é uma invenção de nossos dias. Grosso modo, ao longo da história da humanidade, quando a ciência vai ocupando o lugar da religião a neutralidade, tendo como meta o observar, o esquadrihar ou a experimentação com ênfase no aspecto biológico, passa a ser o determinante na produção de novos saberes ou na redefinição dos já existentes, como é o caso da psicologia, por exemplo. É sob esta outra perspectiva que a psicologia, dentre outros saberes, entra em solo brasileiro pela porta da educação primária (atualmente ensino fundamental) e pelas mãos dos médicos higienistas nas primeiras décadas do século XX. Algumas professoras eram preparadas para mensurar e classificar os alunos que apresentavam mau desempenho escolar e com esta capacitação lhe era atribuída a denominação de psicologista que décadas mais tarde deu origem a profissão do psicólogo. Esta, porém, é uma outra história. E a guisa de conclusão entendemos que, apoiada na ideia do filósofo Augusto Comte de que a elite intelectual com seu instrumental define os rumos da sociedade a psicologia, tanto quanto outros saberes, raramente se encontram e muito timidamente dialogam com a sociedade. Este cenário talvez explique porque precisamos de legislação e eventos de abrangência nacional para apontar a necessidade da intersectorialidade.

### **La experiencia psicoanalítica en el Monasterio Benedictino de Ahuacatitlán, Cuernavaca-Morelos, México (1961-1967)**

Juan Alberto Litmanovich  
(Universidad Autónoma del Estado de México)

En 1950, el prior de origen belga Gregorio Lemerrier, fundaba su tercer monasterio benedictino en México llamado “Santa María de la Resurrección”. Se imponía la regla de San Benito del silencio y era citado como ejemplo por Thomas Merton (autoridad monástica; superior de la orden de los Trapenses en Estados Unidos). Desde 1958 el prior comenzó a “llamar” al psicoanálisis por problemas que veía en la vida afectiva y vocación religiosa de los monjes, y luego, en él mismo. Entre 1961 y 1967 consolidaba la experiencia convocando a dos psicoanalistas, los doctores Gustavo Quevedo (mexicano) y Frida Zmud (argentina), ambos miembros de la Asociación Psicoanalítica

Mexicana (APM) y la Asociación Psicoanalítica Argentina (APA), pertenecientes a la IPA, no católicos, para analizar a sus monjes (posteriormente, el doctor José Luis González Chagoyán se incorporaba a la experiencia). El Vaticano siguió la experiencia y la intervino; el prior compareció ante el Santo Oficio, quien, más tarde, le prohibió toda relación con el psicoanálisis. Lemercier y la mayoría de los monjes dejaron los hábitos para fundar en 1966 una nueva comunidad ecuménica laica llamada “Emaús”. La prensa nacional e internacional se hizo eco del conflicto en medio del Concilio Vaticano II (1962-1965). Cuernavaca fue escenario internacional, no solo por este inédito. Allí vivieron, además de Lemercier, Erich Fromm e Iván Illich. El Obispo de Cuernavaca era, en ese entonces, Don Sergio Méndez Arceo. Se escribía un acontecimiento único y singular en la historia del psicoanálisis y la Iglesia Católica.

## C. COMUNICAÇÕES ORAIS

### Sessão 1. História da psicologia, autor e obra

#### **Consideraciones críticas sobre la tradición empirista en la psicología de la consciencia de Wilhelm Wundt**

Andrés Fernando Ramirez Velandia  
Universidad Nacional de Colombia

Debido a las fuertes influencias de la ilustración en las formas de conocimiento occidental, a partir del siglo XVII se desarrolla un gran interés por las formas de racionalidad que implican los discursos unívocos que intentarían tomar las riendas del devenir histórico. Estas formas de conocimiento ilustrado se convirtieron en el garante de los estándares que marcaban el desarrollo y avance de la historia del conocimiento, la cual, era vista como un cúmulo de acontecimientos que convergían en un diálogo del cual se desprendía una imagen lineal o escalonada en la que se superaban constantemente los peldaños anteriores y se perdía en cada escalón el interés por temas pasados. Esta imagen de la historia fue ampliamente difundida entre los círculos académicos de todo el mundo occidental, y sólo a partir de la segunda mitad del siglo pasado comienza un interés renovado por la historia. La pertinencia de estudiar la historia de la psicología se justifica por sí misma por el poco interés que se ha dado a la historia dentro de la tradición disciplinar, y el caso de la psicología de la consciencia de Wundt, resulta paradigmático para comprender las raíces teóricas y filosóficas que dieron el sustento a su concepción de lo psicológico, y en este caso particular, su postura frente a la discusión entre empirismo y racionalismo sobre lo mental. De acuerdo a lo anterior, el siguiente trabajo tiene como objetivo principal mostrar una versión matizada de la psicología científica de la consciencia de Wilhelm Wundt, en la cual el carácter de lo científico no excluye la importancia de algunas nociones provenientes de la tradición racionalista europea, y por el contrario abren nuevas posibilidades al diálogo interdisciplinar entre la filosofía y la psicología. La presente investigación es de naturaleza teórica, y su metodología está principalmente encaminada a clarificar y ampliar los puntos presentados en el estado del arte, de modo que sea posible construir el horizonte conceptual adecuado para interpretación de las teorías que han caracterizado la psicología de la consciencia de Wundt a la luz de las tradiciones filosóficas. Es muy común tomar el nombre de Wilhelm Wundt como el fundador de la psicología científica moderna, y de hecho, en la mayor parte de los manuales de historia de la psicología como entre los círculos académicos, aparece dicho autor como tópico histórico en el nacimiento de la disciplina. Es por esto que en la investigación se aborda el nacimiento de la psicología como fruto del *zeitgeist* que rodeaba a la comunidad académica en Europa en el siglo XIX, señalando algunos elementos históricos heredados de la discusión epistemológica que se dio en Europa entre empiristas y racionalistas. Wundt, a pesar de su afiliación con las ciencias experimentales derivadas de una lectura del empirismo, sostuvo una inclinación hacia las ideas de la tradición racionalista, según las cuales, no era posible entender la consciencia estudiando sus cualidades por separado (elementarismo o asociacionismo), sino comprendiendo su papel activo, autónomo y unificador. El papel de los fenómenos psicológicos no puede



reducirse a la causalidad fisiológica, y por tanto resulta fundamental mantener la diferenciación entre fenómenos fisiológicos y psicológicos. Aunque las impresiones y las ideas posean la característica fundamental de tener siempre como base el mundo objetivo, cuando se experimenta el mundo consciente de manera conjunta, aparece la cualidad subjetiva de la sensación. La vida psíquica implica un carácter de totalidad, de voluntad, de subjetividad y de indeterminación que no nos permite captar leyes universales e inamovibles basadas en sus elementos constitutivos. No es posible seguir la perspectiva empirista de rastrear leyes universales para los fenómenos de la consciencia, puesto que, estos fenómenos mentales poseen la característica de ser activos y las leyes sólo son idealizaciones de mundos posibles donde las condiciones de los eventos siempre se repiten de la misma manera, mientras en la realidad no existen tales leyes, puesto que el curso de los fenómenos sólo está determinado por una regularidad cuando dichas regularidades no son anuladas por otras regularidades o leyes, y esto nunca sucede.

Palabras clave: historia de la psicología moderna, Wilhelm Wundt, empirismo/racionalismo

### **Revisitando Jean Piaget: a memória na ótica da epistemologia genética**

Ronald Clay dos Santos Ericeira  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Jean Piaget é considerado por muitos historiadores da Psicologia o maior psicólogo do século XX tanto pela extensão de sua obra, quanto pela grandeza de suas contribuições teóricas. Jean Piaget escreveu mais de 70 livros e 200 artigos sobre o desenvolvimento cognitivo humano. Em 1955, ele cria, no quadro da faculdade de Ciências da Universidade de Genebra, o Centro Internacional de Epistemologia Genética (CIEG) cuja finalidade era assegurar a possibilidade de um trabalho interdisciplinar entre psicólogos, matemáticos, físicos, biólogos e pedagogos. Este Centro de pesquisa tinha como objetivo construir uma epistemologia genética, ou seja, uma ciência positiva, tanto empírica como teórica. Ao invés de se perguntar o que é o conhecimento, como fazia a filosofia, a Epistemologia Genética se pergunta como os conhecimentos crescem ou aumentam em compreensão e em extensão. Em outras palavras, para Piaget e seus colaboradores, os humanos se desenvolvem através de estágios, passando de um nível conhecimento menos complexo para níveis de conhecimentos mais complexos e potentes. Os estágios de desenvolvimento formulados pela Epistemologia Genética são os seguintes: Sensório-Motor, Pré-Operatório, Operações Concretas e Operações Formais. Em um primeiro período, o CIEG estudou temas como as aquisições mentais das noções de número, de espaço, de tempo e de causalidade. A partir dos anos de 1960, Piaget e colaboradores passaram a se ocupar de questões de processos cognitivos, como aprendizagem e a memória. O objetivo deste é exatamente visitar um tema que inadequadamente pode ser considerado secundário dentro dos estudos piagetianos: a memória. Nosso olhar será debruçado em dois textos produzidos no seio do CIEG, quais sejam: *mémoire e opérations de l'intelligence*, de Jean Piaget e *Mémoire et Intelligence*, de Piaget e Inhelder. Estas duas obras são inovadoras de duas maneiras: A primeira é propor uma teoria geral e uma nova definição que coordena a noção de memória com outros conceitos gerais de psicologia construtivista, e em especial os de

esquema mental. A segunda diz respeito aos próprios resultados para as pesquisas que irão reforçar e clarificar concepções construtivistas da memória humana. A nova definição proposta de memória concebida pela epistemologia genética é baseada na distinção entre um sentido amplo e sentido restrito do conceito de memória. Em um sentido amplo, a memória pode ser identificada com qualquer fenômeno biológico, psicológico e fatores sociais que se armazenam ao longo do tempo. No que tange ao sentido estreito da memória, a noção bergsoniana de *image souvenir* ocupa o lugar central para os piagetianos. A aceção de *image-souvenir* envolve a inferência de que percepção e as imagens do presente influenciam a forma de recordação das lembranças armazenadas do passado. Desdobrando suas reflexões sobre a memória no sentido estrito, Piaget e colaboradores estudaram ainda os seguintes tipos de memória: memória de reconhecimento, memória de evocação e memória de reconstrução. No reconhecimento, o sujeito faz o esforço de reconhecer se já observou ou não um objeto ou sequência de eventos. Na evocação, o sujeito é testado a recordar uma situação vivida no passado a partir de dicas ou de pistas. No processo de reconstrução, o indivíduo é convidado a reconstruir de forma a mais fidedigna possível situações ou tarefas executadas anteriormente. Como Piaget e Inhelder conduziam suas pesquisas em memória? Eles organizavam sessões de testagem da capacidade de organização seriada e de conservação de número em crianças em vários estágios do desenvolvimento. Em intervalos de tempos espaçados e programados, as crianças eram testadas a relembrar as mesmas situações-testes vividas antes. No balanço de resultados destas pesquisas, a epistemologia genética postula que a memória, longe ser imutável, é suscetível de se modificar sob a dependência dos esquemas de inteligência que estão em curso ao longo do desenvolvimento cognitivo. Em poucas palavras, a memória seria um caso particular da atividade da inteligência, podendo ser melhorada, por exemplo, quando a criança amplia o espectro de suas operações mentais. Revisitando estas concepções de memória na ótica da epistemologia genética, acreditamos re (alimentar) as discussões atuais da memória no âmbito das ciências cognitivas, principalmente as pesquisas que implicam uma concepção construtivista, a saber: a memória do passado seria uma atividade de reconstrução. Ademais, sendo Jean Piaget um eminente personagem da história da Psicologia, é sempre oportuno e instigante visitar seu percurso de vida e seus discursos teóricos.

Palavras-chave: Piaget, memória, epistemologia, genética, inteligência

### **A introspecção no pensamento de William James – uma análise das obras *Principles of Psychology* e *Psychology: Briefer Course***

Camila Soares Carbogim  
Rayssa Maluf de Souza  
Saulo de Freitas Araujo

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

A psicologia, definida como a ciência dos fenômenos mentais, depara-se desde seu início com o problema de determinar o método mais adequado para a investigação do seu objeto. Nesse contexto, a introspecção surge como possível método para o conhecimento desses fenômenos, contrapondo-se à observação das ciências naturais. O debate em torno do tema apontou diversas propostas metodológicas, sendo o método introspectivo uma delas. Em linhas gerais, a introspecção pode ser entendida como a

auto-observação dos próprios estados internos. Entretanto, ao longo da história da psicologia, observamos que o termo “psicologia introspectiva” abrange uma variedade de posições diferentes e divergentes sobre teoria e prática. As discussões sobre a introspecção são anteriores ao século XIX, estando presentes, por exemplo, nas tradições britânica, francesa e alemã, com especificidades próprias aos debates de então. Embora sofra inúmeras críticas ao longo dos tempos, no século XX a introspecção reaparece no centro dos debates contemporâneos na filosofia da mente e na ciência cognitiva, que buscavam o método mais adequado para o estudo empírico da consciência. Tendo por base os argumentos apresentados e a importância histórica da introspecção, este trabalho tem como objetivo analisar e discutir o papel do método introspectivo na psicologia proposta por William James, no fim do século XIX, em duas de suas principais obras, a saber: *The Principles of Psychology* (1890) e *Psychology: Briefer Course* (1892). Para tanto, foi realizada uma pesquisa historiográfica que partiu da análise minuciosa de tais textos, tendo sempre em vista o contexto específico de suas discussões ou reflexões sobre a introspecção e questões a ela relacionadas. A pesquisa tomou como fonte primária a “Edição Crítica” das obras reunidas de James (*The Works of William James*) – editada pela Harvard University Press (Burkhardt, 1975-1988). Quando analisamos os *The Principles of Psychology* (1890/1981) e sua versão abreviada, *Psychology: The Briefer Course* (1892/1984), adquirimos uma compreensão mais detalhada do método introspectivo, bem como de seu objeto, limites e importância para a investigação psicológica. Em ambos há um marco de transição entre a parte fisiológica e a parte psicológica, principalmente a partir do capítulo sobre o fluxo de consciência/pensamento. Nos *Principles*, dois pontos merecem destaque quanto aos limites da introspecção: o primeiro, de que só é possível estudar fenômenos da consciência; e, o segundo, de que a única dimensão que pode ser investigada no pensamento é a dos fenômenos, sendo impossível conhecer a natureza ontológica da mente. Nessa perspectiva, a introspecção passa a ser definida como o “o ato de olhar para as nossas próprias mentes e relatar o que descobrimos lá”, sendo o papel do psicólogo trabalhar à luz de seu próprio conhecimento e pronunciar se um determinado estado mental é verdadeiro ou falso. Embora James nos apresente um saber introspectivo repleto de dificuldades e falhas, em sua conclusão do capítulo ele não descarta a introspecção como método, confiando que este método pode ser melhorado, de forma que poder-se-ia chegar a um consenso teórico na psicologia com base em investigações introspectivas. Por sua vez, nos capítulos seguintes, a introspecção aparece como ferramenta para auxiliar na compreensão do que é a consciência. O *Briefer Course* foi escrito como uma versão abreviada do *The Principles of Psychology* e, no mesmo, se pode observar que o método introspectivo mantém seu importante papel na investigação psicológica de James. Entretanto, nota-se que aí o capítulo dedicado exclusivamente ao método foi excluído, de forma que não há nenhuma menção particular aos métodos de investigação do campo dos fenômenos mentais. James apenas destaca, no capítulo referente ao fluxo da consciência que, a partir daquele ponto, a investigação psicológica tem uma base analítica e introspectiva e, nos demais capítulos, constata-se que a mesma estrutura de análise foi mantida. Em resumo, percebemos que James, no *The Principles of Psychology*, define claramente o que ele entende por introspecção. Além disso, nesta obra e no *Psychology: The Briefer Course*, a introspecção mantém-se como ferramenta de investigação dos fenômenos mentais. Além, disso, em ambos, o autor deixa patente a dificuldade que o método introspectivo apresenta por suas próprias características.

Palavras-chave: William James, introspecção, história da psicologia

Financiamento: FAPEMIG, CAPES, CNPq

## **De ciência natural à ciência mental: uma análise da obra inicial de Edward Bradford Titchener**

Cintia Fernandes Marcellos

Saulo de Freitas Araujo

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Um tema frequente na historiografia da psicologia sobre o século XIX é a relação que os sistemas psicológicos estabelecem com a Filosofia, bem como seu estatuto frente a outras ciências. A análise destas relações permite situar as fronteiras do que se entende por ciência em cada contexto e quais ligações ela estabelece com outros domínios, assim como identificar as possibilidades e as limitações na compreensão do próprio fenômeno estudado, considerando-se tanto aspectos epistemológicos quanto metodológicos. A obra inicial de Edward Titchener (1867-1927), embora reflita uma fase de constituição de suas ideias, permite identificar elementos desta relação e sua análise contribui para um tratamento mais compreensivo dos desdobramentos e modificações presentes nas fases seguintes de sua produção. Ao analisarmos a literatura especializada sobre o assunto, é possível perceber que a desatenção a esse período resultou em um tratamento fragmentário de sua obra, contribuindo para uma interpretação equivocada de suas concepções e, conseqüentemente, para o gradativo abandono de suas ideias. Integrando uma pesquisa de doutorado, cujo propósito é analisar as concepções filosóficas relacionadas à totalidade da obra de Titchener, a presente comunicação tem como intuito apresentar os resultados obtidos na primeira fase deste projeto. Mediante uma pesquisa histórica voltada à análise do desenvolvimento interno das ideias do autor e recorrendo aos artigos e livros publicados no período de 1889 a 1899, incluindo suas diferentes edições, foi possível encontrar informações ainda pouco exploradas. Dentre elas pode-se destacar uma modificação na classificação científica da psicologia e suas conseqüências para a relação entre ela e outras áreas de conhecimento e para a compreensão do relacionamento entre o mental e o físico. Inicialmente, e ainda de maneira dispersa e pouco elaborada, Titchener considera a Psicologia como uma ciência natural em desenvolvimento, que deveria estabelecer-se ao lado de disciplinas como a Física e a Fisiologia, e recusa qualquer teoria psicofísica que envolva, explícita ou implicitamente, uma relação de causalidade entre fenômenos físicos e mentais, embora não apresente nenhuma formulação alternativa. Tal postura parece refletir a formação final de Titchener em Oxford, com significativa influência das ciências biológicas, e a tentativa de manter as disciplinas filosóficas completamente afastadas da investigação sobre a vida mental. Por outro lado, não obstante sua classificação da psicologia como ciência natural, Titchener ainda procura preservar certo espírito de escola, incluindo-se naquela de Wilhelm Wundt. Algumas mudanças começam, contudo, a ser delineadas por volta de 1895, quando ele reconhece que os trabalhos realizados nos laboratórios norte-americanos já representam uma nova escola de Psicologia e passa a oferecer uma apresentação mais sistemática de suas ideias. A mais importante delas é a passagem da Psicologia para o domínio das ciências mentais, tendo como base a distinção entre dois aspectos da experiência, o independente e o dependente, e a defesa da explicação dos fenômenos mentais a partir de suas condições corporais de ocorrência, recusando ao mesmo tempo uma causalidade psíquica ou entre fenômenos físicos e mentais. Com isso, apesar de considerar a Psicologia como uma ciência mental e recusar a abordagem materialista, o tratamento dado a este domínio revela uma perspectiva que pode ser chamada de organicista, compatível, do ponto de vista metafísico, com um monismo em que as noções de

matéria e espírito dão lugar a uma concepção unitária de experiência. Embora seu propósito tenha sido defender a possibilidade de uma ciência desenvolvida exclusivamente a partir da experiência e não dependente dos postulados de quaisquer disciplinas filosóficas, é possível perceber que o amadurecimento das ideias científicas de Titchener foi acompanhado por um posicionamento filosófico que, se não constituía um interesse central para o autor, configurou-se como um aspecto incontornável, tanto em função dos questionamentos que sofria, quanto da necessidade de uma apresentação coerente de suas próprias ideias e em acordo com concepções aceitas à época. Acredita-se que a análise cuidadosa das transformações e dos significados dessas concepções nos permitirá compreender as formulações apresentadas por Titchener nos anos seguintes e avaliar suas contribuições à Psicologia, reconhecendo em seu processo de amadurecimento intelectual a procura por uma teorização autêntica acerca dos fenômenos psicológicos.

Palavras-chave: ciência, Edward Titchener, história da psicologia, filosofia da psicologia

Fonte de financiamento: Capes

### **Vigotski e a apropriação da filosofia da linguagem humboldtiana: um estudo a partir de “Pensamento e linguagem”**

Arthur Venuto Lopes Viana  
Carlos Henrique de Souza Gerken  
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

A presente pesquisa tem como objeto de estudo a apropriação de Vigotski em relação à filosofia da linguagem humboldtiana, em sua delimitação teórica sobre a relação entre pensamento e linguagem. Neste sentido, partimos da consideração da importância da filosofia romântica de Humboldt para a constituição das ciências sociais e humanas, uma vez que, ao considerar a linguagem em sua dimensão constitutiva do pensamento, a filosofia de Humboldt lança as bases para uma mudança paradigmática no interior da filosofia e indica que o estudo da língua de um povo pode ser a chave para a compreensão dos diferentes processos de pensamento. Assim, assumimos o pressuposto básico de que o processo de produção do conhecimento é uma atividade dinâmica e criativa, na qual a noção de apropriação ocupa um lugar central. Neste entendimento, consideramos que a perspectiva de Vigotski sobre a relação entre pensamento e linguagem é fruto de uma atividade coletiva e criadora que, ao colocar em diálogo diferentes campos de problemas, ultrapassa os limites dos pressupostos teóricos ou filosóficos que lhe serviram de base. Nesta direção, é possível indicar que o processo de apropriação corresponde a um movimento de reconstrução, no plano individual, de elementos empíricos e teóricos já objetivados na cultura e, por sua vez, pressupõe um lugar de criação ao sujeito que se apropria de algo. Trata-se, portanto, de um estudo teórico no qual procuramos ressaltar a apropriação vigotskiana de alguns aspectos constitutivos da filosofia idealista de Humboldt, explicitando a reconfiguração destes pressupostos a partir do solo epistemológico do materialismo dialético de Marx e Engels. Para desenvolver esta análise, partimos de leituras rigorosas da obra na qual Humboldt delimita sua concepção de linguagem, a partir da qual foram construídas as

categorias centrais de sua formulação, quais sejam: 1. A relação entre pensamento e linguagem; 2. A origem da linguagem; 3. Linguagem e concepção de mundo e, por fim; 4. A linguagem como uma atividade dialógica. Além disso, buscamos as contribuições de estudiosos da filosofia humboldtiana que discutem seus aspectos epistemológicos e, assim, possibilitam a compreensão de suas formulações em sua totalidade. Posteriormente, assumimos como estratégia metodológica a busca por referências explícitas e implícitas à filosofia humboldtiana no interior da obra na qual Vigotski discute sua teoria sobre a relação entre pensamento e linguagem, bem como em outros textos nos quais o autor trabalha esta questão. Neste processo, buscamos analisar a forma a partir da qual Vigotski trabalhou cada uma das categorias de análise construídas a partir da obra de Humboldt, o que permitiu que fossem estabelecidos os pontos nos quais os autores se aproximam, bem como os momentos nos quais assumem posições divergentes. Uma vez que o processo de apropriação da filosofia humboldtiana por Vigotski foi condicionado pelo materialismo dialético, também foi necessária uma investigação das bases epistemológicas e metodológicas dos escritos vigotskianos e, dessa forma, buscamos explicitar a reconfiguração de alguns elementos da filosofia de Humboldt no interior da perspectiva de Vigotski. A análise empreendida neste texto permitiu a visualização da matriz filosófica de Humboldt no interior da teoria de Vigotski, posto que o psicólogo soviético assume que a linguagem possui uma função constitutiva em relação ao pensamento e, mais ainda, compreende a relação entre pensamento e linguagem em sua dimensão processual e dinâmica. No entanto, também foi possível observar momentos nos quais a perspectiva vigotskiana se distancia das formulações de Humboldt, ao argumentar sobre a origem da linguagem, bem como em sua compreensão da linguagem como prática social objetivada. Neste sentido, é possível indicar que a teoria de Vigotski sobre a relação entre pensamento e linguagem, fundamentada no materialismo dialético, supera dialeticamente as contribuições de Humboldt e se configura como uma perspectiva teórico-metodológica coerente e original.

Palavras-chave: Vigotski, Humboldt, pensamento, linguagem, apropriação

Fonte de financiamento: CAPES

## **Sessão 2. Minorias e história da psicologia**

### **Emergência histórica do asilamento indígena na ditadura – implicações psicológicas dos ajustes de comportamento**

André Luís de Oliveira de Sant'Anna  
Alexandre de Carvalho Castro

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)

O objetivo desse estudo foi analisar a emergência histórica do asilamento indígena no período da ditadura militar no Brasil, considerando as implicações psicológicas que se desvelam a partir desse fenômeno. De fato, são pouco conhecidos os mecanismos de controle social de indígenas brasileiros, dispositivos disciplinares esses que permitem relevantes estudos e articulações entre a psicologia e as práticas de reeducação usadas

para vigilância de comportamentos desviantes. A partir de critérios metodológicos qualitativos, o que se pretendeu foi verificar os aspectos relativos à “proveniência” e “emergência” de tais dispositivos disciplinares, em especial o da aldeia Krenak, razão pela qual a opção teórico-metodológica teve como base a genealogia de Foucault. Assim, a metodologia visou problematizar as informações contidas em documentos e relatos sobre as ações operadas pelas estruturas e agentes do estado em prol do controle dos desviantes dentre a população indígena. O documento tido como básico, nesse contexto, foi o assim chamado “Relatório Figueiredo”, que esteve desaparecido por cerca de 40 anos e foi resgatado no levantamento de dados realizado pela Comissão Nacional da Verdade. Esse relatório tratou dos processos disciplinares implementados, mais intensamente pelo governo da ditadura militar, face aos desvios sociais identificados em diversas aldeias indígenas espalhadas em distintas regiões do território brasileiro. Realmente, os registros presentes em tal relatório, uma vez identificados com o objetivo da pesquisa, foram situados com o contexto histórico de sua emergência, posto que elaborado em 1967 e tornado público em março de 1968. A partir desse relatório foram tomadas uma série de medidas — como a extinção do Serviço de Proteção ao Índio e criação da FUNAI — e, em especial um dispositivo de asilamento, cuja análise foi feita em decorrência de fontes corolárias. O Reformatório Agrícola Indígena Krenak foi um dispositivo de asilamento indígena criado em fins dos anos 60, pelo Estado através de portaria, em Minas Gerais, e cedido à FUNAI para implementar o controle de comportamentos desviantes. Esse reformatório era também designado como “Centro de Reeducação Indígena”, e foi descrito pelo senador Osires Teixeira, em discurso apresentado no senado em 1972, como um lugar onde os índios eram levados para retornarem para suas comunidades com uma nova profissão, com mais conhecimentos, saúde e em melhores condições de contribuir com seu cacique. No entanto, na prática, o espaço do Krenak era o lugar para onde foram levados índios de dezenas de etnias, acusados de cometerem furtos, alcoolismo ou “vadiagem”, sendo submetidos a trabalhos forçados, castigos físicos e isolamento. Além disso e nesse mesmo período, foi criada também a Guarda Rural Indígena onde índios foram ensinados a aplicarem práticas de tortura pelo Comando da Polícia Militar, e se tornaram elementos importantes no controle e punição realizados pelos órgãos oficiais. Em suma, o Centro de Reeducação Indígena Krenak funcionou entre 1969 a 1972, como uma instituição destinada a acolher e recuperar índios considerados infratores e desajustados se tornando um exemplo de arbitrariedade e violência operados pelo estado com a finalidade de transformar a população indígena em corpos dóceis. O este estudo mostrou que a emergência de tal processo de asilamento se deu em um momento da vida social brasileira, marcada de tal modo pela Ditadura Militar, que até mesmo os índios, em diversas de suas manifestações culturais, eram interpretados como subversivos à ordem institucional vigente.

**Palavras-chave:** asilamento indígena, cultura indígena, relações étnico raciais

## **A psicologia no atendimento ao aluno surdo com dificuldade de aprendizagem: história e interconexão com a educação**

Christiane Maria Costa Carneiro Penha  
Kátia Barbosa da Silva Perez  
Secretaria Municipal de Educação – RJ  
Antonio Ricardo Penha  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A presente pesquisa sobre a intervenção do psicólogo da educação no atendimento ao aluno surdo com dificuldade de aprendizagem, encontra-se em construção, e tem como objetivo, analisar o contexto das relações interpessoais de quem trabalha diretamente na alfabetização de pessoas surdas. Alguns pesquisadores como Pimenta (2006), Quadros (2007) e Carvalho (2010), entendem que a surdez é comprovada pelos diagnósticos clínicos que classificam suas variáveis e agravantes, determinando o grau da perda de audição de leve até profunda. Após o espaço clínico de avaliação, a presença do psicólogo tende resolver na escola, os conflitos e os pontos de interrogação que tais resultados causam nos pacientes e seus familiares. Algumas pessoas que já nasceram surdas lidam bem com essa diferença, outras não, e nesse caso, precisam do atendimento psicológico. De acordo com Pimenta (2006), “alguns alunos possuem outros comprometimentos clínicos causadores da dificuldade de aprendizagem, além da perda da audição”, e para ocupar um espaço de referência significada entre a comunicação do aluno e seus familiares em casa, e a dificuldade desse aluno em expressar-se em sala de aula, o psicólogo especializado em educação passou a fazer parte do corpo de profissionais diretamente ligado a escola. Este estudo está vinculado a Psicologia como ciência, e possui interconexões com a Educação, que para o êxito de sua aplicação, foi amplamente debatido pelos legisladores e no âmbito das câmaras da Educação Básica e Superior. Como metodologia será realizada uma pesquisa etnográfica com observação participante em duas escolas bilíngues da 6.<sup>a</sup> coordenadoria de educação da rede municipal de ensino da Cidade do Rio de Janeiro, dedicadas a educação de alunos surdos, com espaço, para formação de professores em Língua Brasileira de Sinais. Será apresentada neste trabalho uma introdução da história da educação de surdos tendo como referencial teórico da pesquisa, os estudos do psicólogo Dr. Fernando César Capovilla, autor/editor do “Dicionário Enciclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua Brasileira de Sinais” (Edusp, 2008), e da professora Dra. Ronice Muller de Quadros, autora do livro “Educação para Surdos” (Artmed 2004), que destacam em suas publicações a organização dos surdos como federação, o reconhecimento legal da língua brasileira de sinais através da Lei 10.436/2002 que a define para a comunicação e ensino de surdos e, o decreto n. 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que preceitua as instituições de ensino responsáveis pela educação básica, como órgãos de garantia de inclusão e integração de alunos surdos ou com deficiência auditiva. A obra desses autores destaca a interconexão das atividades profissionais do psicólogo e do professor na busca elementos apropriados para ensinar alunos surdos, onde, sem o conhecimento da sua identidade surda, língua e cultura não há como trabalhar pedagogicamente o seu aprendizado. Realizaremos na primeira parte da pesquisa, a revisão da literatura e a organização das relações lógicas entre Psicologia e Educação. Na segunda parte, verificaremos como ocorre o processo de análise e instrumentalização dos atendimentos aos alunos surdos que demonstram dificuldade de aprendizagem e de comunicação, considerando nesse contexto, a utilização dos recursos da psicologia e da educação. Nesse sentido, Skliar (2006) afirma que na “educação de



surdos fala-se de um círculo de baixas expectativas e, ao avalia-lo pelo rendimento dos alunos ouvintes, o resultado final considerará o aluno surdo atrasado”. Um ambiente de grupo criado pelo psicólogo para verificar e pesquisar essas indagações em primeiro lugar, priorizará, as necessidades dos alunos no sentido de verificar quais são os elementos que interferem diretamente na aquisição dos conteúdos educacionais propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais para aquele ciclo, tornando claro, que o ambiente de grupo para o ensino sem as interferências externas são importantes para o trabalho pleno do professor e para o entendimento do aluno. Resultado: com a previsão de aumento no índice de aprovação de alunos surdos, os professores e outros profissionais da educação (coordenadores e diretores), consideram o projeto de psicologia para atendimento ao aluno surdo positivo, pois trata-se de uma nova abordagem dentro da escola inclusiva que vive um processo de educação de surdos após o efeito da lei n. 10.436 de 2002. Positivo também, são os estudos de casos das dificuldades de aprendizagem desses alunos, que dão suporte a novos temas pedagógicos para a capacitação continuada de professores.

Palavras-chave: psicologia, educação, surdez, aprendizagem

### **As diferentes gerações na história do movimento negro brasileiro no pós-abolição e suas demandas**

Dayse de Marie Oliveira

Ana Maria Jacó-Vilela

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

O contexto social mais amplo informa e influencia a produção nas ciências humanas em geral, inclusive o campo da psicologia. Acreditamos que a análise da história da produção acadêmica da psicologia relacionada a tema das relações raciais no Brasil mostrará que as mudanças na esfera pública produzidas pelo movimento negro se refletem nos temas, nas preocupações e nas orientações normativas dos pesquisadores. O objetivo deste trabalho é o levantamento histórico do movimento negro brasileiro no período pós-abolição, pós 1888. A partir desse momento, os primeiros grupos que lutavam contra a discriminação do negro e a inclusão do mesmo na sociedade brasileira datam de 1910. Eram iniciativas tais como jornais, revistas, grêmios esportivos, clubes e grupos culturais. Tratavam especificamente da marginalização do negro na sociedade brasileira e buscavam, através de suas ações e da informação para a população, a inclusão do negro na sociedade sem que fossem prejudicados pela sua cor, bem como a conscientização de que o negro teria as condições intelectuais e faculdades necessárias para ocupar posições sociais e de trabalho os quais eram, então, ocupados apenas por brancos ou mestiços claros. Em 1931 foi fundada a Frente Negra Brasileira (FNB) na cidade de São Paulo, um grupo militante com atuação intensa através de meios legais que fomentassem a inclusão do negro na sociedade. As políticas culturais nacionalistas dos governos de Getúlio Vargas (1930-1954), ao mesmo tempo em que valorizavam a unidade nacional na qual se encaixava a ideia de uma democracia racial, reconheciam a contribuição do negro e do índio na formação da nação, como parte das proposições que buscavam a integração de setores até então marginalizados no universo social brasileiro. Em 1944, por iniciativa do ator Abdias do Nascimento [1914-2011], foi criado o Teatro Experimental do Negro (TEN) atuante na área cultural. Com o fim do Estado Novo, o país viveu um período democrático que se estende de 1945 a 1964. Trata-se de uma

época na qual o movimento negro não chegou a ter maior presença no espaço público além das atividades promovidas pelo Teatro Experimental do Negro e por associações culturais diversas. Ainda que se fizessem presentes algumas iniciativas relevantes, em geral as lutas sociais deste período de democratização do país tiveram caráter generalista, sem referência a diferenças culturais (ou de gênero) dos setores oprimidos da população. As políticas repressoras do regime militar brasileiro, de 1964 até o início da década de 1980, não estavam focadas nas manifestações dos grupos existentes do movimento negro que tinham um caráter mais cultural, apesar das demandas por representação política. Na medida em que não se acreditava que existia racismo no país, as ações do movimento negro eram vistas mais como reivindicações por oportunidades sociais. Foi exatamente neste mesmo período que a ideia da democracia racial foi ruindo diante dos trabalhos sobre a desigualdade social que começam a ser realizados e discutidos publicamente na década de 1970. Assim, começaram a surgir grupos no Brasil enfatizando ser crônica a exclusão social e econômica do negro no Brasil e, mais do isso, de serem veladas pelo mito da democracia racial. Em 1978, foi criado o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), posteriormente denominado como Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial e, atualmente intitula-se apenas como MNU (Movimento Negro Unificado) contando com representações em várias capitais do país. Nas últimas décadas do milênio surgiram grupos associados a sindicatos, de mulheres, de partidos políticos, artísticos, de igrejas e comunidades que se definem como parte do movimento negro. As comemorações do centenário da abolição (1988), o apoio inicial dado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) a políticas de ações afirmativas, o engajamento da Fundação Ford com distribuição de recursos para ONGs e experiências de ações afirmativas em universidades, e finalmente a conquista da Presidência da República em 2002 pelo Partido dos Trabalhadores (PT), deram um impulso enorme ao movimento negro. Além da implementação de políticas de ação afirmativa focadas na inclusão da população negra nas universidades, o novo cenário favoreceu o surgimento de muitos grupos do movimento negro em todo o país, inclusive com participação em órgãos governamentais de representantes da população negra, bem como a reativação de grupos antigos e o reposicionamento de personagens importantes do movimento negro.

Palavras-chave: movimento negro, minoria, igualdade racial, inclusão

### **“Febrônio à luz da psicanálise”: o discurso médico-legal e o debate racial brasileiro**

Hugo de Nilson Damasceno  
Hildeberto Vieira Martins  
Universidade Federal Fluminense (UFF – Rio das Ostras)

O presente trabalho tem por objetivo apresentar e discutir a história de Febrônio Índio do Brasil, personagem que esteve em evidência nos registros policiais e nos noticiários (jornais) do Rio de Janeiro durante as primeiras décadas do século XX (1920-1930). O “caso Febrônio” serviu a muitas apropriações e interpretações (antropologia, psicanálise, psiquiatria, direito, literatura, cinema, teatro etc), mas o que nos interessa assinalar é que apesar dessas inúmeras leituras e das exaustivas reanálises do caso, um aspecto fundamental para os seus primeiros analistas na construção do “perfil” desse

“indivíduo perigoso” foi sendo paulatinamente negligenciado ou não recebeu o tratamento merecido nas análises feitas por certos autores que resolveram “dar voz” ao caso de Febrônio: a raça como signo para entender o Brasil e as suas diferenças. Mas que deixemos claro desde o início que não é propriamente de raça (ou raças) que se está discutindo quando da construção dessas histórias de vida que são objeto de investigação do olhar atento da ciência, nos parece que antes de se resumir a um problema racial, como foi o objetivo inicialmente realizado por Raimundo Nina Rodrigues (1935), o problema que ecoa através do debate formulado por esses “homens de ciencia” é muito mais a tentativa de elaboração de estratégias que giram em torno de práticas racializadoras e que transformam o que é aparente em real, em decorrência da suposta concretude que a ciência é capaz de emprestar aos seus “objetos” de estudo. Nesse sentido, a “cor”, funcionando como demarcador “racial”, e os estigmas degenerativos (aparência) servem de veículos que “iluminam” e essencializam nos corpos investigados as marcas que a ciência mesmo inventa como signo de realidade. Febrônio foi “objeto” de análise da medicina legal, e conceitos como “periculosidade” e “temibilidade” foram utilizados por Leonídio Ribeiro, Murillo de Campos e Heitor Carrilho na tentativa de explicação desse caso. O que verificamos nas obras destes autores é que há certo interesse em definir os limites do estatuto da liberdade individual, não apenas de Febrônio, como também de certos sujeitos que porventura viessem a ser enquadrados no conceito de indivíduo “perigoso”. Leonídio Ribeiro fez um uso mais apurado daquilo que podemos chamar de investigação psicológica das causas que levaram Febrônio ao seu comportamento criminoso. Valendo-se de explicações psicanalíticas, ele descreverá a “personalidade” de Febrônio e o motivo de suas ações criminosas. Para que pudéssemos nos encontrar em condições de produzir um análise explicativa sobre esse caso, foi realizada, por meio de trabalho de campo em bibliotecas localizadas no Rio de Janeiro, a busca por fontes documentais (livros, artigos, jornais, processos etc.) que versassem sobre este caso. Essa etapa de buscas foi realizada junto as seguintes instituições: Biblioteca Nacional, Biblioteca de Psicologia da Universalidade do Estado do Rio de Janeiro (IP-UERJ), Biblioteca do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB-UFRJ) e Museu da Justiça do Rio de Janeiro. Outra etapa dessa pesquisa foi a catalogação, seleção e análise de dois periódicos localizados na Biblioteca Nacional, disponibilizados em microfimes. Foram selecionados os jornais Correio da Manhã e A Noite, pela importância e maior circulação diária desses tablóides no período investigado (de 1920 à 1939). A partir da análise desse material foi possível mapear a construção de certas representações construídas pelo saber médico-psicológico e pelos jornais da época sobre o “caso Febrônio”. Os jornais referem-se ao caso empregando determinados termos que apontam para o grau de “periculosidade” de Febrônio: “O Homem de Alma Satânica” (A Noite, 23 de setembro de 1927), “Fera Humana” (Correio da Manhã, 09 de fevereiro de 1935). Seguindo as “pistas” encontradas podemos perceber que são muitas as adjetivações utilizadas para descrever esse caso. A repercussão do “caso” foi determinante para que Febrônio acabasse como o primeiro interno do manicômio judiciário, conforme comentado por Peter Fry (1985). Tamanho foi o impacto do “caso Febrônio” que diversos jornais deste período abordaram os delitos deste sujeito, divulgando também a posição das autoridades quanto ao caso, e isso serviu para que as ações de Febrônio povoassem o imaginário social daquele período.

Palavras-chave: história da psicologia, Febrônio Índio do Brasil, raça, questão racial brasileira

Fontes de Financiamento: FAPERJ

## **Estratégias de luta pela igualdade feminina: relações de gênero na história dos movimentos espírita e anarquista**

Maria Cláudia Novaes Messias  
Ana Maria Jacó-Vilela  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (EURJ)

Este trabalho analisa uma possível dupla inserção das mulheres nos movimentos anarquista e espírita, entre 1889 e 1922. A perspectiva teórico-metodológica se insere no campo da historiografia, mais especificamente da nova história, e o principal recurso metodológico é a análise bibliográfica e documental. O conceito de gênero é eleito como categoria de análise histórica fundamental, a partir da compreensão deste como elemento constituinte das relações sociais e uma forma primordial de significar as relações de poder. Espiritismo e anarquismo são escolhidos em função, sobretudo, de uma singularidade desses movimentos: ambos apresentavam discursos sobre a mulher destoantes dos hegemônicos. Em seus pressupostos, encontra-se uma postura diferenciada em relação à mulher, na qual a ideia da igualdade entre os sexos assume um papel relevante, não seguindo a tendência de atribuir às mulheres um lugar de submissão e silêncio. Há referências na literatura de que muitas mulheres, ao mesmo tempo em que se envolviam com o espiritismo/espiritualismo, também se envolveram em movimentos sociais contestadores, entre eles o socialismo e o anarquismo. Contudo, nesta investigação apenas foram encontrados fios soltos dessa trama, que evidenciam, notadamente, as específicas relações de poder e gênero constituinte da sociedade naquele período. Mas, sobretudo, a construção de uma historiografia profundamente influenciada pela hierarquia entre os gêneros, na qual a importância da experiência feminina, seja no contexto religioso, seja no contexto político é relativizada, tida como menos importante. O primeiro exemplo é o da porto-riquenha Luisa Capetillo (1879-1922), anarquista e espírita convicta foi uma importante feminista, líder operária, intelectual e escritora. Outra mulher, não propriamente anarquista, ainda que tenha mantido laços bastante próximos a este movimento: feminista, livre-pensadora, anticlericalista e a mais conhecida espírita espanhola, Amalia Domingo Soler (1835-1910). No Brasil, o primeiro exemplo que surge em meio às brumas é o espírita e anarquista gaúcha Espertirina Martins (1902-1942), que participou ativamente da militância operária anarquista no início do século XX. Outro exemplo que chama atenção é o da paulista Maria Antônia Soares (1889- ?), era operária e militante anarquista, tornou-se espírita após sua ida para o Rio de Janeiro, em meados de 1910. Contudo, partir daí, não foram encontrados dados de sua trajetória de vida, não se tem informações sequer sobre a data e o local de seu falecimento. Por fim, destaca-se o exemplo de Maria Lacerda de Moura (1887-1945), escritora, educadora, livre-pensadora e feminista mineira, cresceu em uma família constituída de espíritas convictos e anticlericais. Viveu entre aproximações e distanciamentos tanto do movimento anarquista quanto do espiritualismo. A historiografia, recentemente, enquadrou seu nome no anarquismo. E tem negado sua profunda relação com o espiritismo e outras doutrinas espiritualistas. Ficam evidentes as relações que se estabeleceram entre o anarquismo e o espiritismo, do final do século XIX às primeiras décadas do século XX, notadamente entre militantes anarquistas – homens – que explicitaram sua crença nos postulados espíritas. Contudo, não foram encontrados exemplos nítidos dessa intersecção no caso das mulheres, apesar dos discursos de ambos os movimentos acerca da emancipação feminina. As evidências de que as mulheres pudessem ter encontrado nestas duas doutrinas, espiritismo e anarquismo, possibilidades de luta por igualdade de

direitos e emancipação, estabelecendo uma relação entre elas, o que foi tão comum naquele período, são bastante difusas. Além do fato da própria participação feminina nesses movimentos, encontrar-se bastante obscura, na historiografia, quando se trata de analisar uma possível relação entre “religião” e “política”, as dificuldades se tornam ainda mais nítidas. A história se faz com os vestígios do passado, e esses vestígios não são neutros; são construídos e reconstruídos imersos nas relações de poder que desdobradas, evidenciam as relações de gênero que atravessam e constituem o tecido social. Assim como a própria história. Sendo elas mulheres, anarquistas, ou espiritualistas, anarquistas e espíritas: o silêncio lhes cai bem.

Palavras-Chave: gênero, mulher, história, espiritismo, anarquismo

Financiamento: Capes

### **Sessão 3. Divergências e refrações**

#### **Violência e seus efeitos psicossociais segundo Martín-Baró**

Karina Oliveira Martins  
Fernando Lacerda Júnior  
Universidade Federal de Goiás (UFG)

O presente trabalho estudou o conceito de violência na obra de Martín-Baró buscando, especificamente, compreender como o autor definiu o conceito e, especialmente, como as mudanças no contexto social de El Salvador marcaram o desdobramento dos estudos de Martín-Baró sobre a violência e os processos psicossociais que dela derivam. A pesquisa é resultado da iniciação científica financiado pelo CNPQ. A pesquisa se desenvolveu por meio da análise de textos escritos por Martín-Baró ao longo de sua vida. Os textos estudados foram escolhidos a partir de um levantamento bibliográfico focando a obra do autor. O levantamento, inicialmente, encontrou vinte e sete textos de Martín-Baró que, diretamente ou indiretamente, estudaram a violência. Destes, foram escolhidos seis. Foram excluídos todos os textos que não abordavam diretamente a violência como fenômeno psicossocial ou os efeitos psicossociais da guerra civil em El Salvador. Também foram escolhidos apenas textos publicados em anos diferentes, com a finalidade de verificar o desenvolvimento teórico do autor ao longo de um intervalo de tempo. Após a seleção de textos foi realizada uma leitura sistemática em que se tentou identificar as ideias fundamentais, a linha de argumentação e as ideias dominantes nos textos. A importância de se estudar como Martín-Baró analisou um processo específico, a violência, se dá para se efetivar um profundo estudo sobre as contribuições da Psicologia da Libertação. Além disso, serve para analisar como a obra do autor foi marcada pela guerra civil de El Salvador, uma guerra bélica e psicológica que durou doze anos. Nota-se na obra do autor o predomínio de uma abordagem histórica à violência, concebida como processo construído e significado socialmente e que responde a certos interesses de classe, podendo ser um instrumento tanto de desumanização como de humanização. Assim, a violência só pode ser compreendida se contextualizada em determinado período e local histórico. O estudo dos textos analisados possibilitou classificar três tipos de estudos de Martín-Baró sobre a

violência: (1) trabalhos de definição teórica – em que Martín-Baró define violência, diferencia de outros processos (como agressão), diferencia tipos de violência (estrutural, institucional, etc.), apresenta fatores constitutivos e processos inerentes à violência; (2) trabalhos sobre os efeitos psicossociais da guerra – em que o autor destaca que processos são produzidos pela violência, como a desumanização, o trauma psicossocial, a possibilidade de humanização; etc. (3) a relação entre violência e guerra – em que o autor estudou especificamente a configuração do fenômeno violento em um contexto de guerra civil. Além disso, o estudo possibilitou identificar uma diferença qualitativa entre um primeiro estudo sobre violência, sintomaticamente publicado antes do início da guerra, em que a sua principal preocupação era problematizar a possibilidade do Estado utilizar de forma racional a violência repressiva e os trabalhos posteriores, em que Martín-Baró, passa a estabelecer relações intrínsecas entre violência e conflitos de classe e, desta forma, deixa de considerar a possibilidade do estado utilizar racionalmente a violência como mecanismo repressivo. Nas considerações finais são identificadas algumas limitações presentes na obra do autor e, também, aspectos que asseguram coerência entre diferentes trabalhos publicados em um intervalo de quase 10 anos. Além disso, nota-se que a abordagem do autor é rica e ampla, dialogando com outras áreas do saber e com distintas abordagens na própria psicologia. Assim, os estudos de Martín-Baró podem ser considerados de grande relevância para a compreensão da violência e para o fortalecimento de uma psicologia caracterizada pelo estudo do objeto partindo de sua construção sócio-histórica.

### **O ensino da psicologia comunitária no Brasil na década de 1970**

Julio Cesar Cruz Collares da Rocha  
Francisco Teixeira Portugal  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A história do ensino da psicologia no Brasil é um tema bastante querido entre os historiadores da psicologia, e o interesse nessa questão se dá pelo fato de que a psicologia já era estudada desde o início do século XX no Brasil, especialmente na Educação e na Medicina. Algumas áreas da psicologia se desenvolveram a partir da segunda metade do século XX, e entre elas, destacamos a psicologia comunitária, que se desenvolveu no Brasil a partir do final da década de 1960, encontrando a partir do início da década de 1970 espaço como disciplina na formação em psicologia. Em face disto, este trabalho objetivou construir uma história do ensino da psicologia comunitária no Brasil, nas décadas de 1960 e 1970, em universidades públicas e particulares, sendo elas, a PUC-Rio, a UFMG, a UFPB e a PUC-SP. Acreditamos que a pesquisa contribui para a preservação e difusão da história do ensino da psicologia comunitária no Brasil, visto que existem poucas referências sistematizando os primórdios da área. Do ponto de vista metodológico, utilizamos a história oral híbrida, por meio de entrevistas e análise de diversos documentos (publicações científicas, livros, teses, dissertações, relatórios, planos de ensino etc). Apresentamos algumas de nossas descobertas. Sobre o ensino de psicologia comunitária no Brasil, ele começou em 1972, na Graduação de Psicologia da PUC-Rio, em disciplina ministrada pela Professora Maria Elizabeth dos Santos: nela era discutida as novas formas de atuação do psicólogo, influenciada pelas formulações de José Bleger sobre psico-higiene e psicologia institucional e os temas debatidos eram retirados do cotidiano social, como a questão das novelas, da saúde mental e da FUNABEM. Na UFMG, após a reforma curricular de 1974, a disciplina de ‘psicologia

comunitária e ecologia humana’ foi incluída no currículo, e começou a ser ministrada, no início de 1975, por membros do ‘Setor’ de Psicologia Social na Graduação de Psicologia: a ecologia humana, como temática da disciplina, foi introduzida por Júlio Mourão e a psicologia da saúde foi inserida na disciplina por Cornelis Van Stralen, e entre as influências teóricas que influenciaram a disciplina se destacaram a psicologia social, a intervenção psicossociológica, a análise institucional, a socioanálise, a pesquisa-ação, a educação popular e a teoria representações sociais. Já na UFPB, a partir de 1976, a psicologia comunitária passou a ser ensinada no Mestrado de Psicologia que tinha uma área de concentração de psicologia comunitária e podemos reconhecer duas orientações no ensino da disciplina: (1) a orientação norte-americana voltada para pesquisa básica e saúde mental preventiva, que era conduzida e ministrada por Maria Alice D’Amorim, que fez pós-doutorado em psicologia comunitária na Universidade da Carolina do Norte, entre 1975 e 1976; e (2) a orientação latino-americana voltada para a mudança social e baseada na educação popular, que era conduzida e ministrada por Dirceu Pinto Malheiro (egresso da Graduação de Psicologia da PUC-SP). Na PUC-SP, a disciplina de psicologia comunitária só entrou no currículo da Graduação de Psicologia a partir de 1985, e foi ministrada por Odette Pinheiro (supervisora do ‘Projeto Osasco’ – trabalho de psicologia comunitária que foi desenvolvido a partir de 1976 e capitaneado por Alberto Abib Andery em comunidades de baixa renda na cidade de Osasco). Todavia, alguns conteúdos de psicologia comunitária já eram discutidos anteriormente no ‘Núcleo 3’ da Graduação de Psicologia: este núcleo aliava teoria e prática, e a atividade de psicologia comunitária vinculada ao ‘Núcleo 3’ era o ‘Projeto Osasco’. Nas referências relacionadas ao ‘Núcleo 3’ figuram autores como Franco Basaglia (saúde mental), Maxwell Jones (comunidade terapêutica), Gerard Caplan (psiquiatria preventiva), Giovanni Berlinguer (saúde mental), Thomas Szasz (saúde mental); Vera Lemgruber Garcia (psicologia preventiva); Mike Bender (psicologia comunitária inglesa); José Bleger (psico-higiene); Pichón-Riviére (grupo operativo); Hector Fiorini e Leonard Small (psicoterapia breve); e Sigmund Freud (psicanálise). Observamos que o ensino de psicologia comunitária tinha orientações distintas, mas a psicologia social se destacou como substrato das reflexões em todas as universidades pesquisadas: isso demonstra que a psicologia comunitária ensinada era uma psicologia social comunitária. Além disso, a educação popular figura entre as temáticas ensinadas na disciplina, demonstrando a importância de uma reflexão voltada para a mudança social nas populações mais pobres a partir da psicologia comunitária.

Palavras-chave: psicologia comunitária, ensino de psicologia, Brasil

Fonte de financiamento: CNPq

## **Estudos sobre habitação na Psicologia da Libertação: história e constituição**

Gabriel Silveira Mendonça  
Fernando Lacerda Júnior  
Universidade Federal de Goiás (UFG)

Martín-Baró foi um autor que marcou o desenvolvimento da Psicologia Social Crítica a partir da proliferação, no continente latino-americano, de debates sobre a chamada “crise da psicologia social” nos anos 1970. Todavia, apesar de seu nome figurar em diversos textos da Psicologia Social brasileira, ainda inexiste análises aprofundadas sobre suas contribuições. Em geral, os textos brasileiros restringem-se a citar certas críticas de Martín-Baró à Psicologia hegemônica e algumas de suas propostas gerais para a reconstrução da Psicologia, enquanto seus trabalhos teóricos ou empíricos sobre fenômenos psicossociais específicos são pouco conhecidos ou estudados. Com a finalidade de contribuir para um resgate crítico da obra de Martín-Baró, o presente trabalho apresenta uma análise dos estudos psicossociais do autor acerca das questões habitacionais. Martín-Baró utilizou o conhecimento científico e os meios acadêmicos como instrumentos políticos para a denúncia de problemas sociais e a defesa dos setores populares. Para isso, apropriou-se criticamente das perspectivas tradicionais tomando como ponto de partida a realidade salvadorenha e uma perspectiva dialética e histórica da relação indivíduo e sociedade, apreendendo a experiência individual e psicológica e sua relação dialética com a dinâmica estrutural (social, econômica e política) da sociedade salvadorenha. O tema da habitação aparece em trabalhos teóricos, empíricos, políticos e jornalísticos do autor ao longo dos anos 70 e 80, incluindo sua tese de doutoramento defendida em 1979. Martín-Baró dedicou atenção às questões habitacionais principalmente nos anos 70, um período de crescimento nos estudos psicológicos e sociológicos sobre habitação. Além disso, a habitação aparecia tanto como manifestação, quanto como causa constitutiva da estrutural desigualdade social de El Salvador: país no qual, até o início da guerra civil em 1980, existia a maior densidade demográfica de todo continente americano. Martín-Baró ocupou-se centralmente de investigar como os problemas habitacionais salvadorenhos afetavam os setores populares do país. Sua preocupação principal foi destacar as consequências psicológicas da densidade populacional para pessoas que viviam em condições de alta densidade demográfica e propor algumas condições psicossociais para a superação de problemas habitacionais. Neste contexto, o autor estudou principalmente a aglomeração, um fenômeno que expressa a dimensão psicológica da experiência de vida sob condições de alta densidade populacional. Martín-Baró realizou pesquisas em moradias populares na região metropolitana da capital salvadorenha para compreender a expressão concreta do fenômeno da aglomeração. Articulando investigações teóricas e empíricas, o autor desenvolveu um novo modelo teórico para a análise psicossocial dos problemas habitacionais. No presente trabalho apresentamos uma síntese das pesquisas realizadas por Martín-Baró sobre os problemas habitacionais. Em nossa análise destacamos: (a) a aglomeração e densidade populacional como fenômenos psicossociais e históricos; (b) a construção de um modelo teórico psicossocial para o estudo da aglomeração; (c) os impactos ideológicos e psicossociais da aglomeração; e (d) as possibilidades de superação dos problemas habitacionais apontadas por Martín-Baró. Finalmente, como considerações finais são apresentadas discussões sobre a importância e a vigência dos estudos de Martín-Baró sobre a aglomeração.



Palavras-chave: Psicologia da Libertação, Martín-Baró, questões habitacionais, aglomeração

Fonte de financiamento: CNPQ

### **Semelhanças e diferenças entre os princípios e diretrizes da reforma psiquiátrica e os procedimentos viabilizados por Nise da Silveira**

Gláucia Rodrigues da Silva  
Maria Lucia Boarini  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Dentre as diferentes práticas de exclusão em nossa sociedade destaca-se a situação das pessoas com transtorno mental. Historicamente, a psiquiatria, enquanto especialidade médica, surge por volta do século XVII no auge do período Iluminista cuja valorização maior era a razão, o discernimento. Nesse sentido, a pessoa com transtorno mental, na época denominada de louca, era vista como aquela que vive fora da ordem e da razão, portanto encarada como um desvio da sociedade. Assim, os hospitais psiquiátricos são criados com o intuito de exclusão e se configuram em um espaço de controle e de violência. Algumas práticas agressivas tais como o eletrochoque, o coma insulínico e a lobotomia eram utilizadas no hospital psiquiátrico como métodos terapêuticos. A partir de 1970, ocorreram no Brasil inúmeros debates acerca do transtorno mental e os métodos adotados pela psiquiatria tradicional. Esses debates se fortaleceram nas décadas de 70 e 80 do século passado e deram origem ao lema “Sociedade sem Manicômios” e ao movimento social denominado Reforma Psiquiátrica, cuja meta é a superação do modelo manicomial e a implantação de uma rede de serviços multidisciplinar fora dos muros do hospital psiquiátrico. Ademais, a Reforma Psiquiátrica objetiva a garantia dos direitos e deveres da pessoa com transtorno mental, delineando o atendimento intersetorial. Sem dúvida, a Reforma Psiquiátrica é um marco na história da psiquiatria no Brasil. No entanto, anterior a este período, alguns profissionais, inclusive da própria categoria médica, já enfatizavam a necessidade de romper com o modelo adotado pela psiquiatria tradicional. Dentre estes profissionais destaca-se a médica psiquiatra Nise da Silveira (1906-1999). Nise da Silveira começou a atuar a partir de 1930 e, ao questionar a concepção de loucura embasada nas concepções racionalistas, delineou uma nova forma de pensar a psiquiatria. Na atuação de Nise da Silveira, evidencia-se seu trabalho à frente da Seção de Terapêutica Ocupacional, no Centro Psiquiátrico Pedro II a partir de 1946, a fundação do Museu de Imagens do Inconsciente em 1952, e a criação da Casa das Palmeiras em 1956. Isto posto, o presente estudo objetivou investigar a proximidade dos procedimentos terapêuticos adotados pela médica psiquiatra Nise da Silveira com os princípios e diretrizes da Reforma Psiquiátrica no Brasil. Essa pesquisa justifica-se pela necessidade de fortalecer espaços de debate para a apropriação dos ideais dessa luta, além disso, contribuirá para a elucidação dos objetivos da Reforma Psiquiátrica e para o debate das ideias de Nise da Silveira, almejando contribuir com as reflexões a respeito da prática cotidiana de tratamento a pessoas com transtorno mental. Para alcançar o objetivo proposto, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, a partir da busca de autores que abordam o assunto da Reforma Psiquiátrica e autores que estudaram a Nise

da Silveira, assim como documentos referentes ao assunto em pauta. A coleta foi realizada nas bibliotecas online Scientific Electronic Library Online (SciELO), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Biblioteca Regional de Medicina (BIREME) e em fontes diversificadas. A partir do levantamento bibliográfico, foi feita a leitura e organização dos dados coletados visando à sistematização. Os dados foram analisados em uma perspectiva histórica. Os resultados demonstram que os procedimentos terapêuticos adotados por Nise da Silveira se aproximam dos ideais da Reforma Psiquiátrica, primeiramente porque são reflexo de um posicionamento crítico frente ao modelo de psiquiatria vigente na época, buscando compreender o ser humano em sua totalidade e singularidade. Assim, ambos se opõem, no tratamento das pessoas com transtorno mental, a utilização de métodos agressivos como eletrochoque, coma insulínico, lobotomia e indicam métodos não-agressivos, como a realização de atividades expressivas, a atenção interdisciplinar e, principalmente, a superação do modelo manicomial, por meio da desospitalização. Todavia, ressalta-se uma diferença no que se refere à medicação. Nise da Silveira, em sua prática, não adotou encaminhamentos contrários à medicação. Já a Reforma Psiquiátrica se opõe a medicação como recurso terapêutico prioritário. Por fim, é necessário destacar que em 1946 quando a Reforma Psiquiátrica ainda estava longe de se configurar como movimento social, Nise da Silveira levantou questões que mais tarde seriam debatidas futuramente, como a desospitalização, o problema das reinternações, a violência dos métodos terapêuticos da psiquiatria vigente naquele período e a necessidade da humanização no tratamento das pessoas com transtorno mental.

#### **Sessão 4. Loucura, psiquiatria e psicologia**

##### **A histeria na obra inicial de Pierre Janet**

Juliana Gonçalves Blaser

Saulo de Freitas Araujo

Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

A psicologia francesa do final do século XIX utilizava como um de seus principais recursos investigativos o método psicopatológico, o qual se baseava no estudo dos estados alterados de consciência e das doenças mentais (como a histeria, por exemplo) com o intuito de compreender o funcionamento normal da mente humana. Dentre os pioneiros desta psicologia, destacou-se Pierre Janet (1845-1917). Embora tenha sido um autor relevante em sua época, seus trabalhos são pouco conhecidos na atualidade. Além disso, em língua portuguesa, a bibliografia sobre ele é escassa e não existe nenhum artigo específico sobre a sua interpretação da histeria. Nosso objetivo foi investigar a concepção de Janet sobre a histeria, destacando as principais características, os sintomas e as causas dessa doença. Para tanto, realizamos uma leitura analítica da primeira fase de sua obra, que vai de 1885 a 1894, na qual o autor estudou profundamente este tema. Ademais, examinamos a literatura secundária sobre Janet e sobre a psicologia francesa do século XIX. Após essa análise, concluímos que, para Janet, a histeria define-se, sobretudo, pela existência, em um mesmo sujeito, de dois grupos de fenômenos: um agregado à personalidade normal e outro separado desta. Como principais acidentes históricos, ele aponta a sugestibilidade, os atos inconscientes, o sonambulismo, as paralisias, as contraturas, os ataques e os delírios; e como seus principais sintomas, a

abulia, a amnésia e as anestésias. Os acidentes caracterizam-se por serem passageiros, não permanecendo ao longo de todo o curso da doença, e por serem claramente reconhecidos pelo doente que os experimenta. Já os sintomas definem-se: (i) por não serem percebidos pelos doentes, (ii) por sofrerem variações, podendo desaparecer ou diminuir durante o sono, sonambulismo ou através da sugestão, e (iii) pela contradição, ou seja, embora a pessoa alegue não sentir ou lembrar de algo, realiza ações e reflexos como se não tivesse perdido a sensibilidade ou a memória. Janet concluiu que esses sintomas não tinham uma origem orgânica, mas sim psicológica, visto que, além de terem tais características (incomuns nos quadros orgânicos), as repartições das anestésias e das paralisias histéricas não correspondiam às regiões anatômicas nem acarretavam alterações fisiológicas, como as alterações na temperatura, na atividade elétrica da pele, na circulação etc. Concluiu ainda que essas sensações, memórias e movimentos desaparecidos, uma vez que podiam ser recobrados, deveriam subsistir fora da consciência, de forma subconsciente. Para Janet, a principal causa dos sintomas histéricos está associada à fraqueza da síntese psicológica, ou seja, a uma falha em reunir e assimilar os fenômenos psicológicos à personalidade. As diferentes formas dos sintomas correspondem exatamente ao ponto em que a incapacidade de síntese ocorre. Quando ela se refere às sensações, ou seja, quando um grupo de sensações deixa de ser assimilado à personalidade, ocorre uma anestesia. Quando se refere a imagens motoras, memórias, ou a uma dificuldade de assimilar as circunstâncias presentes, ocorrem respectivamente as paralisias, as amnésias e as abulias. Os elementos não sintetizados à personalidade podem desaparecer ou permanecer isolados, transformando-se em ideias fixas subconscientes; ou podem ainda se associar a outros elementos igualmente separados de toda a consciência, formando, assim, uma segunda personalidade. Essas ideias fixas estariam por trás dos delírios e dos ataques histéricos. Já a segunda personalidade se manifestaria no sonambulismo, nos atos subconscientes e na exibição de comportamentos complexos mediante a sugestão hipnótica. A análise das obras iniciais de Pierre Janet evidenciou que o estudo da histeria ocupa lugar central em seus trabalhos iniciais, tendo sido a base para a elaboração de diversos constructos teóricos (como atividade subconsciente, automatismo e síntese), e está intimamente relacionado à elaboração de sua teoria do funcionamento psíquico.

Palavras-chave: histeria, Pierre Janet, história da psicologia

### **Um perfil das “possíveis internas” do Pavilhão Remédios da Colônia Juliano Moreira, RJ, 1940-1973**

Anna Beatriz de Sá Almeida  
Ana Carolina de Azevedo Guedes  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Ao longo desta comunicação pretendemos apresentar os resultados do projeto de pesquisa realizado sobre um grupo de mulheres internadas na Colônia Juliano Moreira no período de 1940 a 1973, em cuja documentação clínica institucional existiu menção à tuberculose, o que nos possibilitou considerá-las “possíveis internas” do Pavilhão Nossa Senhora dos Remédios (Pavilhão Remédios), pavilhão criado em meados dos anos 1940 para a internação das doentes mentais portadoras ou com suspeita de portarem a tuberculose. A questão maior que nos guiou ao longo da pesquisa foi através dos prontuários e das fichas de observação buscar informações e dados acerca das

características destas mulheres, de suas relações familiares, dos diagnósticos recebidos, entre outras questões que de certa forma nos possibilitaram “reconstruir” aspectos das trajetórias de algumas destas internas da Colônia Juliano Moreira. Como indicamos acima, a busca destas informações e dados se deu pela análise de dois tipos de documentos clínicos da instituição: as fichas de observação e prontuários. O levantamento dos casos implicou em um trabalho minucioso (o qual englobou diferentes grupos de trabalho), com a leitura das fichas e prontuários a fim de observar em quais delas havia indícios de suspeita de tuberculose, com o qual reunimos um total de 238 casos, distribuídos entre as décadas de 1940 e os primeiros anos da década de 1970. Os dados das fichas, ao longo das décadas, apontam a predominância de pacientes brancas nas décadas de 1940 e 1960, seguidas pelas pacientes pardas, que configuram também o maior quantitativo da década de 1950. Segundo a visão dos médicos da instituição, de qualquer modo, as pacientes vistas como negras seriam as de menor número. Quanto à idade de ingresso na Colônia, há uma maior incidência de internas suspeitas de tuberculose na faixa dos 21 a 30 anos no período relativo às décadas de 1940 e 1950. Já nos anos de 1960 o grupo etário prevalente entre essas mulheres, foi o de 11 a 20 anos. Além disso, estas internas eram em sua maioria solteiras, considerando-se qualquer uma das três décadas. A predominância, portanto era de mulheres em idade fértil, mas, que de alguma forma, não haviam seguido a carreira feminina “natural” de se tornarem esposa e mães. Tal “inadequação” ao modelo defendido pela sociedade patriarcal, poderia decorrer do fato de ser diagnosticada como doente mental ou mesmo por suas próprias escolhas como não querer casar-se, não querer ter filhos, não querer constituir família, vontade de ser independente; características que expressavam o avesso da expectativa em relação ao gênero como já apontado. A profissão “doméstica” aparece como a profissão de quase todas as internas no período estudado, embora não fique claro se as mesmas trabalhavam em casas de particulares ou se eram “do lar”. A profissão “doméstica” abrangia em sua maior parte as mulheres das classes mais pobres que trabalhavam em casas de famílias, mas também era utilizada para descrever àquelas internas que cuidavam de sua própria casa. Do ponto de vista da construção das patologias mentais dessas mulheres internas da Colônia suspeitas de tuberculose, podemos observar dois tipos de informações importantes presente na documentação clínica consultada: o diagnóstico e a “constituição”. Com relação ao diagnóstico, os mais recorrentes foram debilidade mental — oligofrenia, epilepsia, esquizofrenia e psicose maníaco-depressiva. Apresentaremos estes dados quantitativos que agrupam grande parte das internas analisadas e também alguns estudos de casos mais detalhados que nos possibilitam conhecer melhor como algumas dessas mulheres chegaram a instituição e como ali vivenciaram sua condição de mulheres internadas em uma instituição psiquiátrica e com indícios de serem portadoras de uma doença, a tuberculose, que ao longo dos anos 1940, 1950 e parte de 1960, era tida como um “mal sem cura”.

Palavras-chave: história da Colônia Juliano Moreira/RJ, história de internas da Colônia Juliano Moreira/RJ, história da psiquiatria e gênero e história

Fontes de financiamento: Fundação Oswaldo Cruz e Programa IC CNPq

## **Uma análise da compreensão dos conceitos de normalidade/patologia na psicologia cubana entre 1984 e 1988**

Larissa Rodrigues Moreira  
Fernando Lacerda Júnior  
Universidade Federal de Goiás (UFG)

O presente trabalho expõe os acúmulos da pesquisa que realizamos buscando compreender o estudo do processo de constituição da psicologia cubana analisando conceitos teóricos específicos. O foco específico desta pesquisa se centrou na forma como a psicologia cubana abordou os conceitos de normalidade/patologia e o tratamento das doenças mentais. Desta forma, analisamos como as noções de normalidade e loucura apareceram, entre 1984 e 1988, na Revista Cubana de Psicologia, antigo periódico ligado à Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana. O estudo permitiu constatar que a Psicologia Cubana foi profundamente influenciada pela Psicologia Soviética, reproduzindo seus campos de estudo e seus conceitos. Apesar de não trazer grandes inovações em relação à perspectiva soviética, a Psicologia em Cuba incorporou algumas concepções que atualmente embasam políticas de atenção à saúde mental e norteiam as práticas da Psicologia brasileira nessa área de atuação. Levando em consideração que a ciência social é influenciada pelo contexto em que está inserida, as noções de normalidade/patologia que perpassam a constituição da Psicologia enquanto ciência também são marcados pelos condicionamentos sociais da realidade em que a ciência e a profissão estão inseridas. Neste sentido, as noções imperantes de normalidade estão intrinsecamente associadas com relações de poder constituídas em um dado período. Por isso, o objetivo da pesquisa foi analisar como noções de normalidade e loucura apareceram em um país que teve sua história marcada por um processo revolucionário que, gradativamente, defendeu uma perspectiva anticapitalista. Além disso, diferentemente de outros países, a constituição da Psicologia como ciência e profissão em Cuba se dá respondendo demandas políticas e sociais por uma ciência socialmente relevante para um projeto de transformação social. A partir disso, cabe analisar se tais demandas por uma ciência socialmente relevante contribuíram na produção de ideias e práticas diferentes e críticas no campo da Psicologia. Nos seus primórdios, a psicologia cubana tinha como preocupação central os problemas práticos colocados pela sociedade pós-revolucionária. Sendo assim, a prioridade da formação em psicologia era dar respostas aos problemas cotidianos vividos pela sociedade e governo cubanos. As principais tarefas colocadas, portanto, para os psicólogos cubanos eram construir uma ciência nova e colocá-la a serviço da revolução. Por meio de um levantamento bibliográfico que identificou textos que abordaram discussões teóricas e práticas sobre os conceitos de normal/patológico presentes na Psicologia Cubana, foram analisados sete textos que, diretamente ou indiretamente, abordaram o tema. Identificamos as seguintes discussões nos trabalhos analisados: (a) tentativas de elaborar novas perspectivas no estudo e compreensão do processo de saúde-doença na Psicologia em Cuba, enfatizando a centralidade de uma compreensão do citado processo como multideterminado; (b) discussões sobre a importância de trabalhos e estudos interdisciplinares sobre o processo de saúde; (c) descrições e análises sobre a Patopsicologia e a Psicologia Médica como campos originais para o estudo da atividade psíquica e seus transtornos; (d) análises teóricas sobre a contribuição de Vygotsky e sua Psicologia Histórico-Cultural para a constituição de uma nova compreensão sobre os processos de saúde-doença; (e) propostas de incorporação da participação ativa dos usuários na criação e gestão dos serviços de atenção à saúde; (f) ênfase na determinação

socioeconômica dos processos de saúde-doença. Em síntese, o trabalho possibilitou identificar: hegemonia das noções e das correntes provenientes da Psicologia Soviética e preocupações em oferecer uma compreensão complexa e multideterminada do processo de saúde-doença. Também foi notável a ausência de reflexões mais conscientes sobre a relação das noções de loucura e normalidade em geral, isto é, na Psicologia cubana estes temas foram abordados apenas como parte de processos de saúde-doença socialmente determinados, mas não há uma discussão sobre como a divisão entre doentes e saudáveis está relacionada com relações de poder.

Palavras-chave: normalidade, loucura, psicologia, Cuba.

Fonte de financiamento: CNPq

### **O sono da razão: uma análise histórica da relação entre arte e loucura**

João Henrique Queiroz de Araujo  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

A pesquisa aqui apresentada foi elaborada a partir de monografia de conclusão da graduação em Psicologia na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 2013. O trabalho tem por finalidade estudar as relações entre Arte e Loucura na modernidade, tendo como pano de fundo o papel da Psiquiatria e da Psicologia. A proposta visa compreender as manifestações artísticas que se produziram no âmbito dos hospitais psiquiátricos, especialmente no Brasil, e sua interação com movimentos da vanguarda artística. Rico, este tema possibilita múltiplos direcionamentos. Isto porque, por vezes a relação entre Arte e Loucura acabou tomada por um discurso médico-diagnóstico a partir do qual se ignora a Arte e a Loucura como elementos da cultura e se estabelece uma relação entre elas mediada por uma teoria. Os textos “Leonardo da Vinci e uma lembrança de sua infância” (1910) e “O Moisés de Michelangelo” (1914), estudos psicanalíticos de Freud sobre as obras destes artistas, estimularam esta perspectiva. De outro modo, as tentativas de entrelaçamento destes dois conceitos se ativeram também a uma predefinição do que é Arte e do que é Loucura para então traçar comparações entre as duas experiências, principalmente, a partir do trabalho do psiquiatra Hans Prinzhorn e seu estudo do processo criativo em pacientes psiquiátricos, assim como através da consolidação do termo “Arte Bruta”, concebido pelo historiador, colecionador e teórico da arte, Jean Dubuffet, em 1945. Apesar de serem muitos os modos de se debruçar sobre a relação entre Arte e Loucura, existe algo anterior a todas estas perspectivas que atravessa qualquer uma destas abordagens: a História. Do final do século XVIII até os dias atuais, existe uma linha intangível que une os fatos apresentados nesta pesquisa. Indo em seu sentido contrário, depara-se com o surgimento da ideia de Loucura enquanto fenômeno da existência humana. Fenômeno este que precisava de uma cura, ou se não, precisava ser afastado da sociedade e confinado entre as grades do manicômio. Por outro lado, a Arte, segundo Foucault (1972), vem a ser o canal de expressão e a linguagem do louco, literalmente ou moralmente destituído de subjetividade por teorias científicas e pelo saber médico. Ao efetuar uma análise da relação entre Arte e Loucura sob o ponto de vista da História, esta pesquisa visa compreender os paradigmas culturais que permearam os discursos que estreitaram esta relação. Sobre isto, o Romantismo parece ter sido uma forte influência no

desenvolvimento desta temática, contrapondo na cultura a racionalidade desenvolvimentista da sociedade burguesa e as experiências subjetivas encontradas tanto no universo da Arte quanto no da Loucura. Criando instâncias diferenciadas de saber e de conhecimento do homem, a modernidade colocou à sua margem os discursos imprecisos, e por vezes incompreensíveis, localizados na produção artística de artistas modernos e loucos. Ainda que o papel da Psiquiatria e da Psicologia não seja unânime neste contexto, como não é o da Arte, elas retroalimentaram estas novas ideias com suas teorias. Como afirma Frayze-Pereira (1982), a racionalidade moderna só existe em contraposição a não-razão e, sendo a Loucura um expoente desta, o autor deduz que é do próprio projeto normativo da razão que a modernidade engendra o anormal. Deste modo, a Loucura só existe em relação a um sistema cultural que a codifica como tal. Não só isso, mas um sistema cultural que necessita da Loucura para se justificar. No século XX, Freud, Jaspers, Prinzhorn, Osório César, Nise da Silveira e outros, de maneiras diferentes, foram atravessados por este vento da cultura, construindo conceitos acerca desta relação. Nesta esteira, desenvolveram teorias e abordagens que, favorecendo ou não a relação entre loucos e artistas modernos, giraram em torno do eixo Arte e Loucura. Para ilustrar este contexto, utiliza-se uma das gravuras mais conhecidas de Goya, de sua série intitulada Caprichos: “O Sonho/Sono da Razão produz Monstros” (1799). Na gravura, a frase que a intitula está escrita em uma mesa onde se apoia um homem a dormir - supostamente o próprio Goya. Homem e mesa são cercados por figuras assustadoras. O lugar dado à não-razão nesta imagem é o da obscuridade e do medo, como fez a modernidade. Lugar este que pode ser afastado mantendo o homem a vigília da razão. Ao mesmo tempo, não nega que a Loucura esteja sempre latente, sendo necessário um esforço individual, como acordar, para aniquilá-la. Na medida em que se instaura um embate entre a razão e a não-razão a partir do século XVIII, parece interessante apreender os efeitos do Romantismo na constituição da Psiquiatria e da Psicologia, e as consequências deste fenômeno para a relação que se estabeleceu entre a Arte e a Loucura.

### **Canguilhem e a psicologia: ensaio sobre a psiquiatrização da vida na sociedade de disciplina e controle**

Murilo Galvão Amancio Cruz

Hélio Rebello Cardoso Júnior

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP Assis)

A sociedade contemporânea tem vivido de forma intensa dois processos relacionados: a medicalização e a psiquiatrização da vida. Àquela tem por característica a transformação de questões sociais, econômicas e políticas em questões de ordem médica. Já esta estaria relacionada diretamente aos dispositivos psis. Embora seja notável a intensificação destes processos na atualidade, sua origem remonta ao século XIX e à sociedade disciplinar. Esta sociedade tinha como característica marcar indivíduos e dizer onde estes deveriam estar. Para tanto, utilizava de seus saberes, já vez que o poder está relacionado diretamente ao saber. É neste meio que se funda uma certa medicina, psiquiatria e psicologia que tinham como objetivo não a cura do sujeito considerado doente, louco ou histérico; mas pelo contrário o aprisionamento destas subjetividades que ameaçavam a ordem imposta. A psicologia, sendo um saber moderno, que se situa em um interstício entre a ciência positiva, biológica e experimental, e um saber subjetivo, filosófico e especulativo, está

imersa intensamente neste paradigma que serve à psiquiatrização da vida, uma vez que tem ignorado cada vez mais a reflexão filosófica para se ater aos processos fisiológicos, químicos e orgânicos do cérebro. Para Canguilhem, situar nosso “eu” em um cérebro é o grande erro da ciência psicológica, já que não somos nosso cérebro, mas sim um conjunto que não deve ser isolado em partes, mas analisado em seu todo e em relação com seu meio. Nosso objetivo foi relacionar o processo de psiquiatrização da vida à filosofia de Canguilhem, a fim de problematizar as bases epistemológicas da psicologia e da psiquiatria que servem à medicalização da existência na atualidade. Com efeito, ao situar o processo de psiquiatrização na história, surgem algumas problematizações: quais as condições para considerarmos um fenômeno patológico? O que, afinal, caracteriza a normalidade? Qual é a maneira de viver saudável? Existe um limite para o conhecimento científico? Enfim, como considerar a experiência do vivente na prática do cuidado? São estas indagações que caracterizam a filosofia de Canguilhem, importante filósofo da medicina, que participou de profundos debates acerca da psicologia. Estes questionamentos têm implicações diretas na prática das ciências da vida. Para o autor, os estados ‘normal’ e ‘patológico’ estão relacionados à capacidade normativa do ser humano, isto é, sua capacidade de criar novas normas de vida. Já o estado patológico seria a incapacidade desta criação quando há necessidade de mudança. A importância destes apontamentos é que, para Canguilhem, a normalidade, a patologia e a saúde não podem ser definidas a priori e universalmente, já que cada sujeito possui uma singularidade e uma capacidade normativa que lhe é própria. Com efeito, em decorrência do processo de medicalização, os aspectos subjetivos são ignorados e quantificados em critérios diagnósticos que comprometem a própria vida, pois a exclui em sua experiência. Na atualidade, assistimos a grandes avanços científicos e tecnológicos que sustentam a ciência hegemônica do cérebro e da biologia positiva. Nesse sentido, acredita-se ser possível desconsiderar toda vida subjetiva do sujeito para considerá-lo como um corpo mecânico (biológico), onde residiriam todas suas potencialidades – a priori – para saúde, doença e normalidade. Este sujeito passa a ser pensado, diagnosticado e tratado como máquina pela medicina contemporânea que, segundo Canguilhem, tornou-se uma ciência das doenças e colocou entre parênteses o próprio doente. Na visão do autor, a medicina, e incluímos a psiquiatria e a psicologia, se faz a custos de crises e invenções e é, sem dúvida, provisória. A influência da psicologia no processo de medicalização e psiquiatrização da vida é oriunda da ciência do cérebro, hoje descartada frenologia, mas que não desapareceu do pensamento ocidental, mas que se revestiu com outros nomes e continua servindo à lógica medicalizante e ao controle dos sujeitos.

Palavras-chave: Canguilhem, psiquiatrização, disciplina, controle

Fonte de financiamento: FAPESP



## **Sessão 5. A psicologia na primeira metade do século XX no Brasil**

### **Waclaw Radecki: algumas contribuições biográficas**

Luiz Eduardo Prado da Fonseca

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

A historiografia da psicologia brasileira comumente ressalta o trabalho do polonês Waclaw Radecki, atribuindo-lhe importância para a autonomização e história desta ciência no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro. As primeiras informações historiográficas sobre a atuação de Radecki no Brasil podem ser observadas nas obras de Olinto (1944), Cabral (1950) e Lourenço Filho (1955). Contudo, verifica-se no trabalho de Centofanti (1982) um salto qualitativo na produção historiográfica sobre o autointitulado "psicólogo profissional", na medida em que se observa a riqueza documental neste trabalho histórico e por ter sido, efetivamente, o primeiro cuja temática maior é Radecki e sua contribuição para a psicologia no Brasil. Neste clássico texto para a história da psicologia brasileira, delineiam-se contornos mais nítidos sobre a vida de Radecki, bem como sobre alguns detalhes de sua produção e trajetória da Europa para a América Latina. Ainda assim, algumas questões mostram-se pouco esclarecidas, algumas delas levantadas pelo próprio autor: motivos da vinda para o Brasil, produção textual em solo polonês, brasileiro, argentino e uruguaio e, por fim, os principais conceitos por trás de seu sistema psicológico denominado "Discriminacionismo Afetivo". Nesse sentido, dados relativos à biografia de Radecki que poderiam contribuir para uma melhor compreensão de seu percurso necessitam ser melhor elucidados e discutidos. Pretende-se neste trabalho, primariamente, uma investigação biográfica sobre o polonês Waclaw Radecki, priorizando fontes pouco exploradas e com isso contribuir para os estudos historiográficos sobre o personagem em questão. Como objetivo secundário, pretende-se abrir novos caminhos para a pesquisa de Radecki e seus escritos. O material resgatado e investigado constitui-se de bibliografia do autor, artigos de história publicados em periódicos, artigos de jornais de livre circulação publicados no Brasil e na Polônia, um dicionário biográfico polonês e outros documentos como certidões de casamento e óbito. Os artigos de periódicos foram coletados na base da Biblioteca Virtual em Saúde — Psicologia Brasil, os jornais foram acessados pela Hemeroteca Digital, base da Biblioteca Nacional, e o material publicado na Polônia obtido através de comunicação pessoal por e-mail com a Universidade Livre de Varsóvia e um biógrafo polonês. A consulta aos livros publicados sob autoria de Radecki ocorreu através de visita às bibliotecas do IPUB/UFRJ, CFCH/UFRJ e Biblioteca Nacional, além do acervo pessoal destes autores. O material levantado permitiu o esclarecimento de algumas inconsistências historiográficas, principalmente no que se refere a datas, nomes e possíveis acontecimentos que contribuíram para a saída de Radecki da Polônia, bem como à extensão da contribuição de Radecki para a história da psicologia no Rio de Janeiro e algumas passagens de sua história no Brasil. Além disso, todo o material indica novos caminhos de pesquisa no que tangem os escritos de Radecki ainda pouco explorados, principalmente relacionados ao seu sistema psicológico, o Discriminacionismo Afetivo.

Palavras-chave: Waclaw Radecki, biografia, história da psicologia no Brasil

## **“Um psicólogo no futebol” quarenta anos depois: legados de João Carvalhaes**

Adriana Amaral do Espírito Santo  
Ana Maria Jacó-Vilela  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

No ano de 1954, o Brasil conhecia sua primeira experiência pública em psicologia do esporte: João Carvalhaes (1917-1976), até então atuando em recrutamento e seleção de pessoal, foi contratado pela Federação Paulista de Futebol para realizar um trabalho com árbitros. Desde então, foi expandindo seu campo de atuação: em 1957, foi contratado pelo São Paulo Futebol Clube e, em 1958, teve sua participação mais notória, trabalhando com a seleção masculina de futebol que se sagrou campeã mundial na Suécia. Apesar de mostrar-se sempre preocupado em registrar suas pesquisas e experiências, através de artigos científicos e participações em congressos de Psicologia, apenas vinte anos após suas primeiras incursões no esporte, em 1974, Carvalhaes publicou seu livro intitulado “Um psicólogo no futebol: relatos e pesquisas”. Embora conhecido e citado em obras sobre a história da psicologia do esporte, o livro parece nunca ter tido uma análise como fonte primária, em que fosse possível extrair, a partir de seu próprio ponto de vista, questões que podem ter permanecido escondidas ao longo da história. Um exemplo disso é a grande quantidade de autores citados por Carvalhaes em seu livro, desde Skinner até Carl Rogers, passando por Moreno e a marcante presença de Emilio Mira y López, com quem teve contato direto e de quem herdou a aplicação do teste “psicodiagnóstico miocinético” (PMK), muito utilizado em sua atuação no futebol. A observação destas vozes pode ampliar o campo de conhecimento da psicologia do esporte, levantando questionamentos como: o que fez com que alguns autores utilizados por ele, como aqueles cognitivistas ou comportamentalistas, fossem perpetuados pelos seus sucessores, enquanto sua influência humanista pode ter sido silenciada? A que servia a metodologia adotada por ele na época? Ela ainda se aplica à conjuntura psicológica e esportiva que vivemos hoje? Lembramos que, no contexto no qual viveu Carvalhaes, a profissão de psicólogo ainda não era oficializada. Em sua época, a prática da psicotécnica era a grande linha de atuação com relação aos saberes psicológicos; uma forma de trabalhar positivista, determinista e objetivista, baseada principalmente na avaliação psicológica através de testes. A preocupação com a cientificidade de seu trabalho permeia toda a obra do autor, em que mostra através de resultados estatísticos da aplicação de testes psicológicos o embasamento de suas conclusões. Para analisar o livro, está sendo utilizado o “Guia para análise histórica de textos psicológicos”, elaborado por Rosa, Huertas e Blanco em 1996. O guia permite a análise detalhada do texto, tanto em seus aspectos físicos e técnicos quanto em seu teor e interrelações com outros textos e autores, possibilitando uma análise abrangente e aprofundada sobre seu conteúdo. A análise prévia já realizada até o momento mostra um profissional extremamente preocupado com a credibilidade científica de seu trabalho e também com a herança que deixaria para seus sucessores, não apenas dos acertos, mas também com relação aos erros cometidos. O livro marca, portanto, esta responsabilidade acadêmica, mostrando em formas claras como realizou seu trabalho, o que deu certo, o que deu errado, e deixando uma base sobre a qual os psicólogos puderam construir, nos anos subsequentes, um trabalho em psicologia do esporte.

Palavras-chave: psicologia do esporte, João Carvalhaes, futebol

## **Juliano Moreira e a psicanálise carioca: novos instrumentos para a psiquiatria (1910-1930)**

Cristiana Facchinetti

Rafael Castro

Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

A contribuição do médico Juliano Moreira (1873-1933) é bastante conhecida. Grande parte da historiografia da psiquiatria brasileira ressalta a importância do médico baiano para a entrada do organicismo alemão no país e para o desenvolvimento e reconhecimento nacional e internacional que a psiquiatria local alcançou entre 1903 e 1930, período em que ele ocupou as funções de diretor do Hospício Nacional de Alienados e da Assistência a Alienados do Distrito Federal no Rio de Janeiro. O trabalho que ora apresentamos busca descrever uma outra importante faceta de Juliano Moreira, e bem menos discutida pela historiografia: seu papel no processo de difusão e institucionalização da psicanálise no Brasil. Assim, o objetivo desta apresentação é demonstrar que Moreira foi um dos primeiros psiquiatras brasileiros a se debruçar sobre a psicanálise no país, sendo esta objeto de seus estudos e debates na Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal, a primeira entidade societária da especialidade, onde também incentivou debates de outros membros que começavam a estudar a obra freudiana, como Antonio Austregésilo (1876-1960), Henrique Roxo (1877-1969) e Júlio Porto-Carrero (1887-1937), assim como seus alunos. Seu propósito era não apenas conhecer a nova ciência, mas colocar outros psiquiatras no mapa dos novos estudos, já que, de acordo com ele, a psicanálise vinha conquistando “pouco a pouco novos cultores, não somente na Áustria como ainda na Alemanha, Inglaterra e sobretudo nos Estados Unidos” e não seria bom para a psiquiatria brasileira ficar de fora do debate (Moreira, 1920, p. 366). Embora alguns historiadores relatem que seus estudos de psicanálise tenham começado já no final do XIX (Porto-Carrero, [1928] 1934; Ponte, 1999; Stubbe, 2011), foi na década de 1910 que Juliano Moreira, então diretor da Assistência aos Alienados do Distrito Federal e do Hospital Nacional de Alienados, introduziu no serviço das instituições da Assistência a teoria e a técnica psicanalítica, além de levar o tema para debate na Sociedade Brasileira de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal. Dessa experiência surgiram pela primeira vez teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro sobre o tema, e que foram produzidas por estudantes que estagiavam no asilo. Além de sua importante atividade como divulgador da teoria e da prática clínica psicanalítica no Distrito Federal, Moreira foi bastante ativo na fundação da seção Rio de Janeiro da Sociedade Brasileira de Psicanálise em 1928, que havia sido criada em São Paulo um ano antes por Franco da Rocha (1864-1930) e Durval Marcondes (1899-1981), participando como presidente da seção daquela que foi a primeira instituição voltada para a difusão da teoria de Freud no meio médico-mental na América Latina. Esteve também envolvido com a criação de um consultório de psicanálise da Liga Brasileira de Higiene Mental, que passou a funcionar a partir de 1926 sob a orientação de Júlio Porto-Carrero. Vale, entretanto, assinalar que conquanto tenha empreendido um importante movimento em favor da difusão da teoria e dos métodos psicanalíticos no país, jamais se autodenominou como psicanalista, nem produziu artigos acadêmicos sobre o tema, deixando claro os limites de seu interesse, de apropriação parcial de seu conteúdo. Tal como ele mesmo propôs, a psicanálise deveria ser compreendida como uma “riquíssima contribuição dos inúmeros discípulos de Freud” (Moreira, 1920, p. 366) e servir para ampliar as ferramentas da psiquiatria. Neste sentido, o método da associação livre para o tratamento de alienados no Hospital

Nacional não foi o único recorte da psicanálise apropriado pelos brasileiros no período. Especialmente ao longo da década de 1920, com o aumento da importância dada à educação e à saúde, a teoria psicanalítica ganhou maior espaço no campo da prevenção, passando então a instrumento psiquiátrico de colaboração para a modernização da nação. O trabalho será apresentado em duas partes: na primeira, descrevemos de modo sucinto o processo de institucionalização da medicina mental no Brasil ao longo do XIX, concretizada no primeiro asilo especializado do país, para em seguida descrevermos o papel de Juliano Moreira na modificação da psiquiatria local e seu apoio às novas teorias neurológicas e psiquiátricas, especialmente aquelas de língua germânica. Compreendemos, assim, que essa guinada teórica e sua abertura para as novidades do campo médico-mental alemão foi também responsável por interesse de Juliano Moreira pela psicanálise. Em seguida, tratamos de sua participação no ingresso e na institucionalização da psicanálise no Rio de Janeiro.

### **Gastão Pereira da Silva: uma trajetória de divulgação da psicanálise**

Sérgio Ribeiro de Almeida Marcondes  
Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)

Introdução: Esta pesquisa pretende estudar a trajetória de Gastão Pereira da Silva. Não se trata de uma biografia no sentido clássico do termo, mas elementos de sua vida pessoal também estão presentes, na medida em que as dimensões pública e privada muitas vezes não se distinguem de forma estanque nas fontes consultadas. Também pretende investigar o modo como este autor se estabelece numa rede de relações com os membros de uma geração de médicos que, pela primeira vez no Brasil, se automeavam psicanalistas. Gastão Pereira da Silva foi um dos primeiros divulgadores da psicanálise para o público leigo no Brasil. Nasceu em São José do Norte, Rio Grande do Sul, em 17 de novembro de 1898. Começou a participar das discussões científicas da época escrevendo em periódicos médicos como, por exemplo, *Brazil Médico*, *Laboratório Clínico*, *Diário de Medicina e Imprensa Médica*, de 1923 até 1943. Na década de 1940, já praticava clínica de base psicanalítica no Rio de Janeiro, tendo falecido em Belo Horizonte, MG, em 25 de maio de 1987. Gastão se aproximou da psicanálise pelo caminho da medicina, como ocorreu com vários de seus antecessores e contemporâneos, como Durval Marcondes (1899-1981), Juliano Moreira (1873-1933), Franco da Rocha (1864-1933) e Júlio Porto-Carrero (1887-1937). Ao contrário destes autores, porém, sua principal contribuição esteve voltada a publicações em revistas de grande circulação e em livros de divulgação científica para o grande público. Durante décadas, Gastão também utilizou meios radiofônicos, escrevendo radionovelas com dramatizações sobre questões psicanalíticas e elaborando outros programas sobre psicanálise, pelo menos desde 1933. É importante destacar que seu trabalho de divulgação foi feito à margem das instituições difusoras oficiais da psicanálise no Rio de Janeiro. De acordo com Gastão, ele nunca desejou se enquadrar aos requisitos de participação em instituições psicanalíticas, em especial em relação ao aspecto da análise didática. As principais fontes que irão ser utilizadas nesta pesquisa são as obras do próprio Gastão, tanto livros como artigos em periódicos contemporâneos, e os trabalhos de pesquisadores sobre a história e o processo de institucionalização da psicanálise carioca e sobre os processos mais gerais de análise de trajetórias de vida, estabelecimento de categorias profissionais e divulgação científica. Como objetivo geral, pretendo analisar a construção da trajetória profissional de Gastão Pereira da

Silva, enquanto psicanalista e divulgador da psicanálise, no Rio de Janeiro, de 1931 a 1943. Os objetivos específicos são: 1) Analisar como Gastão Pereira da Silva atua como um intermediário entre a ciência e a opinião pública, participando de meios bem diversos, como o jornalístico, o teatral e o radiofônico, em seus esforços de divulgação; 2) Investigar o processo de rejeição institucional a Gastão, a partir da década de 1930, e suas estratégias de luta; 3) Analisar como Gastão utiliza sua produção voltada para a divulgação para também construir a própria trajetória profissional. Referencial teórico: Durante a maior parte do século XX, a biografia foi malvista pelos historiadores. Considerada superficial e muitas vezes laudatória, foi abandonada em prol de estudos sobre fenômenos coletivos, especialmente de caráter econômico. Do mesmo modo que outros campos da história, como a história política ou a história do tempo presente, foi incluída na crítica feita pelos historiadores franceses da chamada Escola dos Annales à história factual, do acontecimento e de curta duração. Porém, com o questionamento das interpretações mais generalizantes a partir da década de 1970, houve um retorno às análises individuais, e mais especificamente à biografia. Biografias voltaram a ser feitas por acadêmicos e até mesmo por historiadores que se filiavam ao grupo dos Annales, como Jacques Le Goff. Paralelamente, as biografias menos sofisticadas teoricamente continuaram a ser elaboradas em grande quantidade, por jornalistas, escritores ou cientistas, e a obterem popularidade. Isto levou Pierre Bourdieu, em 1986, a criticar a concepção, que segundo ele vinha do senso comum, mas era dominante nas ciências sociais, da história de uma vida como linear, um caminho cujo sentido, constante, estaria dado de antemão, o que ele chamou de “ilusão biográfica”. Buscaremos evitar tal problema na análise na trajetória pessoal de Gastão Pereira da Silva.

Palavras-chave: Gastão Pereira da Silva, história da psicanálise, trajetória de vida, divulgação científica

Fonte de financiamento: Capes

## **Sessão 6. Circulação da psicologia**

### **Nem laboratório, nem divã: Arthur Ramos e as relações entre antropologia e psicanálise nos anos 1920 e 1930**

Marcelo Henrique Nogueira Diana  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFFRJ)

A recente tendência historiográfica dedicada ao discurso da ciência tem apontado para o caráter temporal e socialmente condicionado através do qual os diferentes saberes científicos são produzidos e entram em circulação entre as instituições e os grupos sociais. Esta tendência coloca em suspenso, particularmente, a noção de progresso que prevê uma história linear e evolutiva dos saberes na sociedade. A psicanálise, como um tipo particular de discurso teórico ou científico elaborado em fins do século XIX e ao longo do século XX, tem sido interpretada, nesta nova orientação, a partir da singularidade histórica do seu saber sobre o “inconsciente”. Como um tipo particular de discurso científico, ela é colocada em uma perspectiva propriamente historiográfica na qual os conhecimentos, experiências, práticas e trajetórias dos diversos intérpretes da

sua teoria são apreendidos a partir das configurações sociais e da historicidade dos problemas formulados por eles em atenção a um determinado contexto social. Orientado por essa perspectiva, neste artigo busco dialogar com a recente produção historiográfica da psicanálise, de Cristiana Facchinetti, Fernando Vidal, Jane Russo e Mariano Plotkin, colocando em perspectiva historiográfica, isto é, de uma indagação da escrita da história da psicanálise, o horizonte temporal no qual o discurso psicanalítico se insere como uma ciência sobre o comportamento humano em sua relação com as associações mentais e a análise das condutas inconscientes dos sujeitos na civilização. Particularmente no Brasil, a psicanálise recebeu, entre as décadas de 1920 e 1940, o investimento intelectual de diferentes intérpretes reunidos em torno da noção de ‘inconsciente’ e do seu respectivo lugar na sociedade brasileira, investimento justificado, em parte, pelos debates acerca da identidade nacional e de higiene mental existentes naquele momento no país. Um intérprete importante nesse contexto e relativamente esquecido na história da psicanálise foi o médico, folclorista, psiquiatra e profissionalmente consagrado antropólogo das populações afro-americanas, Arthur Ramos (1903-1949). Formado em psiquiatria pela Faculdade de Medicina da Bahia, em 1926, Arthur Ramos atuou no começo da sua vida profissional como médico legal e professor de perícia clínica no Instituto Nina Rodrigues, em Salvador. Em 1933, foi convidado por Anísio Teixeira a integrar a campanha de educação da Escola Nova, desempenhando o papel de diretor da Seção de Ortofrenia e Higiene Mental no Rio de Janeiro, capital federal. Ramos fundou, em 1941, a Sociedade Brasileira de Antropologia e Etnologia ligada à Universidade do Brasil e recebeu o apoio de importantes intelectuais neste ato de criação institucional. Ainda, ao longo da década de 1940, viajou para os EUA ministrando cursos de antropologia do negro e das populações afro-brasileiras em universidades americanas e, em 1949, foi nomeado diretor-chefe do recém criado Departamento de Ciências Sociais da UNESCO em sua sede em Paris, vindo a falecer três meses após assumir esse cargo. Como resultado parcial da minha pesquisa de pós-doutorado no Departamento de História da UFRRJ, financiada pela CAPES através de uma bolsa de pesquisa PNPd, neste artigo procuro explorar o modo como Arthur Ramos compreendeu a noção de inconsciente com a sua respectiva interpretação da teoria psicanalítica em direção à antropologia e ao folclore, levando-se em consideração a historicidade desses diferentes saberes e a diversidade da recepção do corpo teórico psicanalítico pela sua comunidade de intérpretes. No Brasil, a recepção da psicanálise contou primeiramente com a adesão e o entusiasmo de médicos e psiquiatras, popularizando-se em seguida entre outros meios científicos e intelectuais nos anos 1920 e 1930. Essa primeira recepção criou o contexto no qual as ideias de Freud foram redirecionadas, ao longo da década de 1930, para outros circuitos de saber, mobilizadas pelas emergentes ciências sociais brasileiras. Contextualizo a produção psicanalítica de Arthur Ramos, como um dos pioneiros na divulgação das ideias de Freud no Brasil, com a sua respectiva aplicação teórica junto aos estudos sociais. Ramos deslocou a teoria psicanalítica para o campo de estudos de antropologia, criando, com este movimento, uma nova comunidade de intérpretes nacionais e estrangeiros sobre o arcabouço teórico psicanalítico. Tento, neste artigo, remontar esse movimento de transição da psicanálise para a antropologia efetuado pelo autor analisando a noção de ‘alteridade’ em alguns trechos das suas obras “Primitivo e Loucura” de 1926, “A sordície nos alienados: ensaio de uma psicopatologia da imundície” de 1928 e alguns artigos escritos logo após esses anos e publicados nas coletâneas “Estudos de Psicanálise” de 1931 e “Freud, Adler, Jung: ensaio de psicanálise ortodoxa e herética” de 1933.

## **Contribuições para a história da avaliação psicológica brasileira: o caso do Teste Limiar 72 de Helena Antipoff**

Érica Arruda Peluzio

Sérgio Domingues

Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FACISA – Viçosa, MG)

A psicologia no início do século XX apresentava entre seus instrumentos de trabalho e pesquisa os testes psicológicos. Estes que foram utilizados de variadas formas, e apontados como ferramentas de exclusão quando aplicados principalmente na área da Educação. Vários autores apontam os testes psicológicos como ferramentas que legitimaram por décadas a exclusão das pessoas pertencentes às classes populares da rede regular de ensino. Outra crítica refere-se ao uso de instrumentos elaborados em outros países e aplicados no Brasil sem as devidas adaptações. Essas duas críticas mostram um lado da história da psicologia e do uso desses instrumentos de avaliação, contudo existiram outras ações, apresentadas neste trabalho e que não correspondem às críticas apontadas. Em 1931 Helena Antipoff realizou a primeira tradução do teste Prime de Theodore Simon para aplicação em estudantes no Brasil, mais especificamente em Minas Gerais. Esta tradução, conhecida como teste do Limiar foi aplicada às crianças dos nove grupos escolares de Belo Horizonte pelas alunas da Escola de Aperfeiçoamento de Professores da mesma cidade. O objetivo do estudo é mostrar como se deu esta ação de tradução e adaptação do teste em 1932, publicada no boletim nº 11 da Secretaria de Educação e Saúde Pública de Minas Gerais por Antipoff e Castro e posteriormente como o teste teve seus itens adaptados para aplicação na população rural no teste denominado Limiar 72, pois tal adaptação ocorreu em 1972. A justificativa do trabalho é dar novos subsídios para a historiografia da avaliação psicológica no Brasil no campo da educação. Assim, faz-se importante que pesquisas na área da testagem estejam preocupadas com a criação e/ou adaptação de instrumentos psicológicos capazes de avaliar corretamente, assim verificando os parâmetros psicométricos dos instrumentos, além de verificar se tal instrumento não segrega, mas avalia corretamente o testando. O presente trabalho é uma pesquisa documental onde são utilizados materiais que passarão por um tratamento analítico, tais como o Teste Prime, o teste Limiar e o Teste Limiar 72, assim servindo como base bibliográfica para a construção do texto. A metodologia empregada foi a da história das ciências, buscando entender, sem incorrer no erro do presentismo, a tradução e adaptação do teste Prime à realidade brasileira, urbana e rural, entre os anos de 1931 e 1972. Sabe-se que o Teste Prime, adaptado em teste do Limiar por Helena Antipoff e Maria Luiza de Almeida Cunha, foi uma adaptação do Teste de Vocabulário e Inteligência do Dr. Simon, o qual foi elaborado de acordo com as observações colhidas em 1931 após o exame da primeira revisão. Foi então traduzido para aplicação nos escolares de Belo Horizonte. O teste é destinado às crianças que entram na escola pela primeira vez, permitindo avaliar os recursos intelectuais e o nível de cultura geral dos diversos grupos étnicos e sociais de Minas. O estudo feito com o teste Prime visava mostrar que as respostas das crianças às provas mostra suas noções e representações de coisas que ela trará de casa para a escola, assim é importante por dar a possibilidade de avaliar o cabedal intelectual com que a criança vai iniciar o seu trabalho na escola. Com a necessidade e especificidade dos alunos da região rural em Belo Horizonte, viu-se

necessário reformular o Teste Prime, adaptando-o para ser aplicado em crianças de escolas rurais. Tal reformulação ocorreu no ano de 1972, dando origem ao teste Limiar 72, um teste econômico e rápido que permitia uma avaliação precisa das condições de maturidade para aprendizagem escolar. O teste Limiar 72 veio como momento decisivo para Helena Antipoff, sendo origem do teste Prime, contribuindo para que crianças pudessem ser avaliadas de acordo com sua realidade, não segregando as populações, assim ele analisava as condições de maturidade para a aprendizagem escolar e, também, avaliava o nível mental de crianças em idade escolar. Os resultados dessa pesquisa mostram que o teste Limiar 72, reformulação do teste Prime, é uma adaptação feita por Helena Antipoff para ser aplicado em crianças em escolas rurais, assim o teste não segrega a população, mas sim a avalia dentro de sua cultura através de um questionário que leva em conta a realidade sociocultural da criança.

Palavras-Chave: história da psicologia, Teste Prime, Teste Limiar 72, contexto sociocultural, educação

### **La recepción del conductismo en el pensamiento psicosocial de Eliezer Schneider**

Fernando Polanco  
Universidad Nacional de San Luis (UNSL) - Argentina

Eliezer Schneider es una importante figura de la psicología social en Brasil, particularmente en Río de Janeiro donde desarrolló su gran tarea como formador. Destacan como publicaciones principales de este autor, su Tese para o concurso à Cátedra de Psicologia Social e econômica da Faculdade nacional de Ciências Economicas, denominada A Psicologia Humana como ciência Social Básica, publicada en en el año 1965; y su *Psicologia Social: Cultural, Histórica, Política*, publicado en el año 1978. En ambas publicaciones, destaca el uso de autores extranjeros para dar base a su fundamentación teórica, entre los que se encuentra la figura de Clark Hull. Por ello, en la presente exposición, intentamos exponer la recepción del conductismo hipotético-deductivo en la *Psicología Social* de Schneider, como así también la función que cumple como articulación teórica dentro de sus desarrollos conceptuales y prácticos.

Para la presente investigación se lleva adelante una investigación historiográfica, de carácter *ex post facto*. Utilizando como principales muestras las fuentes primarias señaladas más arriba, como así también entrevistas que el mismo autor ha publicado, como así también fuentes secundarias que nos permitan establecer las relaciones y contactos con el conductismo. Primeramente, exponemos los aspectos fundamentales de la biografía de Eliezer Schneider, el cual realizó sus estudios de grado en el campo de la abogacía donde no realizó ninguna práctica. Su primer contacto con la psicología se debió a su ingreso como Técnico de Assuntos Educacionais, en el Instituto de Psicologia, órgano dependiente de la Universidade do Brasil, actualmente Universidade Federal do Rio de Janeiro. A partir de allí, su relación con este campo sería indisoluble. En el año 1947 recibió su título de Maestría, por sus estudios sobre emergencia de la personalidad bajo la dirección de Gustav Bergmann en la Iowa University. Será aquí donde puede establecerse el punto de contacto entre la historia del conductismo y su relación con la recepción dentro de la teoría social de Schneider. Durante el verano de



1939, Gustav Bergmann, reconocido integrante del Círculo de Viena, pasa dos meses junto a Clark Hull y Kenneth Spence. Con este último llegaría a publicar dos artículos en los cuales se establecen las relaciones entre el positivismo lógico y la teoría hulliana. En el caso particular de Schneider, destaca los usos de la teoría de Hull para establecer la justificación científica de las ciencias sociales, lo cual sería de utilidad pensando que Schneider se insertaba en el amplio campo de las ciencias sociales dentro del cual recién en su momento comenzaba a constituirse espacios destinados al campo de la psicología. En segundo lugar, parecía importante para Schneider establecer desde la psicología los justificativos de la continuidad Biopsicosocial, elemento fundamental en el cual se establece la intervención de profesionales tanto en los aspectos del contexto, como del ser humano afectado en sí. Como él mismo señala en su libro de Psicología Social señalado más arriba. “conforme nosso destaque, o ‘social’ no sentido psicológico é, em essência, o adaptativo-ambiental na acepção biológica. Logo, como ciência social básica, e intermediária biossocial.” En conclusión, a partir de la reconstrucción de la relación histórica de Hull, con la obra de Schneider podemos destacar el principal uso de la obra del primer autor para justificar elementos de cientificidad en el desarrollo de la nueva disciplina científica que estaba en ciernes en el contexto brasileño, como así también destaca la importancia dada por Schneider al espacio dejado por la teoría conductista hulliana para la modificación de la realidad en el cual se la interacción organismo-ambiente juega un punto importante en su articulación.

Palabras Claves: conductismo, historia, Schneider, psicosocial

### **Sobre a hierarquização das “práticas de curar” na obra de Arthur Ramos**

Nathalia Tomines Ferreira Nascimento

Hildeberto Vieira Martins

Universidade Federal Fluminense (UFF Rio das Ostras)

As manifestações culturais de certos grupos étnicos africanos trazidos para o Brasil em decorrência do processo de colonização e do tráfico negreiro português marcaram o processo de formação da sociedade brasileira como nação. Essas práticas, que aqui se reconfiguraram através do contato com o elemento português e com os nossos grupos autóctones, constituíram aquilo que definimos atualmente como “a” cultura brasileira. No presente trabalho, daremos destaque a certas manifestações sociais produzidas pelas religiões afro-brasileiras e que revelam em sua efetivação como prática religiosa um caráter singular, diverso de outras expressões religiosas encontradas em nossa sociedade. Manifestações religiosas como o candomblé e a umbanda são o resultado da interação entre as ideias (crenças) e práticas de diferentes grupos étnicos (etnias afro-brasileiras e indígenas e europeias), mas comumente são percebidas como representantes do ethos religioso afro-brasileiro. Segundo alguns autores (Giumbeli, 2003, 1997; Maggie, 1992), com a instituição do primeiro Código Penal Republicano, em 1890, houve uma mudança jurídica que provocou a inclusão e a penalização de práticas que privassem ou alterassem (temporária ou permanentemente) as “faculdades psíquicas” em decorrência do uso do “espiritismo [d]a magia e [de] seus sortilégios”. Por conta disso, o espiritismo (“alto espiritismo” e “baixo espiritismo”) foi arrolado nos “crimes contra a saúde pública (Giumbelli, 2003 p. 248). Certas práticas e ritos

religiosos, em especial os ligados às manifestações afro-brasileiras, serão definidos nesse período pela expressão “baixo espiritismo”, e com isso tornam-se atividades criminalizáveis. O processo de urbanização das cidades, o crescimento da população e a chegada de imigrantes refletiram-se na difusão de diferentes crenças religiosas, bem como em variadas “práticas de cura, de adivinhação e rituais de proteção” (Wissenbach, 2004 p. 12). Tais práticas eram condenadas pelas autoridades médicas, policiais e jurídicas da época, e os rituais de cura eram taxados como “truques” que moviam uma “indústria ilícita”, usados por charlatães gananciosos que tinham como único objetivo explorar a ignorância de cidadãos de “boa fé”. E é possível notar pela leitura de alguns dos trabalhos de Arthur Ramos, produzidos nas décadas de 1920 e 1930 do século passado, que esse debate não escapou de sua análise sobre a sociedade brasileira. Ramos debateu sobre a necessidade de se estabelecer regras que permitissem definir mais nitidamente a diferença entre as práticas do curandeirismo e o charlatanismo. Segundo ele, o charlatão era um indivíduo que conscientemente, independente da filiação profissional, transgredia “os preceitos de sua profissão, ou seu código de classe, que ele devia conhecer e respeitar” (Ramos, 1937, p. 72). O charlatão seria um mero explorador da boa fé das pessoas, movido por interesses pessoais, geralmente financeiros. Para Ramos, esse indivíduo era um “delinquente comum”, e por conta disso a ele deveria ser reservada a ação penal prevista em lei. Já o curandeiro (medicine men), segundo esse raciocínio, teria pensamentos e motivações bem diferentes. Ao contrário do charlatão, o curandeiro enganaria as pessoas involuntariamente (“charlatão involuntário”), pois ele mesmo crê nos rituais que realiza. O motivo, explica Ramos, é o fato de o curandeiro ser portador de uma mentalidade menos desenvolvida, pré-lógica, que o aproxima do homem primitivo, de pensamento mágico e místico. No cerne da explicação científica deste fenômeno haveria um problema de ordem psicológica. Problema cuja solução demandaria um trabalho diferente, que não prescreveria o recurso penal da prisão, já que isto seria admitir que o curandeiro executa sua ação voluntariamente, assim como o charlatão (este sim, um verdadeiro criminoso). Nesse trabalho, além da consulta e revisão da literatura sobre o tema (revisão documental e bibliográfica), com enfoque na obra de Arthur Ramos, foi realizada a leitura e análise do periódico Correio da Manhã (RJ), cujo acervo encontra-se disponível na Hemeroteca Digital Brasileira (<http://hemerotecadigital.bn.br/>). O teor da linguagem e abordagem jornalística foi investigado a partir da utilização de certas palavras-chave, a saber: “charlatanismo”, “macumba”, “magia negra”, “baixo espiritismo”, “candomblé”. Identificamos as formas predominantes para descrever e rotular as práticas produzidas pelas manifestações religiosas afro-brasileiros, observando o posicionamento das autoridades médicas, policiais e judiciárias sobre esse assunto.

Palavras-chave: religião afro brasileira, Arthur Ramos, baixo espiritismo, crime, charlatanismo.

Fontes de Financiamento: PROPPI/UFF

## Aspectos fundamentales de la psicología de Walter Blumenfeld

Tomás Caycho Rodríguez  
Universidad Inca Garcilaso de la Vega (Lima, Perú)

La presentación tiene como objetivo ofrecer una visión panorámica de las características más importantes del pensamiento psicológico del Prof. Dr. Walter Blumenfeld (1882-1967). Blumenfeld llega al Perú en 1935, huyendo a la persecución que el gobierno nazi emprende contra los ciudadanos judío-alemanes, integrando el grupo de distinguidos psicólogos europeos, conocidos como los “pioneros”, que por motivaciones cuasi similares dejan su país y se establecen en Sudamérica. Mientras estuvo en Europa, ejerció los cargos de Jefe del Instituto Psicotécnico y Director del Laboratorio de Psicología Aplicada en la Technische Hochschule de Dresde. Dictó cursos de Psicología Pura y Aplicada, Psicología Experimental, Psicología General, y Psicología del Pensamiento. Asimismo, enseñó asignaturas de filosofía sobre Kant y Schopenhauer. Fue asesor psicológico del Masaryk Institut de Praga. De 1926 a 1934 fue coeditor de *Psychotechnische Zeitschrift*, que dirigía el afamado psicotécnico Prof. Hans Rupp. Hay que destacar la entrañable amistad establecida entre Blumenfeld y Lewin, la cual se prolongó a lo largo de los años de exilio de ambos fuera de Alemania. Desde temprano, Blumenfeld considera el punto de vista estructural como científicamente sólido y apartado del terreno axiológico, en donde el ser humano es considerado como una unidad psicofísica en relación con el mundo en que vive. Se incorpora a la Facultad de Letras de la Universidad Nacional Mayor de San Marcos, en 1935; influye profundamente en el desarrollo de la psicología. Para Blumenfeld la Psicología es una disciplina científica, experimental, objetiva y cuantitativa, ubicada en el marco de las Ciencias Naturales. La psicología de corte experimental y objetiva, defendida por Blumenfeld, no fue bien recibida por quienes defendían una psicología intuitiva y subjetiva, predominante desde muchos años en la intelectualidad de la época. Con el correr del tiempo terminó por imponerse la nueva orientación psicológica. Se analizan sus libros más importantes *Introducción a la Psicología Experimental* (1946) y *Psicología del Aprendizaje* (1957), obras que tuvieron varias ediciones. Divulga la *Psicología Topológica* de Kurt Lewin. La obra escrita del Prof. Blumenfeld es vasta y múltiple en el área de la Psicología; escribió además temas filosóficos y educativos. Entre los principales rasgos característicos de la psicología del Prof. Dr. Blumenfeld podemos mencionar: el dominio de la psicología, la Gestalt como eje teórico de su pensamiento científico y sus estudios de antropología psicológica. La obra de Walter Blumenfeld es sumamente amplia, conformada por investigaciones empíricas, ensayos y libros acerca de temas psicológicos, filosóficos y educativos. El objetivo de esta comunicación ha sido, más que todo, mostrar algunos aspectos importante de su vida, que puedan servir de impulso para que en el futuro se puedan realizar estudios acerca de su vida y su obra, de tanta relevancia para el surgimiento de la Psicología Científica en nuestro país. Es así, que se le rinde un merecido homenaje, pues aunque no fue peruano de nacimiento contribuyó a la psicología peruana más de lo que ningún otro psicólogo peruano ha hecho desde entonces.

## **Sessão 7. A psicologia e o Estado**

### **A atuação e importância do psicólogo nas políticas públicas de violência doméstica**

Lelio Fernando Martins  
Adjane da Silva Batista  
Andressa Maciel Correa  
Ilze José Rocha

Faculdades Integradas Maria Thereza (FAMATH- Niterói/RJ)

A presente pesquisa consistiu num estudo sobre as políticas públicas de proteção à mulher vítima de violência doméstica no município de São Gonçalo e da atuação de psicólogos nestas políticas. A assim denominada rede de proteção à mulher deste município é formada pelo Centro Especial de Orientação à Mulher, pelo Juizado de Violência Doméstica, pelo Núcleo de Atenção da Criança e do Adolescente, pelo Núcleo Especial de Atendimento à Criança e Adolescente, pelo Movimento de Mulheres de São Gonçalo, pela Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher e pela Secretaria de Políticas para à Mulher, todos trabalhando interligados para atender com maior eficácia à mulher vítima e sua demanda. O objetivo geral é de possibilitar a construção de um conhecimento a respeito das políticas públicas e, muito especialmente, daquelas voltadas à proteção da mulher, o qual está vinculado ao interesse em conhecer, de um lado, o discurso dos psicólogos que atuam nas políticas públicas de proteção à mulher. Um aspecto relevante a ser ressaltado é o de que o conhecimento sobre as políticas públicas virtualmente inexistente nas grades curriculares de psicologia, sendo crucial, então, que seja apresentado aos futuros profissionais. A preocupação em conhecer mais profundamente a situação da violência contra a mulher em nosso país, assim, visa unir dois campos que são – ou deveriam ser – de suma importância para a formação profissional em psicologia, no sentido de capacitar os futuros psicólogos a serem, verdadeiramente, agentes de uma desejada, mas sempre adiada, transformação social. Há pouco tempo a questão da violência contra a mulher passou a receber ênfase por parte do poder público, bem como a constituir objeto de reflexões e de pesquisas. A pesquisa que deu origem a este trabalho começou a partir através de um levantamento bibliográfico sobre as políticas públicas de proteção à mulher. Num segundo momento, ocorreu a participação dos pesquisadores nas reuniões da Rede de Proteção à Mulher de São Gonçalo. Foram realizadas entrevistas com psicólogos que atuam na Rede, com o objetivo de construir um entendimento sobre o trabalho realizado por eles, assim como a visão deles sobre sua própria atuação. Optou-se pelo estudo de caso, com intuito de unir tais campos que são primordiais na formação profissional, no sentido de capacitar os futuros psicólogos a serem agentes de uma possível transformação social. O psicólogo é um profissional que tem grande participação nessas políticas públicas, tanto em sua elaboração quanto na efetivação das práticas destinadas à mulher vítima de violência. Os dados obtidos com a esses profissionais indicaram que existem diversas formas de atuação profissional no campo das políticas públicas. A rede, embora estruturada, ainda não atua de forma totalmente articulada e plena. Observamos que o discurso dos profissionais é marcado por uma considerável ambiguidade em relação a aspectos como o trabalho multidisciplinar, o

aumento ou a diminuição da demanda, o empoderamento e o tipo de dependência vigente. Foram identificadas, ainda, as seguintes dificuldades: falsas denúncias, funcionamento e temporalidade das ações, formação profissional, dificuldade da escuta, ingerência do gestor e falta de articulação da rede de atendimento.

Palavras-chave: psicologia; formação; políticas públicas; violência doméstica

## **A criminalização de condutas no Estado Novo**

Leandro Barreiros

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

O presente trabalho constitui parte do projeto de pesquisa de dissertação de mestrado, iniciado no primeiro semestre de 2014, no Programa de Pós-graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Tem interesse em uma discussão teórica voltada para a História da Psicologia, abordando o contexto histórico do Estado Novo (1937-1945) a partir de duas questões distintas, mas cuja interseção permite a elaboração de novas contribuições para a história da loucura e da saúde mental no Brasil. Insere-se, portanto, no eixo “Práticas e lugares de atuação ao longo da História da Psicologia”. O estudo busca, por um lado, apontar os discursos e práticas do governo e de seus entusiastas no período, com o objetivo de construir normas sociais e culturais a serem seguidas. De fato, desvios cujo caráter o Estado entendia como prejudiciais à sua existência foram criminalizados. A constituição de 1937 já indicava que a vadiagem constituía crime contra a Nação, tornando perceptível a oposição moral entre trabalho e vadiagem característica do discurso do Estado Novo. A segunda questão de nosso interesse perpassa pelo discurso da psiquiatria da época no que diz respeito à figura do criminoso. Tal problemática se refere a duas perspectivas jurídicas diferentes sobre os transgressores, cuja polarização ocorria principalmente entre juízes e psiquiatras. Há uma perspectiva sobre o indivíduo que pode ser denominada jurídico-racionalista, na qual o sujeito, com seus direitos e deveres, seria capaz de adaptar livremente seu comportamento às leis e normas sociais. Há outra corrente que poderia ser chamada de psicológico-determinista, na qual o indivíduo não seria um sujeito, mas sim um objeto de suas subjetividades. De acordo com essa ideia, a determinação do comportamento do indivíduo estaria além de sua consciência, não sendo possível, portanto, responsabilizá-lo moralmente por seus atos. Tais discursos devem ser analisados à luz das diretrizes políticas, culturais e econômicas do período. Deve-se, portanto, levar em consideração o ideal de construção de um novo Brasil e que as normas estavam associadas, principalmente, ao mundo do trabalho. É necessário ter em mente o esforço do governo de Getúlio Vargas em construir uma identidade positiva do trabalhador brasileiro, bem como a cooperação mútua entre os diferentes setores da sociedade de então, buscando criar um ambiente harmônico. Até aquele momento, em consequência das raízes escravocratas do país e do baixo impacto do pensamento liberal entre a população, o trabalho estava vinculado à características negativas, sendo associado ao penoso labor escravo, que ainda povoava o imaginário da população brasileira. Buscando na classe trabalhadora uma base de apoio, o Estado perseguiu os que não pudessem participar dessa aliança, ou mesmo os que a prejudicassem. As estratégias utilizadas pelo governo para alcançar seus objetivos variaram. Além da atuação do Departamento de Imprensa e

Propaganda (DIP), que procurava censurar qualquer discurso que pudesse ser caracterizado como subversivo, cooptou intelectuais e músicos para que disseminassem os ideais de louvor ao trabalho e à cooperação, bem como da crítica à vadiagem. Desse modo, é perceptível o esforço do Estado em transformar o imaginário social da época, criando novas normas de conduta. Desde a constituição da psiquiatria como especialidade médica, a ideia de uma mente saudável esteve associada à capacidade do sujeito de se comportar dentro dos papéis determinados para ele na sociedade. Por isso, busca-se compreender igualmente o posicionamento da psiquiatria brasileira sobre a figura do delinquente, tendo em vista a estratégia do governo de criminalizar determinadas condutas comportamentais.

Palavras-chave: Estado Novo, crime, loucura, trabalho, vadiagem

### **A loucura e o crime ontem e hoje**

Carolini Cassia Cunha

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

A partir de leituras de publicações recentes acerca do historicamente denominado manicômio judiciário, atualmente Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico e o encaminhamento oficial frente ao transtorno mental articulado a incidência de criminalidade, acreditamos ser importante trazer à discussão alguns resultados encontrados. Tais resultados serão expostos e discutidos em paralelo com o discurso médico acerca da mesma temática, porém datado do início do século XX, momento em que a medicina adentra o campo jurídico no que diz respeito ao julgamento e posterior tratamento da pessoa com transtorno mental que transgrediu a lei. Este texto pretende colocar em pauta um tema importante da psicologia e sua história. No Brasil a história da psicologia está intimamente entrelaçada à produção teórica e atuação da medicina, sendo esta uma categoria que fomentou a discussão e produção “psi” em um momento em que a psicologia não detinha o status de disciplina científica autônoma. No que tange à atuação da psicologia nos dias atuais, a saúde mental tem sido cada vez mais entendida enquanto um campo de atuação multiprofissional, no qual a atenção da psicologia também é essencial. Tendo em vista que atuação competente é condicionada por uma aliança sólida com o conhecimento, inclusive da construção histórica do objeto de estudo e ação, esta discussão assume importância. As fontes para esta reflexão foram a literatura científica recente acerca da temática e enquanto fonte primária, a obra de Arthur Ramos, “Loucura e crime: questões de psiquiatria, medicina forense e psicologia social”, lida na ocasião da confecção da dissertação de nossa autoria defendida em 2013, cujo objetivo foi compreender os processos históricos que condicionaram a inserção da medicina no ordenamento jurídico no que diz respeito a pessoa com transtorno mental que transgrediu a lei. Temos como horizonte a consolidação e fortalecimento da Reforma Psiquiátrica brasileira, a partir de um olhar sobre o homem concreto, transformado e transformador de sua realidade. As publicações recentes sobre a temática podem ser divididas em duas categorias: a primeira corresponde ao questionamento do encarceramento da pessoa com transtorno mental que transgrediu a lei e os mecanismos de atuação do encaminhamento oficial, como o conceito de periculosidade e a medida de segurança; a segunda categoria legitima a institucionalização e objetiva aprimorar as ferramentas que a sustentam, como a perícia psiquiátrica-forense. É nesta segunda categoria que vamos centrar nossa atenção. A

afirmação de que há umnexo causal entre violência e doença mental, apontando a pessoa com transtorno mental como mais propensa a cometer ato violento e delito que a população em geral, é recorrente nestes textos. A associação entre violência e doença mental supostamente comprovada cientificamente ratifica a noção de periculosidade, sustentáculo da medida de segurança, em sua pretensão de prevenir novos atos criminosos. Realizada a equiparação entre tratamento e institucionalização, um dos textos mostra preocupação com a subinternação em razão de ausência de notificação ou registro policial e liberação precoce da internação. Neste mesmo sentido Arthur Ramos apontou a sua preocupação com a não internação de alguns indivíduos com doenças mentais, pois os mesmos representavam uma ameaça à sociedade pelo seu potencial criminoso. É comum, nesta categoria de textos, o estudo dos internos do HCTP, nomeadamente a população psiquiátrica com maior propensão ao comportamento criminoso como essencial para as políticas de assistência e prevenção da violência. Afirmação semelhante foi feita por Arthur Ramos, colocando a importância de estudar esta população não apenas para fins periciais, mas para conhecer os determinantes do crime. Este raciocínio situa a criminalidade enquanto um fenômeno puramente individual a ser resolvido com o estudo daquele que cometeu delito. Nos estudos de perfil da população internada encontrados, invariavelmente a parcela majoritária dos internos era composta de indivíduos pertencentes a classes com baixo poder aquisitivo e com pouca ou nenhuma escolarização. Além disso, foram relatados, esgarçamento dos laços familiares e falta de perspectivas. Assim, consequências da institucionalização e da seletividade histórica do sistema penal são tomadas como resultado do transtorno mental do indivíduo. Nesta breve análise vimos repetições históricas, sem desrespeito as particularidades de cada época, em parte da produção científica da área, com tendências a individualização e biologização daquele que transgrediu a lei acometido de transtorno mental. Para evitar tais posturas o conhecimento sobre a história é fundamental.

Palavras-chave: manicômio judiciário, criminalidade, transtorno mental, história da psicologia, psiquiatria.

### **O encontro entre a legislação infanto-juvenil e a psicologia**

Priscila Regina Oliveira Regassi  
Maria Lucia Boarini  
Universidade Estadual de Maringá (UEM)

Este resumo diz respeito a um projeto de iniciação científica/PIBIC em desenvolvimento cujo objetivo é recuperar a inserção da ciência psicológica e do profissional psicólogo no campo jurídico no que tange as decisões judiciais em relação ao segmento infanto-juvenil, em especial aos adolescentes em conflito com a lei. Já é de conhecimento público que a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA (BRASIL, 1990) promoveu importantes reformulações na legislação infanto-juvenil. Uma destas reformulações, dentre outras, é a determinação que o maior de doze anos e o menor de dezoito anos de idade devem ser responsabilizados de acordo com a lei cabível a ele, atribuindo medidas protetivas a crianças inferiores a doze anos de idade. Em decorrência desta nova legislação, em 1992, é incluída a profissão de perito-psicólogo no catálogo do Ministério Público. A partir desta época o psicólogo

perito faz parte do corpo técnico da justiça bem como o assistente social que emitem pareceres, quando solicitado pelo juiz que decide a necessidade de um laudo psicológico de acordo com seu discernimento e a gravidade do ato infracional. É importante ressaltar que a elaboração de laudos psicológicos pode ser determinante na decisão do juiz sobre a aplicação de penas a atos infracionais cometidos por adolescentes e crianças. E aqui temos duas questões que estimulam o desenvolvimento deste estudo: 1. Antes de 1992 existiam estas avaliações? Quem as realizava? 2. E atualmente como são realizadas estas avaliações? Maria Helena de Souza Patto e Sylvia Laser de Mello em instigante artigo publicado na revista Psicologia USP no ano 2008 observam a precariedade da elaboração dos laudos psicológicos que consideram a vítima como sendo a única culpada, sem fazer maiores questionamentos sobre a complexidade do assunto. De acordo com estas autoras “laudos precários são capazes de estigmatizar e de justificar desigualdades sociais reduzindo o problema ao individual esquecendo-se da diversidade social e econômica da sociedade que vivemos. Profissionais mal formados se acham no poder de dizer sobre o íntimo da pessoa, já que toda uma história o põe como competente para este fim”. As autoras ainda afirmam que na maioria das vezes nos laudos, o que são encontrados “são saberes naturalizados frente à autoconfiança que o psicólogo tem sobre a realidade psíquica do indivíduo”. Por outro lado, na recuperação da história constatamos que o fenômeno da criminalidade infanto-juvenil não é algo específico da atualidade. Ednéia José Martins Zaniani no capítulo a Criminalidade infantil: a ‘endemia traiçoeira’ do Brasil Republicano do livro intitulado Higiene Mental: ideias que atravessaram o século XX de 2012 apontam informações que desde o início do século XX os médicos higienistas já estavam preocupados com a questão da criminalidade infanto-juvenil, afirmando esta ser de “ordem patogênica e fruto de uma má educação, colocando o problema maior na ordem individual do que social”. Diante do exposto estamos desenvolvendo o presente estudo de caráter bibliográfico recuperando informações publicadas em livros, revistas, jornais e demais documentos e legislações das épocas que, por questão de organização, dividiremos em três períodos que esclarecemos a seguir: 1. Período de 1927-1961 quando ocorreu a promulgação do Código de Menores do Brasil o qual consolidou a assistência e proteção a crianças e adolescentes impedindo que a criança com idade inferior a quatorze anos passasse por processo penal e entre quatorze e dezoito anos passasse por processo especial, resgatando fatos históricos daquela época que tinha por objetivo a tutela do “menor”, termo que simbolizou a infância pobre e criminalizada. 2. Período 1962-1990 quando a psicologia se estabelece como profissão no Brasil pela lei nº 4.119/62, e passa a assumir, gradativamente, espaços na área jurídica. 3. Após 1990 com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente/ECA que permitiu a inserção do psicólogo no corpo técnico auxiliar do Juiz da infância e da juventude. Desta forma o trabalho a ser realizado se encontra no eixo temático “práticas e lugares de atuação ao longo da história da psicologia” versando sobre a prática jurídica que o psicólogo conquistou no decorrer do tempo questionando suas práticas laudatórias.

Palavras-chave: legislação infanto-juvenil, psicologia, Estatuto da Criança e do Adolescente, criminalidade infanto-juvenil



## **“Prometo dizer a verdade” : a psicologia do testemunho na história da criminologia brasileira**

Juliana Ferreira da Silva  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O trabalho constitui projeto de pesquisa de doutorado e pretende investigar a história de como a psicologia brasileira constituiu um saber sobre os meios subjetivos de prova em processos criminais. A escolha da área da história da psicologia como campo de discussão acadêmica para realização deste trabalho deve-se à consideração de que uma visão mais ampliada dos contextos de produção do saber científico brasileiro, aliada a uma melhor elucidação sobre seus dispositivos de poder, pode mostrar como as idéias defendidas são inseparáveis da sociedade em que circulam e constituem uma de suas manifestações. A pesquisa histórica, dessa forma, serve como prática fundamental para reflexão crítica dos dispositivos teórico-práticos em psicologia, em nosso caso, na interlocução com o direito. O trabalho busca compreender e evidenciar, por meio da pesquisa histórica, os argumentos, dispositivos teórico-práticos e fatos que compõem a inserção do discurso psicológico no diálogo com o direito, acerca dos meios subjetivos de prova em processos criminais, quais sejam: prova testemunhal, interrogatório do acusado, perguntas ao ofendido e confissão. As relações que buscamos instaurar com o campo do direito partem de um estranhamento do cotidiano, na referência ao saber psicológico quando se pretende determinar o valor de verdade dos meios subjetivos de prova. Partindo do estranhamento desse saber, procuramos compreender melhor as bases de seu argumento, buscando visualizar, tanto quanto possível, as lógicas estruturantes das relações entre o campo da psicologia e do judiciário. O ritual do julgamento comporta elementos interessantes para discutir as relações do saber psi com o direito e, mais ainda, sua operacionalidade no dispositivo do tribunal. A metodologia constitui-se de seleção de textos que apresentem temas de interface entre a psicologia e a criminologia a partir da revisão bibliográfica. Apresentam-se os dados esquematizados em conceitos/dispositivos interligados, considerando: sua classificação temática, uma breve descrição do argumento apresentado, sua localização no conjunto da bibliografia revisada e o fragmento textual. A pesquisa está em andamento. No evento, propomos a comparação por semelhanças e contrastes entre a perspectiva contemporânea de Paul Ekman e as teorias de psicologia brasileira de Mira y Lopes e Evaristo de Moraes. O estudo aposta no contraste entre a atualidade, tendo como um dos principais autores de referência no estudo psicológico sobre os sinais comportamentais da mentira o norte-americano Paul Ekman, e as teorias de Mira y López – que dedicou três capítulos de seu Manual e Psicologia Jurídica às fases do processo judiciário: crítica aos documentos judiciários, psicologia do testemunho e obtenção da evidência do delito – e de Evaristo de Moraes – que inaugura o campo no Brasil com seus ensaios de *psychologia judiciária*. Suas teses apresentam ora aproximações, ora afastamentos. Buscaremos evidenciar em quais pontos trata-se de uma ou de outra.

Palavras-chave: testemunho, prova testemunhal, criminologia, história da psicologia, processo criminal

## **Encuentros entre la historia de la psicología y la psicología jurídica en materia de infancia: provincia de Mendoza (Argentina), desde 1930 hasta nuestros días**

Carolina Farias-Carracedo  
Universidad Nacional de San Luis (UNSL) – Argentina  
Maira Allucham Goulart Naves Trevisan Vasconcellos  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

En este trabajo esperamos transmitir algunos resultados sobre nuestra investigación acerca de la Historia de las Instituciones que han albergado niños en riesgo social en la provincia de Mendoza, Argentina. Esta investigación se da en el entrecruzamiento de dos campos: la Psicología Jurídica y la Historia de la Psicología. La primera, nos aporta herramientas teóricas para acceder a temas social y políticamente sensibles como lo es el tema de Infancia. Particularmente, nos valemos de los aportes acerca de las Doctrinas de Infancia: Doctrina de la Situación Irregular y Doctrina de la Protección Integral. La segunda, nos provee los recursos metodológicos ya que la principal metodología consiste en el rastreo, hallazgo y análisis de las fuentes. Se está trabajando con fuentes documentales (principalmente escritas): archivos públicos y privadas; y fuentes orales (o testimonios con informantes claves). Se trata de un estudio ex post facto retrospectivo. El sistema federal de la República Argentina da la autoridad, a cada una de las provincias, de sancionar sus propias leyes respetando, por supuesto, el espíritu y la letra de la legislación nacional. En este sentido, la provincia de Mendoza ha sido, en comparación al resto de las provincias argentinas, pionera respecto a la legislación en materia de infancia. En nuestra investigación acerca de la historia de las instituciones que han albergado niños y la historia de la legislación en materia de infancia en esta provincia, hemos podido diferenciar cuatro grandes etapas: una primer etapa que iría desde 1939 hasta 1970, que denominamos de “Institución Total”; una segunda etapa que iría desde 1970 hasta 1995 que se refiere al “Coexistencia de prácticas”; una tercera, desde 1995 hasta 2005, “Coexistencia de Doctrinas” y la última que iría desde el 2005 hasta la actualidad, que hemos denominado “Hacia la Protección Integral”. La primera etapa se inicia con la sanción de la Ley de Patronato de Menores en 1939 y se caracteriza por la existencia de Macro-Hogares que funcionaban al estilo de las instituciones totales. La segunda etapa la marcamos a partir de 1970 ya que debido a las dificultades que presentaban estas grandes instituciones, comenzó un proceso de desmasificación y se empezaron a implementar otros programas alternativos a la internación: en 1972, los Mini-Hogares; en 1986, Programa Familias Cuidadoras; en 1989, Programa Amas Externas. La tercer etapa se inscribe en la sanción de la ley 6354 en 1995, “Ley de Menores de la Provincia de Mendoza”, un punto de inflexión que convirtió a Mendoza en la primera provincia en adecuar su legislación a la Convención de los Derechos del Niño, procurando alcanzar la denominada “Protección Integral”. Desde entonces la provincia inició un conjunto de modificaciones en el ordenamiento normativo y la adecuación de la institucionalidad que hasta entonces se ocupaba de la atención de la infancia y la adolescencia. Esta ley, si bien pretendía abrazar la Convención Internacional de los Derechos del Niño, seguía marcada por la concepción de Patronato. Es por todo esto que consideramos este periodo de coexistencia entre concepciones de doctrinas de infancia. Finalmente, con la ley nacional 26061 del año 2005, Mendoza firma una acordada en el año 2008 en la cual adhiere en líneas generales a dicha ley pero no en los procedimentales. Esta acordada se levanta en el 2008 y, desde

entonces, la ley nacional toma plenitud en la provincia. Desde esta fecha, se están haciendo serios intentos de adecuación de las prácticas para promover la protección integral de los derechos del niño. Esto, es lo que define a la última etapa. Consideramos que el análisis histórico acerca de esta temática no es deseable sino imprescindible ya que el método para perder derechos es, justamente, su naturalización. Debemos ser conscientes de los procesos, luchas, tensiones, intereses que atraviesan el campo de las políticas públicas de infancia. Sólo sabiendo de dónde venimos podremos orientarnos hacia dónde vamos y, si queremos ir hacia la conquista de más y mejores derechos para los niños, tendremos que mantener una perspectiva histórica, crítica y atenta.

Palabras claves: infancia, historia, Provincia de Mendoza (Argentina), instituciones, legislación

## **Sessão 8. Filosofia da psicologia**

### **O diálogo entre filosofia e psicologia: contribuições de Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur para a psicologia fenomenológica**

Tais de Lacerda Gonçalves Massiére  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

As várias tradições e tendências presentes no campo da psicologia são resultado de diferentes tentativas de aproximação da realidade humana. Sabemos que a psicologia, ao buscar estabelecer-se como ciência, esforçou-se, desde os primórdios de sua história, em distanciar-se gradativamente da filosofia para aliar-se aos modelos de conhecimento fornecidos pelo positivismo e pelos métodos experimentais. Diversos autores vinculados à perspectiva fenomenológica da filosofia elaborada por Edmund Husserl (1859-1938) passaram a manifestar grande preocupação com o crescente predomínio de sistemas teóricos excessivamente rígidos, que buscavam aplicar um mesmo modelo explicativo ou uma mesma técnica para toda e qualquer situação da realidade humana em estudo. A psicologia fenomenológica surge, então, como abordagem que tem por proposta elaborar possibilidades de compreensão da experiência vivida pelas pessoas buscando respeitar e reconhecer a singularidade e a complexidade que lhe são próprias. Ao se posicionarem criticamente com relação ao paradigma dominante, os fenomenólogos consideram que não existe um conhecimento definitivo e objetivo a ser descoberto acerca do real. Defendem, assim, a criação de metodologias qualitativas que sejam capazes de atingir ricas descrições de experiências humanas singulares. Jean-Paul Sartre (1905-1980) e Paul Ricoeur (1913-2005) são dois importantes nomes da filosofia francesa contemporânea que muito têm contribuído para os estudos no campo da psicologia fenomenológica. Tendo sido influenciados pela fenomenologia elaborada por Edmund Husserl, Sartre e Ricoeur desenvolveram perspectivas próprias, que trazem por preocupação básica a valorização da capacidade humana de criar um distanciamento com relação àquilo que está previamente estabelecido e de constituir novos sentidos para a realidade e novas possibilidades para a existência. Embora trilhando percursos

peçoais e intelectuais diferentes, os autores, no esforço de compreender a realidade humana sob a ótica fenomenológica, dedicaram-se a pensar alguns temas em comum. Buscando ampliar o diálogo entre filosofia e psicologia, o trabalho se propõe a explorar as contribuições de Jean-Paul Sartre e de Paul Ricoeur para a psicologia fenomenológica, tendo por foco discutir a articulação entre subjetividade, temporalidade e narratividade desenvolvida por cada autor. A noção de subjetividade – central para o campo da psicologia – é pensada pelos autores a partir do movimento feito por cada sujeito para dar sentido ao mundo, através da ancoragem fornecida pelas narrativas (sejam elas narrativas de si, narrativas literárias ou narrativas históricas). Em todas essas formas de expressão da capacidade humana de narrar, está em jogo uma temporalidade que se constitui em estreita articulação com os recursos simbólicos e lingüísticos da cultura. Proponho elaborar uma discussão sobre a articulação entre subjetividade, temporalidade e narratividade em Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur, apontando possíveis aproximações e afastamentos entre os autores. O destaque se voltará para pensar as contribuições que cada autor traz para o desenvolvimento da psicologia fenomenológica, abordagem que se insere na história da psicologia contemporânea. Buscarei agregar à discussão alguns exemplos de pesquisas disponíveis no campo da psicologia que utilizam como referencial teórico e metodológico a fenomenologia, com especial destaque para estudos que têm como orientação noções elaboradas por Jean-Paul Sartre e por Paul Ricoeur. Pretende-se com este trabalho contribuir para a ampliação das possibilidades de diálogo entre filosofia e psicologia, fundamental para a constituição de uma psicologia capaz de refletir criticamente sobre suas bases epistemológicas e metodológicas, não sendo simplesmente uma ciência tecnicista. Busca-se ainda colaborar para a ampliação, divulgação e o desenvolvimento da psicologia fenomenológica, a partir de uma discussão focada nas contribuições trazidas pelos filósofos Jean-Paul Sartre e Paul Ricoeur para o campo da psicologia, em especial no que se refere às noções de subjetividade, temporalidade e narratividade.

Palavras-chave: filosofia, fenomenologia, psicologia fenomenológica, Jean-Paul Sartre, Paul Ricoeur

Fonte de financiamento: Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)

### **Desdobramentos da descrição fenomenológica: entre a fenomenologia husserliana e a psicologia da forma**

Hernani Pereira dos Santos  
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP Assis)

É importante o papel desempenhado pela Escola de Brentano na filosofia e ciência dos séculos XIX e XX, particularmente no interior do campo incipiente da Psicologia. No interior deste círculo intelectual, o projeto de uma "psicologia descritiva" (ou "psicognose") foi levado a cabo por Brentano e por diversos de seus discípulos, dentre os quais podemos citar Edmund Husserl, Carl Stumpf, Alexius Meinong e Christian von Ehrenfels. Dentre esses autores, desenvolveu-se, então, uma concepção específica de psicologia baseada na descrição, definição e classificação dos fenômenos psíquicos. Esse programa, no entanto, teve inúmeros desdobramentos teóricos, alguns dos quais

imbuídos por divergências fundamentais. Dentre estes desdobramentos, destacamos a fenomenologia desenvolvida por Edmund Husserl e a Teoria da Forma (Gestalttheorie). Por um lado, o itinerário husserliano é marcado por forte influência da psicologia descritiva, a qual foi largamente utilizada em seus estudos sobre a matemática e a lógica, especialmente em “Filosofia da Aritmética” (Philosophie der Arithmetik), publicada em 1891, e por um subseqüente esforço em desvelar um campo autônomo de pesquisa que não é psicológico, mas que retém a tarefa descritiva e o interesse pela correlatividade da consciência da psicologia descritiva. Mesmo em seu livro seminal, “Investigações lógicas” (Logische Untersuchungen), publicado em dois volumes entre 1900 e 1901, ao menos em sua primeira edição, Husserl reservou o título de psicologia descritiva ao tipo de investigação por ele desenvolvida e que mais tarde chamou, exclusivamente, de “fenomenologia”. De fato, o programa de fenomenologia de Husserl ganha seu pleno sentido na diferenciação progressiva de seu campo de pesquisa e de sua tarefa com relação à psicologia. Nos “Prolegômenos à lógica pura”, primeiro volume das “Investigações lógicas”, a rejeição do psicologismo foi o principal ponto para a liberação da autonomia do campo de pesquisa da fenomenologia, por desatar, correlativamente, a esfera da idealidade, que, na visão do autor, teria sido negada por toda a psicologia empírica, inclusive a psicologia descritiva de Brentano e de seus seguidores. Posteriormente, a tarefa de diferenciar a ciência recém-inaugurada, a fenomenologia, da psicologia foi crucial para determinar a sua especificidade. Isso fica ainda mais evidente em “Ideias”, publicado em 1913, texto em que o autor desenvolve a ideia da fenomenologia como “filosofia transcendental”. Em todo caso, a psicologia não deixará de ser um tema sobre o qual Husserl voltará a se debruçar, especialmente a fim de evitar confusões sobre o campo das duas ciências. Por outro lado, ainda, a Teoria da Forma se inicia no próprio seio da psicologia descritiva de orientação brentaniana, tendo ensejo particularmente com as pesquisas dos membros da Escola de Graz, dentre os quais A. Meinong, que a encabeçava à época, C. von Ehrenfels e V. Benussi. A descrição psicológica do fenômeno perceptivo era o seu principal tema de pesquisa. A fim de explicar o fenômeno da percepção de totalidades não aditivas, como o de uma “coluna de árvores” ou de uma “fileira de soldados”, von Ehrenfels cunhou o conceito de “qualidades de forma” (Gestaltqualitäten). Benussi, de sua parte, entendia que as qualidades de forma, isto é, as totalidades dadas de um só golpe na percepção, só podiam ser resultantes de uma operação de grau superior, a qual chamou de “produção”. Esta operação agiria sobre os elementos dados na sensibilidade, o grau inferior da percepção. Em contrapartida, em Berlim, pesquisadores como Köhler, Koffka e Wertheimer organizavam-se em torno do Laboratório de Psicologia Experimental de Berlim, este fundado em 1893 por C. Stumpf, formando o que ficou conhecido como Escola de Berlim. Contra o dualismo da teoria da produção (“Produktionstheorie”) de Benussi, estes autores postulavam que a organização perceptiva não se daria pela interveniência de uma atividade de grau superior sobre os elementos sensoriais, mas, pelo contrário, ela se daria de maneira espontânea; ela seria, em uma palavra, autóctone. Esta é a tese fundamental da Psicologia da Gestalt (Gestaltpsychologie), um programa que se estabeleceu, enfim, como um programa de psicologia experimental. Como se vê, o programa de psicologia descritiva se desdobra, de um lado, em uma fenomenologia pura, de cunho estritamente filosófico, e, de outro lado, em uma psicologia empírica, a Psicologia da Gestalt, fortemente balizada pelo ideal de ciência naturalista da época. Neste trabalho, temos por objetivo, enfim, analisar as aproximações e os distanciamentos destas duas linhas de desenvolvimento da descrição fenomenológica, o seu movimento pendular. Para tanto, conferimos especial ênfase aos comentários de Aron Gurwitsch sobre o assunto.

## **A construção da psicologia analítica de C. G. Jung a partir do livro Símbolos da transformação**

Fábio Medeiros Massière  
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

A proposta deste trabalho é ampliar o conhecimento sobre o projeto de psicologia um importante personagem da história da psicologia, C. G. Jung (1875-1961), tendo por foco a realização da análise comparativa de duas edições da obra Símbolos da Transformação – análise dos prelúdios de uma esquizofrenia. Esta obra foi publicada, inicialmente, em duas partes, a primeira foi lançada em 1911 sob o título de Transformações e Símbolos da Libido – uma contribuição para a história da evolução do pensamento sob a forma de artigo no Jahrbuch fur Psychoanalytische und Psychopathologische Forschungen, volume III e sendo a segunda parte publicada no ano seguinte no volume IV do periódico supracitado. A 4ª edição é publicada em 1952, embora o autor tenha trabalhado continuamente em sua revisão a partir de 1948. Tal alteração no título aponta para uma mudança de conceituação e sentido do livro, principalmente no que se refere à compreensão na psicologia de Carl Gustav Jung dos conceitos de libido, símbolo, arquétipo e dinâmica psíquica. A análise comparativa das diferentes edições auxilia a compreender a construção do projeto de psicologia de Carl Gustav Jung, que ficou conhecida como psicologia analítica e/ou psicologia complexa. As diferenciações presentes nas edições auxiliam a compreender uma mudança de perspectiva do autor para com os fenômenos psíquicos. Onde antes na primeira edição da obra se utilizava um linguajar eminentemente psicanalítico e psiquiátrico, posteriormente, na quarta edição averigua-se, a presença de terminologias próprias da psicologia analítica, como Anima-Animus, função transcendente, Sombra, Si-Mesmo, processo de individuação e arquétipo, fundamentando tais conceitos nesta obra. Andrew Samuels, comentador contemporâneo da obra de C. G. Jung considera que, durante muito tempo, a psicologia analítica não foi levada em consideração de forma séria pelo meio acadêmico devido a uma leitura estereotipada da obra de Jung. Entretanto, atualmente o número de pesquisas e trabalhos relacionados à psicologia analítica tem crescido substancialmente em muitos países. Esta análise comparativa estaria de acordo com uma das possíveis linhas de investigação exposta por Samuels em seu artigo. Segundo o autor, muitas das ideias centrais da psicologia analítica sofreram revisões extensas, sendo algumas modificadas e ampliadas continuamente. Como o modus operante de Jung não consistia em uma sistematização das teorias, a compreensão do desenvolvimento destas acaba se perdendo em inúmeros textos presentes ao longo de sua obra. Samuels propõe um estudo da obra de Jung com ênfase nestes fatores moldáveis e mutáveis de suas teorias, analisando crítica e historicamente a composição do corpo teórico construído por Carl Gustav Jung em sua psicologia. Este processo de investigação histórica da construção de um projeto de psicologia é defendido também por Sonu Shamdasani, historiador e pesquisador da obra de Carl Gustav Jung. O autor considera que o enriquecimento do campo da psicologia passa pela possibilidade de se estudar o processo de construção histórica desta ciência. O livro Símbolos da Transformação – análise dos prelúdios de uma esquizofrenia constitui uma obra seminal

para a compreensão de psiquismo de Carl Gustav Jung, sendo um marco para a história da psicologia profunda. A partir desta obra, Jung rompeu o trabalho colaborativo com Sigmund Freud e retomou seu trabalho de construção de uma psicologia como uma ciência da alma. Sua psicologia tem como fim e princípio o trabalho analítico de abertura às experiências dos pacientes e as suas vivências simbólicas, sem reduzi-las a um princípio teórico a priori ou interpretá-las de forma rígida e unilateral. O trabalho proposto busca expor uma compreensão crítica e contextualizada da obra de C. G. Jung, a partir do livro *Símbolos da Transformação – análise dos prelúdios de uma esquizofrenia*, possibilitando uma maior visibilidade e clareza sobre a trajetória e o desenvolvimento dos principais conceitos e métodos deste importante personagem da história da psicologia, que, com frequência, chega ao público de modo fragmentado, disperso e não contextualizado, podendo conduzir a leituras incompletas e reducionistas.

Palavras-Chave: psicologia analítica, história da psicologia, símbolo, C.G. Jung

### **Intencionalidade em Brentano e Husserl**

Flávio Vieira Curvello  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O presente estudo tem por interesse examinar a relação das concepções de intencionalidade em F. Brentano e E. Husserl. No que se refere ao primeiro pensador, abordaremos a sua primeira teoria da intencionalidade, tal como estabelecida em sua obra maior, a *Psychologie vom Empirischen Standpunkt* (1874). No que se refere ao segundo, consideraremos especificamente a fenomenologia psicológico-descritiva das *Logische Untersuchungen* (1900-1901) e a concepção de intencionalidade introduzida na *Quinta Investigação Lógica*, dedicada à teoria da consciência. Tal percurso nos permitirá acompanhar um dos primeiros pontos de afastamento entre as concepções dos dois filósofos, o qual se define precisamente na *Quinta Investigação*. Nesta, Husserl se refere à teoria de Brentano e procura identificar nela certas falhas descritivas que a tornariam insustentável, evidenciando a necessidade de uma posição diversa. É precisamente este movimento de identificação de falhas, argumentação contrária e possível refutação de Brentano que nos interessa aqui, sendo nosso propósito examiná-lo criticamente, de modo não apenas a compreender as razões do afastamento de Husserl, mas também a singularidade das posições em jogo. Brentano define seu conceito de intencionalidade após um exame das diferenças essenciais entre as duas grandes classes de fenômenos que, em sua perspectiva, definem todo desdobramento possível da consciência: os ‘fenômenos psíquicos’ e os ‘fenômenos físicos’. Pelos primeiros, deve-se entender os diferentes tipos de atos desempenhados pela consciência – sejam eles mera exibição de um conteúdo representacional, sejam disposições racionais ou afetivas diversas em relação a este. Pelos últimos, devemos entender precisamente os diferentes tipos de conteúdo sensível aos quais os atos de consciência podem se voltar. Uma vez que seu interesse é estabelecer a psicologia como ciência de fenômenos psíquicos, Brentano procura investigar mais profundamente a natureza dos mesmos, chegando à conclusão de que sua marca essencial reside em seu direcionamento a objetos. Decisivo na posição do pensador, no entanto, é o fato de este direcionamento ser compreendido como uma relação de contenção, na qual o fenômeno psíquico guarda em si mesmo o próprio correlato de sua atividade, como uma objetualidade imanente ou – conforme o termo escolástico – uma ‘inexistência

intencional'. Deste modo, o representado na representação, o julgado no juízo, o amado no amar, o odiado no odiar e assim sucessivamente, conforme a natureza do ato, são compreendidos como partes intrinsecamente presentes da experiência. Husserl, em sua Quinta Investigação Lógica, criticará esta posição de Brentano por diferentes vias, dentre as quais se destacam duas. A primeira diz respeito precisamente à tese de que o objeto visado seria imanentemente contido pelo fenômeno psíquico, em oposição a que o pensador sustentará que todo objeto intencional é necessariamente uma transcendência em relação ao fluxo de vivências – um dado objetivo que não se confunde com os momentos materiais ou os atos de apreensão que compõem o fluxo. Falar em objetos, a despeito de seu tipo, teria de ser falar em transcendências, na medida em que tudo o que podemos encontrar de imanente na experiência intencional são os conteúdos basilares a partir dos quais o objeto se posiciona e a disposição interpretativa que estabelece o seu sentido. Um segundo ponto da crítica a Brentano diz respeito ao fato de este filósofo considerar a relação intencional uma referência da consciência ou de um 'eu consciente' a objetos, de modo que o exame psicológico de uma experiência pudesse sempre encontrar, na totalidade do dado atual, uma face subjetiva e uma objetiva igualmente aparentes. De acordo com Husserl, Brentano negligencia aqui o fato de que a experiência tende a se consumir no objeto visado, a tomá-lo como ponto de incidência de seu interesse e não ceder espaço para que uma percepção de si se imponha de maneira espontânea. Esta teria de ser trazida apenas reflexivamente, quando o sujeito de experiência procurasse pensar acerca do que experimentou em um determinado momento. A transcendência do objeto e a ausência de um 'eu' na experiência presente, portanto, são duas das pedras de toque no exame husserliano das ideias de seu mestre, ainda que de modo algum as únicas. Nosso propósito será considerar mais detidamente estes dois pontos e interpretá-los não apenas a partir de seu aspecto negativo, mas também do positivo, uma vez que eles apontam para características da posição do próprio Husserl e servem como uma consistente via para a compreensão da intencionalidade em seu pensamento.

Palavras-chave: intencionalidade, fenomenologia, psicologia descritiva, Edmund Husserl, Franz Brentano

Financiamento: Capes

### **A consciência e o problema da relação entre psicologia e filosofia na obra de William James**

Aldier Félix Honorato  
Pablo Vinícius Martins Pacheco  
Saulo de Freitas Araujo  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Na Historiografia da Psicologia, há uma tese muito difundida sobre a obra de William James (1842-1910), segundo a qual James teria abandonado a psicologia após a publicação dos *Principles of Psychology*, em 1890, para se dedicar à filosofia. Tal interpretação é extremamente problemática, dada a existência de estudos puramente psicológicos no período posterior, como é o caso de *The Varieties of Religious*



Experience (1902). Mas ela é igualmente problemática por um outro motivo: o da íntima relação entre filosofia e psicologia ao longo da obra de James. De fato, a filosofia jamesiana, tendo como eixos centrais o pragmatismo e o empirismo radical, foi desenvolvida em estreita conexão com as investigações psicológicas de James, como se pode ver, por exemplo nas seguintes obras: Pragmatism (1907), A Pluralistic Universe (1909) and Essays in Radical Empiricism (1902). Dentro do Empirismo Radical, por exemplo, a questão da consciência se destaca como uma das mais relevantes para o projeto jamesiano. No presente trabalho, nosso objetivo é mostrar como o tema da consciência aparece tanto na psicologia quanto na filosofia de James, e que, portanto, há uma continuidade entre obra filosófica e obra psicológica. Para realizar nosso objetivo, analisamos os capítulos nove e dez do Principles of Psychology (O Fluxo do Pensamento e A Consciência do Self) e os textos relacionados à filosofia do Empirismo Radical, além do artigo Does ‘Consciousness Exist?’ (1904). Primeiramente, nos Principles of Psychology, James defende a tese do fluxo da consciência e introduz a separação entre as partes transitivas e intransitivas da vida mental. Além disso, James problematiza a ideia de uma consciência pura como instância unificadora da vida mental. Em seu artigo Does Consciousness Exist? (1904), James nega a existência da consciência enquanto uma entidade independente, atribuindo a ela um outro status: o de função no processo de conhecer. A partir deste momento, a consciência passa a ser absorvida no sistema filosófico do empirismo radical como uma relação que se dá entre o conhecedor e a coisa conhecida, com base na experiência primeira de colisão entre elas, a chamada experiência pura. A consciência, então, passa a existir apenas nessas configurações, não mais sendo possível a visão dela como uma entidade independente. Com a introdução do conceito de experiência pura, a consciência passa a assumir um status secundário nas discussões. Após propor sua filosofia do empirismo radical fundamentada na experiência pura, James buscou definir e esclarecer a noção de experiência pura em seu artigo A World of Pure Experience (1904). Aqui, percebe-se igualmente a continuidade entre filosofia e psicologia no pensamento de James. Nossa investigação nos leva à conclusão que o problema da consciência é central para a compreensão da obra de James, além de ilustrar a íntima relação entre psicologia e filosofia na sua reflexão. Ademais, mesmo com a introdução do conceito de experiência pura, que passou a ocupar o centro das reflexões de James, a continuidade entre ambos os domínios se mantém. Por isso, a tese de que há uma separação radical entre sua obra psicológica e sua obra filosófica parece não fazer jus à complexidade do seu pensamento.

Palavras-chave: consciência, William James, história da psicologia, história da filosofia, empirismo radical

Fontes de financiamento: CNPq, Propesq/UFJF, FAPEMIG

## **Sessão 9. A formação e os cursos de psicologia**

### **El psicoanálisis en las carreras de psicología de Argentina: una aproximación bibliométrica a planes de estudio y cursos introductorios**

María Eugenia González  
Universidad Nacional de Córdoba - Argentina  
Universidad Nacional de Cuyo - Argentina

El predominio y hegemonía psicoanalíticos en Argentina, son considerados como un dato común y naturalizado entre los miembros del campo “psi”. Asimismo estos supuestos han sido abordados por historiadores y sociólogos de la psicología y el psicoanálisis en distintas oportunidades. Sin embargo no existen investigaciones que cuestionen estas ideas con datos empíricos actualizados sobre lo ocurrido en las distintas casas de estudio a lo largo del territorio argentino. Por tanto, en el marco de nuestra tesis doctoral en curso este supuesto se analiza a la luz de lo ocurrido en un período reciente en establecimientos universitarios de Argentina. En esta pesquisa más amplia, se intenta observar las características de los contenidos curriculares de las aulas de psicología, estableciendo el diálogo entre los mismos con la historia, no sólo de la psicología y el psicoanálisis argentino, sino de las instituciones de educación superior en general. El surgimiento y desarrollo de establecimientos públicos y privados y los diferentes modos de funcionamiento entre ambos, otorgan indicios sobre la difusión de ciertas ideas en detrimento de otras. A su vez, se pretende establecer vinculaciones entre la circulación del corpus psicoanalítico en dichos cursos y la reproducción y legitimación del mismo entre los agentes involucrados. Este tipo de análisis colabora con el interrogante sobre la pertinencia de la diversificación de la formación en psicología en Argentina, y los debates en torno a la función social del psicólogo en este país. Una educación de grado que priorice determinados contenidos por encima de otros, contribuye a una preparación monotéorica de sus egresados, quienes una vez expuestos al mercado laboral saturan determinadas áreas de trabajo. Asimismo, se adiciona el problema de que esa única matriz de conocimiento funciona como eje de interpretación para problemáticas diversas, ante las cuales las herramientas de trabajo pueden resultar insuficientes. Como parte de este análisis mayor, en la presente ponencia se intenta observar puntualmente la presencia del psicoanálisis en relación a otros enfoques difundidos en los programas de materias introductorias a la psicología de distintas carreras de Argentina. Se pretende indagar entonces hasta qué punto la cantidad de autores citados en la bibliografía de dichas materias es mayormente psicoanalítica y en todo caso, qué teorías son las que se promueven en mayor medida desde estas cátedras. Para tal fin, se realiza un análisis bibliométrico de los planes de estudio y sus modificaciones a partir del año 2000, como así también de los programas de cátedras introductorias a la psicología en dieciséis universidades públicas y privadas de Argentina. Este tipo de análisis posibilita la organización, selección y categorización de la información para un tratamiento cuantitativo y cualitativo permitiendo abordar los planes de estudio y programas de materias. A través de éste, se delimitan los autores más citados, la orientación teórica a la que adhieren, su nacionalidad y los distintos tipos de texto desde los cuales se difunden estas teorías. De esta manera, el trabajo muestra que la teoría psicoanalítica ocupa un lugar mayor que el de cualquier otra teoría

dentro de los planes de estudio y sus reformas a partir del año 2000. Por otro lado, es posible observar que las referencias al enfoque psicoanalítico son mayores en las universidades públicas que en las privadas. En estas últimas, predominan los manuales o textos de tipo generales, lo cual da cuenta de los modos de difusión de las ideas psicológicas, en tanto podrían ubicarse por este motivo, como mayormente neutrales y distanciadas de posiciones dogmáticas. Asimismo se observa en esta muestra de materias introductorias, que los diversos enfoques están presentes de manera heterogeneizada. En este sentido, si bien las cátedras seleccionadas promueven y difunden otras teorías divergentes al corpus teórico propiamente psicoanalítico, el psicoanálisis continúa vigente ocupando un lugar mayoritario en los planes generales de las carreras de psicología del país.

Palabras clave: psicología, psicoanálisis, universidad, Argentina

Fuente de financiación: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET)

### **Por que fazer e o que fazer com a psicologia: uma análise sobre as perspectivas de alunos ingressantes e ingressantes e concluintes da formação em psicologia no Maranhão**

Cristianne Almeida Carvalho  
Márcia Antonia Piedade Araújo  
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

O presente trabalho destaca as perspectivas de alunos dos cursos de Psicologia no Maranhão em relação à sua escolha pelo referido curso. A partir de uma pesquisa de campo realizada no período de 2004 a 2007, cujo objetivo foi caracterizar o perfil do aluno de Psicologia no Maranhão através da investigação de suas expectativas iniciais, sobre a escolha do curso, enquanto aluno ingressante, e de suas perspectivas em relação ao mercado de trabalho, quando se tratavam de alunos concluintes. Para contextualizar o cenário local em relação ao saber psicológico, investigou-se sobre os dados históricos a respeito da criação dos dois cursos de Psicologia existentes até o momento da pesquisa, sendo um em instituição pública, na Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e o outro no Centro Universitário do Maranhão (UniCEUMA), uma instituição privada. Abordar os cursos das duas instituições se justificou pela necessidade em conhecer melhor o processo de conquista de espaço próprio para a psicologia no Estado que inicialmente ocorre desde as décadas de 70 e 80, do século XX, com a chegada dos primeiros profissionais formados em outros estados brasileiros, mas só se estabelece institucionalmente nos anos 1990 com a criação do primeiro curso em 1991 na UFMA. Alguns fatores corroboraram para essa lacuna como o pouco conhecimento da população em relação à profissão de psicólogo, indicando ainda uma baixa procura por essa área de conhecimento, e conseqüentemente, uma demora do meio universitário em criar um curso de psicologia no Estado. Somam-se a isso, as condições locais (histórico, cultural, econômica) que não se mostravam propícias a este tipo de atividade profissional. Diante desse cenário e das poucas informações sobre a Psicologia no Maranhão, considerou-se pertinente conhecer o perfil dos alunos iniciantes e concluintes dos dois cursos de Psicologia no Maranhão. Utilizou-se como procedimento metodológico a aplicação de questionário com perguntas fechadas e semi-estruturadas

aplicado aos alunos do primeiro e décimo períodos dos dois cursos de Psicologia do Maranhão. Para melhor estruturar o estudo, as respostas obtidas nos questionários foram agrupadas e analisadas em categorias e os resultados interpretados à luz da fundamentação teórica, ancorada em autores como Sonia Guedes, Rosemary Achcar, Márcia Araújo, Marisa Rocha, Luis Wagner e Isabel Lima. Assim, destacaram-se entre os resultados as categorias relativas à motivação para escolha do curso e campo de atuação após a graduação. Além disso, o conhecimento do ser humano e a possibilidade de poder ajudá-lo, assim como o autoconhecimento foram identificados como motivos mais relevantes que levaram os alunos a escolher Psicologia como formação. Outro significativo resultado encontrado refere-se às diferenças entre as estruturas curriculares de cada curso, onde foi possível encontrar indícios de insatisfação nos alunos ingressantes em função dos conteúdos abordados no primeiro período. Ressalta-se que tais resultados foram divulgados entre os professores das IES, influenciando na reformulação do Projeto Pedagógico da UFMA. Embora a pesquisa tenha sido realizada há uma década, é possível observar seus resultados sendo aproveitados na estruturação de novas propostas curriculares. Assim, a partir dos dados encontrados, constatou-se que existem limitações por parte das duas IES, em relação às queixas apontadas pelos alunos quanto ao processo de formação, mas é possível refletir sobre novas possibilidades de reformulação das estruturas curriculares para que os cursos de Psicologia possam ser um lugar de construção crítica do conhecimento e de um fazer mais coerente com as demandas locais. No sentido de ampliar as reflexões sobre os dados da pesquisa realizada convém perguntar: É possível pensar um curso de Psicologia atualizado para enfrentar os desafios presentes na sociedade atual?

### **Políticas de pós-graduação no Brasil em cena: marcas na história da psicologia**

Karen Nunes Montes D'Oca

Eliane Cadoná

Luciana Oliveira de Jesus

Helena Scarparo

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

Neste trabalho queremos propor uma reflexão acerca do cenário da Pós-Graduação em Psicologia no Brasil. Uma reflexão que começa no difícil, mas necessário, ato de desnaturalizar os roteiros lineares e preconcebidos de excelência e cientificidade pelos diferentes atores do planejamento, gestão e avaliação das políticas de Pós-Graduação. Tais roteiros, feitos por alguns, atravessam a vida de todos que habitam esse cenário atribuindo papéis de protagonistas ou antagonistas conforme a adesão às práticas do desenvolvimentismo científico, quais sejam, o tecnicismo da linguagem, a empresarialização, o produtivismo e a internacionalização acrítica. Dessa forma, essas práticas propiciam a perpetuação de um discurso cientificista baseado em noções de ciência e critérios de cientificidade amparados nas perspectivas da neutralidade e da objetividade, o que implica em processos de naturalização das práticas do desenvolvimentismo científico e do discurso cientificista. Essa reflexão é sustentada na perspectiva teórica do construcionismo social postulado por Kenneth Gergen a partir da qual consideramos que o discurso do desenvolvimento científico roteirizado pelas políticas de Pós-Graduação é fruto de uma construção social e, logo, não é só um fato,

mas um fato carregado de valor que reflete uma visão de mundo, evidencia uma ideologia e revela as marcas do contexto histórico no qual se inscreve. Para realizar o exercício de reflexão aqui proposto, consideramos ser o ensaio o melhor modo de expressão, pois para se desnaturalizar a construção da verdade dos fatos e as políticas de pesquisa que se nos impõem precisamos romper com a linguagem do conformismo acadêmico e do método. De fato, na medida em que propõem um “pensar de outro modo”, por meio do trabalho com as palavras, o ensaio nos ajuda a problematizar as políticas de verdade do mundo acadêmico, as quais são visibilizadas pelas políticas de linguagem que impõem determinados modos de produção e de escrita. O ensaio, então, não se submete a pensar pela verdade dos fatos, pois, como um gênero de escrita reflexivo, não deseja postular certezas sobre o mundo, mas, sim, problematizar as certezas do mundo. Para problematizá-las o ensaio rompe com “a linguagem” da verdade do conhecimento na medida em que mistura pensamentos e conhecimentos, rompe com a linguagem da certeza acadêmica. Dessa forma, a escrita e a pesquisa são formas de encontrar-se com o inusitado e o diferente, por isso mescla conhecimentos e pensamentos. A partir dessa concepção de escrita, é importante indagar o que as políticas de Pós-Graduação brasileiras privilegiam e o que proíbem. Nessa esteira procuramos desnaturalizar práticas como: o arrefecimento dos incentivos para as ciências humanas, o cientificismo positivista, a autoria compartilhada ou multiplicada com fins produtivistas, o constrangimento a publicar textos imaturos – muitas vezes para conseguir a renovação de um projeto ou a homologação do título de Mestre ou Doutor –, pesquisas e/ou publicações fragmentadas, e publicações e/ou projetos carentes de aprofundamento epistemológico. Cumpre destacar, por fim, que com a intensidade e a velocidade que estas práticas se instalam no cotidiano da Pós-Graduação brasileira provocam lamentáveis marcas na história da Psicologia.

Palavras-chave: desenvolvimentismo científico, construção social, políticas de pós-graduação, práticas acadêmicas

### **O Instituto de Psicologia e Pedagogia da Faculdade Dom Bosco de São João del-Rei: uma sistematização de seus serviços entre as décadas de 1950 e 1970**

Danielle Abrantes Campos Lima  
Rodolfo Luís Leite Batista  
Carlos Henrique de Souza Gerken  
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Este trabalho refere-se a uma pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida entre o período de julho de 2013 a julho de 2014, na qual se buscou resgatar indícios do início da Psicologia na cidade de São João del-Rei por meio de uma de suas instituições de ensino, a Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras. Pautando em uma discussão metodológica implícita à História da Psicologia em sua vertente de investigação documental, tal estudo se justifica pelo anseio em se compreender melhor sobre a presença educativa salesiana, o contexto de compra e instalação do Laboratório e as razões diversas para o desenvolvimento dos primeiros passos da Psicologia em uma cidade do interior do país. Com base nos documentos do acervo pertencente ao Centro de Documentação e Pesquisa em História da Psicologia (CDPHP), que atualmente

aloca-se no Centro de Referência e Pesquisa Documental da Universidade Federal de São João del-Rei (CEDOC), analisamos um conjunto de documentos referentes às décadas de 1950 e 1960. A primeira categoria de documentos estudados está ligada à troca de correspondências na década de 1950, que culminaram na compra de um laboratório de Psicologia Experimental aos moldes dos primeiros laboratórios europeus para a instituição sanjoanense, laboratório esse que teve sua chegada e montagem no ano de 1955. O segundo conjunto de documentos analisados consiste em uma obra de Padre Geraldo Servo, diretor do Instituto de Psicologia e Pedagogia – o IPP entre os anos de 1958 a 1968, intitulada “Instituto de Psicologia e Pedagogia – cinco anos de atividades”. Nela, o autor descreve as atividades desenvolvidas pelo IPP entre os anos de 1960 a 1964, detalhando esses cinco anos de atividades, discorrendo também sobre seus antecedentes históricos, a equipe de trabalho, a estrutura do IPP, o Laboratório de Psicologia, o Departamento de Serviços, bem como a difusão espacial do Instituto e sua ampliação cultural. Por fim, o terceiro conjunto de documentos analisados se refere a dois cadernos denominados “Livros de Crônicas” que se caracterizam pela construção de registros sobre as atividades diárias, semanais ou mensais da equipe do Instituto de Psicologia e Pedagogia – o IPP, criado em 1958. O primeiro “Livro de Crônicas” contém registros manuscritos iniciados no mês de fevereiro de 1963 até o mês de dezembro de 1965, no qual se observa grande riqueza de detalhes principalmente nos dois primeiros anos de sua construção (1963 e 1964). Já o segundo livro inicia-se em janeiro de 1967, finalizando-se em dezembro de 1970, a partir de registros datilografados e, diferentemente do primeiro livro, possuindo algumas fotos anexadas em sua estrutura. Em ambos os chamados “Livros de Crônicas”, observam-se registros que perpassam pela estrutura física do IPP, suas visitas recebidas e realizadas, os trabalhos desenvolvidos em outras regiões, bem como as principais atividades realizadas pelo Instituto, os testes e aparelhos utilizados e a constituição de sua equipe de trabalho. Com a análise dos conjuntos de documentos mencionados, pode-se dizer que a Psicologia emergente em São João del-Rei nas décadas de 1950 e 1960, contou com o trabalho de uma equipe formada em sua grande parte por psicotécnicas, padres e estagiárias do curso de Pedagogia sob a liderança do Padre Geraldo Servo que se preocupava em estar sempre atualizando os serviços prestados, buscando contato com as maiores referências da época e incentivando toda a equipe para a leitura e os estudos. As visitas recebidas a fim de conhecer o Laboratório e o trabalho que se realizava no IPP eram frequentes, assim como os trabalhos desenvolvidos na região e até mesmo em outros estados. Aos poucos, o trabalho desenvolvido em São João del-Rei era referência, tanto por seu Laboratório de Psicologia Experimental, quanto pela condução dos serviços prestados às escolas da cidade, aos professores, pais, menores abandonados, crianças excepcionais, entre outros. O tripé: Ensino, Pesquisa e Serviços, objetivos que norteavam o trabalho do IPP e de seu Laboratório era cada vez mais responsável pelos primeiros passos da Psicologia em São João del-Rei, antes mesmo da instalação do curso na cidade que se concretizaria somente em 1972, dez anos após a regulamentação da profissão no país.

Palavras-chave: história da psicologia, serviços de psicologia, Laboratório de Psicologia Experimental, Instituto de Psicologia e Pedagogia.

Financiamento: CNPq

## **La restricción de lo público: psicotecnia y limitacionismo en la educación superior colombiana, 1939-1950**

Bruno Andrés Jaraba Barrios  
Universidad Nacional de Colombia

Como en otros países de Latinoamérica, en Colombia el ingreso a la educación superior está mediado por exámenes estatales que deben presentar todos los estudiantes próximos a egresar del nivel medio y, en los casos de algunas universidades oficiales, por exámenes institucionales a los que han de someterse los aspirantes a tales instituciones. Lo llamativo en el caso de Colombia es que la implantación de esta medida ocurrió mucho antes que en los demás países de la región, apenas promediando el siglo XX. Esta contribución propone un abordaje inédito del problema al sustentarse en fuentes primarias derivadas del archivo de la Universidad Nacional de Colombia, institución donde por primera vez se realizaron exámenes de ingreso, a partir de 1939, sustentados en metodologías psicotécnicas. A partir de este material es posible mostrar la intensa controversia alrededor de las decisiones que llevaron al establecimiento de esta medida. El modelo de análisis retórico, propuesto entre otros por Potter, Billig y Mulkay, permite describir las estrategias discursivas desplegadas por los diversos actores involucrados en el proceso para promover sus intereses y atacar las posiciones contrarias. Las formas de constitución de tales actores, en términos de grupos de interés, las relaciones de estos entre sí y con el dispositivo de examen y las variadas acciones que emprenden para hacer prevalecer sus posiciones son analizadas desde la perspectiva de la teoría del actor-red ofrecida por Latour y Callon, entre otros. En medio de estas negociaciones, alianzas y disputas, el dispositivo de examen no permanecerá inmutable, al contrario será reconstruido una y otra vez, de acuerdo a los intereses de los diversos grupos implicados, proceso que puede ser descrito según los términos del modelo de construcción social de la tecnología que ofrecen Pinch y Bijker. Por último, el concepto de coproducción de Jasanoff permite mostrar las formas alternativas de universidad, sociedad y sujetos que cada una de las formas de concebir el examen promovía. Los resultados de esta pesquisa apuntan a mostrar, en primer lugar, lo muy polémica que fue la propuesta de la limitación en sus primeros años, así como el uso de las metodologías psicotécnicas para tal fin. Tal condición polémica se acentuaba por la diversidad de actores involucrados en el asunto al ver implicados sus intereses en el mismo. Al respecto se encuentra que quienes defendían la medida lo hacían esgrimiendo un repertorio aristocrático de la universidad pública, mientras que sus opositores se amparaban en un repertorio democrático respecto a tal institución. Según el primero, la universidad debía tener como estudiantes solo a los mejores entre quienes aspiraran a ella, mientras que el segundo sostenía que la universidad debería ofrecer sus servicios al mayor número de personas creciendo de acuerdo a la demanda. A su vez, el repertorio de la caja negra fue la estrategia discursiva propia de quienes promovían el uso de la psicotecnia para la selección o limitación del ingreso a la universidad, tratando de exaltar, por un lado, su eficacia técnica, pero, por otro, manteniendo al margen de la discusión los fundamentos de tal eficacia. A tal repertorio se contraponen el repertorio del experimento, que subrayaba la brecha entre los usos para los que originalmente se habían diseñado las pruebas psicotécnicas y aquel que pretendía dársele en el contexto local. Por último se enfrentaban los repertorios de la dotación, según el cual la

inteligencia era un rasgo definido y estable de cada persona, fundamental para el éxito en los estudios y la profesión, y el repertorio de la formación, que sostenía las posibilidades del proceso educativo para desarrollar las potencialidades de los estudiantes. Estas diversas concepciones sobre la universidad, la psicotecnia y la mente se traducirían en tres formas distintas de configurar el dispositivo de examen, cada una de las cuales sostenía tres modelos de sociedad divergentes: uno en el que si bien el acceso a la élite era estrecho, podía lograrse mediante el esfuerzo personal, otro que promovía el conocimiento y desarrollo de las diferentes capacidades de los ciudadanos del país con un amplio acceso a la educación superior y un tercero que restringía de manera radical el ingreso a la universidad y todos sus beneficios.

Palabras clave: limitacionismo, psicotecnia, Colombia, educación superior



## Sessão 10. Educação, trabalho e saúde

### Proveniências históricas da ergologia na psicologia do trabalho no Brasil

Luís Henrique da Costa Leão

Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)

Alexandre de Carvalho Castro

Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-RJ)

A presente investigação é parte de um conjunto de pesquisas desenvolvidas sobre os processos históricos de emergência e proveniência da psicologia do trabalho no Brasil. Nessa trajetória, frequentemente percebemos discursos que buscam atribuir grandes rupturas na história da psicologia do trabalho no Brasil, em função do surgimento de novas abordagens teóricas. Esse foi o caso, mais recentemente, da Psicopatologia, e depois, Psicodinâmica do Trabalho (de Christophe Dejours) — na década de 1980 — teoria apresentada, vez por outra, como um ponto de virada, um divisor de tempos na caminhada da psicologia do trabalho. Essa tendência interpretativa tem sido alimentada, atualmente, com o surgimento da expressão “clínica do trabalho”, que articula a Psicodinâmica, a clínica da atividade e a ergologia. Sob o viés histórico, porém, essa aglutinação na expressão “clínica do trabalho”, tende a esquecer uma proveniência genealógica marcada por diversidades teóricas a fim de fortalecer a ideia unificada de um ramo novo baseado no “ponto de vista da atividade”. Nesse contexto, temos realmente percebido a crescente influência da abordagem ergológica, que se traduz na formação integrada de grupos de pesquisa e no aumento de publicações centradas nessa perspectiva. Esta pesquisa objetivou problematizar a dinâmica de inserção da ergologia no contexto da psicologia do trabalho brasileira, considerando as continuidades e mudanças em jogo. Discutir a dinâmica da inserção da ergologia na psicologia brasileira configura um exercício de verificar as experiências históricas e ações humanas presentes na produção de conceitos específicos e a sua recepção no contexto brasileiro. A metodologia qualitativa empregada considerou uma análise histórica documental de textos e publicações, o que incluiu bases indexadas como Portal de Periódicos Capes, Scielo, Scopus, BVSPSI, JCR e Lilacs. Analisamos o surgimento da ergologia no contexto francês e debatemos a dinamicidade de sua incorporação no cenário Brasileiro. Isso porque, seguindo acepções da história dos conceitos de Reinhart Koselleck, compreendemos que a trajetória dos conceitos e práticas da psicologia do trabalho no Brasil não se compõe de um antes e um depois, como se formasse um caminho retilíneo decorrente de dado ponto inaugural que seria radicalmente transformado por eventos que modificariam sua essência. Compreendemos que tanto a produção quanto a recepção dos conceitos de uma dada abordagem decorrem de elementos que estão além dos textos em si, ou seja, o cenário político e econômico que o molda. O surgimento na França procede da confluência de experiências de diferentes contextos e perspectivas como o movimento operário italiano, sobretudo as estratégias de “instrução ao sócia” e “comunidades ampliadas de pesquisa” provenientes de Ivar Oddone, bem como a filosofia de Georges Canguilhem e a ergonomia da atividade de Alan Wisner. Especificamente, ela emerge no final dos anos 1970 a partir da denominada “análise pluridisciplinar das situações de trabalho”, vindo a ser modificada por Yves Schwartz na década de 1990, autor que propôs a nomenclatura “ergologia”. Essa abordagem decorre da interlocução de três pesquisadores: Yves Schwartz, Daniel Faïta e Bernard Vuillon, que intentavam entender melhor a relação entre o mundo da cultura, da

educação e do trabalho. Essa produção conceitual da ergologia se inscreve, no Brasil, em um percurso histórico marcado pela tônica na eficiência e busca pelos melhores jeitos de organizar o trabalho. Ou seja, em processos de desenvolvimento industrial e de racionalização do trabalho, segundo o qual o operário deveria se reduzir à execução de movimentos prescritos por uma norma fixada “cientificamente”. Aqui, a noção de ser humano segue uma lógica mecanicista que atribui ao ser humano a característica de um motor humano. Convém destacar a articulação entre educação e trabalho proposta pela ergologia. Isso converge com o que temos constatado em outras investigações, sobre o quanto as práticas da psicologia do trabalho no Brasil surgiram no século XX, em função da lógica da formação de trabalhadores e juntamente com a educação em sentido mais amplo. Começam também a ser percebidos problemas na recepção de conceitos ergológicos no Brasil, mais precisamente, referentes às nomenclaturas desses conceitos. Já se têm levantado questões concernentes ao modo como termos e expressões — ex. “entidades coletivas relativamente pertinentes” ou “dramáticas da atividade” — têm sido recebidas no Brasil.

Palavras-chave: ergologia, história da psicologia do trabalho, fatores humanos no trabalho, saúde coletiva

Fontes de financiamento: CNPq

### **História da psicologia na educação e o fazer do/a psicólogo/a na atualidade**

Edinara Michelin Bisognin

Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI, Erechim, RS)

Eliane Cadoná

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

A Psicologia insere-se no Brasil com o intuito de atender os problemas ligados à Educação, focando no/a aluno/a com necessidades especiais e com dificuldades de aprendizagem o seu fazer. No período conhecido como República Velha, entre o final do século XIX e início do século XX, a Psicologia brasileira dedicou-se a medir e classificar pessoas em ambientes escolares, produzindo muitos dos rótulos vinculados ao que hoje se compreende como o/a aluno/a/problema. Aliada a uma proposta positivista de ciência, fez uso, no decorrer da década de 70 do século XX, de práticas construídas nos mesmos moldes das ciências naturais, para dar conta de queixas provindas da área da Educação, firmando um modelo de intervenção aliado à quantificação, medição e classificação. Configurava-se, assim, a ideia de que o fracasso escolar provinha do indivíduo que se diferenciava da norma, individualizando-se assim situações que, na verdade, incluíam uma série de fatores, tais como o método de ensino, o olhar que a sociedade imprimia ao dito “anormal”, dentre tantas outras coisas. Embora muitas vertentes da Psicologia Escolar contemporânea reconheçam que a intervenção psicológica precisa levar em conta a complexidade de fatores que envolvem a queixa neste campo de intervenção, também encaram uma luta diária no exercício de um fazer que não foca no discurso patologizante, mas sim na ideia de que há uma construção da

realidade e uma constante produção de sentidos que reforça e autoriza práticas psicológicas que centram no indivíduo. Alimentadas pela lógica neoliberal, tais estratégias de intervenção são as que ainda marcam a preferência dos/as atores/as que convidam o/a psicólogo/a para realizar trabalhos em escolas. Levando-se em conta o exposto, e considerando que, à medida que tal produção histórica da Psicologia Escolar também explica a atual configuração de suas práticas, o presente trabalho discute a proposta de um projeto de pesquisa que se propõe a investigar, em meio a documentos e produções científicas no campo da Psicologia, como a história da Psicologia Escolar explica a dificuldade encontrada em desenvolver um fazer, uma prática profissional no contexto escolar que não esteja centrada no indivíduo, no “aluno-problema”. Para a realização do presente estudo, fundamentamo-nos nas ideias desenvolvidas por autores/as do Construcionismo Social. As noções adotadas por esta perspectiva englobam a ideia de que há uma constante criação de sentidos no âmbito das relações humanas. Em outras palavras, as pessoas constroem a realidade que vivenciam e esta não está localizada em um indivíduo ou em um grupo específico, mas nas relações estabelecidas entre as pessoas, entre as comunidades. Consequentemente, os sentidos que damos ao mundo variam nos diferentes grupos sociais, pois construímos o mundo de maneira diferenciada, o que torna impossível a formulação de verdades universais aceitas e aplicáveis em qualquer contexto. De caráter documental, a presente pesquisa propõe-se a análise de resoluções publicadas junto ao Conselho Federal de Psicologia referentes ao campo da Psicologia escolar, produzidas a partir do ano de publicação da lei que regulamenta a profissão (Lei número 4.119/64) até o presente momento, bem como o estudo de produções científicas publicadas neste período presentes na Biblioteca Virtual de Saúde, redigidas em português e cuja temática esteja relacionada ao presente estudo. A análise dos dados será realizada por intermédio da Análise de Discurso proposta por Mary Jane Spink. Com esta pesquisa, temos o intuito de conhecer a trajetória da Psicologia na Educação e, considerando o momento sócio, político, econômico e histórico do país, identificar o papel atual dessa ciência nos contextos educacionais.

Palavras-chave: história, psicologia, educação

### **Transmissão da psicanálise na educação**

Maria Gláucia Pires Calzavara  
Luiz Diego Sacramento do Carmo  
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

O presente trabalho faz parte de um projeto de iniciação científica e tem como objetivo pesquisar a possibilidade de uma interlocução entre a psicanálise e a educação, tendo em vista que uma possível contribuição se daria pela transmissão da psicanálise no meio escolar. A possibilidade de interlocução entre psicanálise e educação será nosso ponto de referência, amparado na definição de transmissão nestes dois campos de saber. No entrecruzamento destes dois campos de saber, há uma história marcada por várias tendências. O percurso freudiano sobre esta possível interlocução aponta os benefícios da psicanálise na educação não como um substituto desta mas como um auxiliar

importante. Sua posição culmina no texto *Análise Terminável e Interminável* do ano de 1937 quando ele conclui que há uma impossibilidade da ordem do saber inconsciente e do conhecimento próprio ao meio escolar. Do início do percurso de Freud até hoje, as relações entre psicanálise e educação mudaram consideravelmente o que nos leva nesta pesquisa, a pensar a possibilidade de transmissão da psicanálise no campo escolar. Reconhecemos, por meio de autores que tratam desta questão, que há um interesse nesta interlocução, tendo em vista as recorrentes dificuldades apresentadas pelas crianças no campo escolar e as variadas tentativas de buscar uma elucidação para estas dificuldades. Verificamos, em pesquisa anterior, que há uma tentativa recorrente em manter a criança em conformidade com o ambiente escolar, o que nos leva a apontar uma certa desconsideração da criança em sua singularidade. Tendo a psicanálise como referencial teórico, nos apropriaremos do conceito de transmissão em psicanálise no intento de elucidar tal questão tanto em referência ao que o designa no campo educacional quanto no saber psicanalítico. Além disso, a questão que nos interroga é como podemos transmitir algo da ordem do singular em um espaço que contempla o “para todos”. O ensino nas escolas possui ainda como resquício, suas influências na escolástica, onde foram fundadas as bases para o modo de transmissão do ensino. Neste momento da história, a garantia de um saber a ser atingido se encontrava no discurso religioso. Com a passagem para o modelo científico, marcado pela impossibilidade de se explicar tudo, a educação parece manter a relação com essa impossibilidade fora da ciência. Assim, as metodologias educacionais nos indicam certo desconhecimento da impossibilidade de se apreender um conhecimento em sua totalidade. Deste modo, enquanto a educação fala de um saber a ser atingido, como apropriação de conhecimento, a psicanálise se refere à falta de saber como o que faz advir o sujeito, sujeito este capaz tanto de aprender como de ignorar. Partimos da hipótese de que o saber psicanalítico nos fornece recursos com os quais é possível rever as questões que se impõem na educação. O saber da psicanálise poderá auxiliar a práxis da educação sem confundir-se com ela e tampouco substituí-la. Para tanto, nosso percurso metodológico constará de dois momentos: um primeiro momento teórico sobre as questões referentes à interlocução e possível transmissão da psicanálise à educação. Em um segundo momento, a partir dos resultados teóricos encontrados, utilizaremos de entrevistas com os professores sobre as crianças e suas manifestações sintomáticas na escola. A escuta sobre a criança no âmbito escolar e as possíveis demandas destes professores serão nosso veículo de investigação e referência o que nos possibilitará interrogarmos sobre essa interface e possivelmente permitir a criação de novos instrumentos e recursos de trabalho no campo escolar.

Palavras-chave: psicanálise, ensino, transmissão

Fonte de Financiamento: FAPEMIG

## **O voluntariado brasileiro em Trieste: a psicologia na desinstitucionalização italiana**

Maria Stella Brandão Goulart  
Henrique Galhano Balieiro  
Dayanna Salomão  
Carla Luiza Oliveira  
Ernesto Venturini  
Adelaide Lucimar Fonseca Chaves  
Renato Materelli  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG – Newton Paiva)

Na perspectiva de recuperar a história do processo de reforma da política de saúde mental, a pesquisa intitulada “A Política de Saúde Mental: Minas Gerais e vínculos com Itália” realizada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e coordenada pela Prof.<sup>a</sup> Dra. Maria Stella Brandão Goulart, financiada pela FAPEMIG – Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais, pretende focar as conexões entre Brasil e Itália, tecendo uma análise comparativa entre os recursos societários (associativismo, laços de colaboração, instituições sociais, culturais e técnico-profissionais) acionados desde os anos de 1960 até a atualidade. Ao longo desse período, as relações entre os dois países foram de estreita colaboração no que concerne à construção da chamada reforma psiquiátrica, que hipotetizamos ser mais abrangente. Dessa maneira, o presente trabalho tem como objetivo principal descrever o perfil dos brasileiros que se vincularam como voluntários aos serviços de saúde mental de Trieste (*Dipartimento di Salute Mentale* – DSM), convite feito por Franco Basaglia que reverberou por muitos anos de maneira informal. Essa vinculação remete a diversos tipos de inserção: estágio de médio e longo prazo, participação em eventos, visitas breves, com objetivos diversos. Consideram-se os dados referentes ao período de 1984 até de 2014, na medida em que este intervalo contempla as informações obtidas a partir dos arquivos da *Associazione di Volontariato* Franco Basaglia, que formalizou a permanência desses brasileiros junto aos serviços em questão. Por intermédio dessa pesquisa, se abre uma nova perspectiva sobre a influência que o voluntariado em Trieste causou na luta antimanicomial no Brasil. Assim, pode-se constatar a partir dos dados levantados, a grande quantidade de instituições e profissionais que absorveram esta experiência de voluntariado disseminada por Franco Basaglia, iniciada em Gorizia na década de 60. No geral, a maioria dos voluntários eram mulheres, jovens e estudantes de psicologia e o período de maior colaboração dos voluntários foi durante os anos de 1990 e 2000. Após a análise e o entrelaçamento dos dados, pode-se concluir que o perfil dos voluntários que frequentaram o Serviço de Saúde Mental de Trieste, que teve sua maior incidência no ano de 1998, é composto predominante por mulheres (74%), com idade média de 28 anos, recém-graduadas em Psicologia (44%) nascidas na região sudeste do Brasil (82%), sobretudo em São Paulo (52%) e que tiveram seu tempo de permanência na média de 138 dias, ou seja, aproximadamente 4 meses e meio. Por intermédio desta pesquisa delinea-se uma nova perspectiva sobre a influência que o voluntariado em Trieste promoveu na luta antimanicomial no Brasil, mas este seria um retrato estereotipado e nos afastaria, se a ele nos apegássemos, da riqueza da experiência ali constituída ao longo de tantos anos. A motivação e colaboração dos voluntários foi importante para desenvolver o modelo

triestino, além disso, a pesquisa ressalta a rede de voluntariado que nos permite investigar no futuro a história desses voluntários em uma abordagem qualitativa.

Palavras-chave: voluntariado, reforma psiquiátrica, saúde mental, desinstitucionalização, psicologia

### **O movimento de emergência da psicologia em meio às práticas pedagógicas na Primeira República do Brasil (1889-1930)**

Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Maycon Correa Pinto

Pedro Menezes Moraes

Rafael Ostrovski

Victor Cumpido

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

O foco da presente pesquisa dirige-se para a inserção da psicologia no projeto educacional da Primeira República (1889-1930). Objetiva-se elucidar a emergência da psicologia nas práticas pedagógicas deste período por meio da explicitação dos sentidos atribuídos à psicologia. Nesta busca pretendemos também evidenciar as articulações desta psicologia com as formas de ordenação social deste contexto. Busca-se pensar o que se chamava psicologia conferindo visibilidade a contradições, vínculos e reverberações. Como método temos uma pesquisa histórica com a proposta de investigar e fornecer clareza sobre o material primário confrontando-o com a literatura atual e as concepções e práticas correntes da psicologia. Buscamos levantar informações da época para construir análises em diálogo com proposições historiográficas contemporâneas. Para isso, dividimos o material a ser analisado em três frentes: jornais da época; artigos contemporâneos referentes ao período selecionado e a Revista Pedagógica, nossa fonte primária. Por intermédio da Hemeroteca Digital — arquivo histórico de jornais, diários e periódicos brasileiros mantido pela Biblioteca Nacional — pesquisamos as referências ao *Pedagogium* nos jornais que veicularam o maior número de artigos referentes à temática: “Gazeta de notícias”, “O Paiz” e “Jornal do Brasil”. O portal de periódicos da CAPES foi consultado e triado conforme a relevância para a pesquisa. Descritores foram eleitos a partir de leitura prévia da Revista Pedagógica e utilizados na consulta. O portal se mostrou limitado como ferramenta, já que o resultado indicou poucos artigos próximos a nossa temática. Por outro lado, alguns artigos de relevância para o tema pesquisado que conhecíamos não foram encontrados na busca. A Revista Pedagógica, veiculada entre 1890 e 1896, constitui a fonte primária da pesquisa. Exposição oficial do projeto educacional da Primeira República, é composta de textos bastante heterogêneos. Foi publicada pelo *Pedagogium*, órgão centralizador responsável por estratégias para a educação nacional, entre 1890 e 1896, e do Distrito Federal, entre 1897 e 1919. Fizemos o levantamento de todos os tomos da Revista Pedagógica na biblioteca do CFCH/UFRJ e na Biblioteca Nacional e o digitalizamos

para acesso livre em site da Universidade. Como resultado de nossa análise podemos afirmar que a prática pedagógica contribuiu significativamente para a emergência da psicologia. Deparamo-nos com um momento de transição em que uma retórica de confronto entre uma abordagem filosófica e outra científica demarcava dois modelos de compreensão e uso da psicologia. Observamos intensa circulação do conhecimento psicológico produzido no período e a captura dos usos patrocinados por este saber em outros países. Até o momento, concluímos que não se pode atribuir uma imagem homogênea à psicologia no período em questão. Notamos propostas de atuação sobre hábitos — evocando categorias como a moral, a vontade, o sonho e o patriotismo — que parecem responder a questões semelhantes as quais a higiene mental viria abordar a partir da década de 1920, o que tem nos exigido um exercício de segmentação temporal e de modo de funcionamento para caracterização da psicologia ao longo do período selecionado.

Palavras-chave: Primeira República, história da psicologia, Pedagogium, práticas pedagógicas

Fontes de financiamento: PIBIC/UFRJ, CNPq e FAPERJ

## **Sessão 11. Experimentação e formação em psicologia**

### **Os salesianos e o Laboratório de Psicologia (Experimental) da Faculdade Dom Bosco na imprensa de São João del-Rei na década de 1950**

Rodolfo Luís Leite Batista  
Marília Novais da Mata Machado  
Carlos Henrique de Souza Gerken  
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Neste trabalho, descrevemos o processo de construção discursiva do saber e da autoridade salesianos no âmbito da Educação e Psicologia em São João del-Rei, entre 1958 e 1961. Trata-se de uma investigação histórica que favorece a compreensão do contexto em que se deu a instalação e funcionamento de um laboratório de psicologia, de origem europeia, no interior de Minas Gerais, em meados da década de 1950. O corpus investigado foi constituído por oito recortes do jornal são-joanense Diário do Comércio, guardados pela equipe do Laboratório de Psicologia da Faculdade Dom Bosco de Filosofia, Ciências e Letras e arquivados, atualmente, no Centro de Documentação e Pesquisa em História da Psicologia da UFSJ. Tais recortes descrevem o surgimento, o funcionamento e a relação daquele laboratório com a comunidade local. A leitura cuidadosa e sistemática e a identificação de informações sobre o contexto de produção, construção e interpretação do discurso analisado foram inspiradas na proposta teórico-metodológica de Patrick Charaudeau para o estudo das mídias. Para esse analista do discurso, a imprensa é uma prática social de produção da informação fundada em um contrato comunicacional entre instâncias de produção e de recepção de um produto midiático. Dessa forma, para compreender o ato comunicativo, é preciso investigar as

condições de produção, construção e interpretação de um discurso, levando em conta sua historicidade e as circunstâncias que permitiram sua ocorrência. Após a análise, que incluiu informações sobre o contexto histórico da cidade, do jornal e da presença salesiana local, podemos afirmar que o discurso investigado, produzido pelo Diário do Comércio, terceiro jornal diário criado ao longo da história de São João del-Rei, publicado entre 1938 e 1964 e dirigido por membros da Associação Comercial da cidade tem viés republicano, industrial e católico. Seus redatores recorrem a relatos de fatos, a anedotas, a textos com função publicitária e a uma série de comparações (conhecimento leigo/saber científico, provincianismo/cosmopolitismo, nacional/estrangeiro) como estratégias argumentativas que constroem o papel dos salesianos na cidade mineira. O público-alvo das reportagens são pais, professores, educadores e, em geral, são-joanenses. Sistematizamos os resultados produzidos pela análise em dois eixos: (a) caracterização da presença salesiana em São João del-Rei e (b) o Laboratório de Psicologia Experimental da Faculdade Dom Bosco e sua relação com as práticas educativas locais. No primeiro eixo, identificamos a adjetivação positiva dos salesianos, apresentados especialmente como os responsáveis pela boa educação oferecida às crianças são-joanenses pobres. O papel deles é enaltecido em descrições que fazem deles os responsáveis por transformar São João del-Rei num centro a ser respeitado e visitado em função da benemerência e pela qualidade de formação que oferece. No segundo eixo, a análise nos permitiu apresentar o Laboratório de Psicologia (Experimental) como um dos argumentos construídos para valorização da presença salesiana na cidade mineira. O laboratório é descrito como monumento científico e caracterizado como objeto de admiração e ponto turístico local. Ele é ainda qualificado como espaço especializado para formação de pais, professores e outros educadores e de oferta de serviços psico-pedagógicos, como o Centro de Estudos Pedagógicos e o Círculo de Pais e Educadores. Os redatores do Diário do Comércio constroem o laboratório como ambiente propício para o debate da comunidade local sobre a Educação, com base em critérios científicos. Há um esforço em descrever o laboratório como de padrão europeu, seja por seus aparelhos e livros importados da Itália ou pela formação pedagógica e psicológica da equipe de trabalho salesiana em universidades da Itália e da Bélgica. Para concluir, observamos que o discurso da mídia sobre o laboratório e os salesianos reflete o viés nacionalista e católico dominante não apenas no periódico, mas também na região, na época; que o Laboratório de Psicologia Experimental da Faculdade Dom Bosco surge como acontecimento discursivo favorecendo, localmente, o enaltecimento dos salesianos como grandes educadores, mas que seu caráter “experimental”, em larga medida, é praticamente ignorado, em favor do engrandecimento das práticas de formação e orientação de alunos, pais e educadores. Finalmente, destacamos a utilidade do referencial charaudeaudiano para a pesquisa histórica do discurso da mídia.

Palavras-chave: história, Laboratório de Psicologia Experimental, salesianos, discurso da mídia, psicologia e educação

Financiamento: CAPES



## **A psicologia experimental na Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal (1907-1933)**

Ede Conceição Bispo Cerqueira  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

A temática discutida nesta comunicação está inserida em uma pesquisa que visa discutir o papel da Sociedade Brasileira de Neurologia, Psiquiatria e Medicina Legal (SBNPML) na institucionalização da psiquiatria, no Rio de Janeiro, entre 1907 e 1933. Esta Sociedade foi criada em 1907, por um grupo de médicos interessados nos saberes sobre a mente. Porém, além dos estudos nas áreas da “medicina mental” que a nomeavam, a Sociedade abrigou debates sobre a psicologia experimental e a psicanálise. Nesta comunicação analisamos a presença da psicologia experimental na Sociedade, observando sua influência na formação dos membros desta agremiação, assim como a participação de George Dumas – enquanto um dos representantes da comunidade francesa de psicologia, da época – nesta instituição. Utilizamos como fontes principais as atas de reuniões da Sociedade, publicadas no periódico Arquivos Brasileiros de Psiquiatria, Neurologia e Medicina Legal; e como referencial teórico as análises de Karl Mannheim e Jean François Sirinelli sobre grupos de intelectuais e gerações. Alguns dos membros da SBNPML interessaram-se pela psicologia experimental desenvolvendo estudos sobre o assunto em suas teses de doutoramento, como foi o caso de Henrique Rôxo, membro fundador da Sociedade, que em 1900 defendeu a tese intitulada “Duração dos atos psíquicos elementares nos alienados”. A influência da psicologia experimental também pode ser observada no estudo de conclusão do curso de medicina de Plínio Olinto, intitulado “Contribuição ao estudo da associação de ideias” e defendido em 1911, ano em que este tornou-se sócio da SBNPML. Plínio Olinto, ao tomar posse como novo sócio, apresentou à Sociedade uma comunicação baseada em sua tese, sobre o diagnóstico diferencial entre casos de demência precoce e loucura maníaca depressiva onde ele utilizava o método da associação de ideias. Algumas comunicações sobre a psicologia experimental foram divulgadas nos Arquivos Brasileiros, como foi o caso do médico recém-formado Maurício de Medeiros, cujo texto intitulado “A questão dos métodos em psicologia” estava baseado em sua tese, defendida em 1907. Posteriormente, em 1917, Edgard Roquette Pinto, que além de médico legista era professor concursado da cadeira de antropologia e etnografia do Museu Histórico Nacional, por ocasião de sua admissão como novo sócio, apresentou uma comunicação à Sociedade, intitulada “Dados sobre a psicologia objetiva dos índios brasileiros”, também publicada no periódico. Nesta, ele fazia uma análise comparativa entre os desenhos dos índios Kairis, da região do rio Xingú, com desenhos feitos por alienados, crianças e criminosos, concluindo que existiriam pontos em comum que poderiam ser observados nos desenhos destes grupos, como por exemplo a ausência de preocupação estética. Observamos a presença da psicologia também no convite feito pela Sociedade ao psicólogo francês George Dumas quando da sua vinda ao Rio de Janeiro, em 1908, para que ministrasse uma série de conferências sobre temas do campo da psicologia. Este professor de psicologia da Sorbonne veio ao Brasil, também, como encarregado do governo francês, com o objetivo de firmar um acordo de cooperação entre as universidades da França e as faculdades brasileiras. Dumas retornou ao Brasil em outras oportunidades – 1912, 1917 e 1925 – participando de reuniões da SBNPML. Em 1925, os membros da Sociedade decidiram pela criação de uma comissão de psicologia e biologia aplicadas à neuropsiquiatria, funcionando junto à diretoria da instituição. Este primeiro grupo de

representantes da psicologia na Sociedade foi composto por Miguel Osório de Almeida, Maurício de Medeiros, Mario Pinheiro, Arthur Moses, Roquette Pinto, Aduato Botelho, Moreira da Fonseca e como membro correspondente, admitido em 1924, o psicólogo polonês Waclan Radecki. Este havia assumido, naquele mesmo ano, a direção do laboratório de psicologia experimental da Colônia de Alienadas do Engenho de Dentro, criado no ano anterior por Gustavo Riedel, também sócio da SBNPML.

Palavras-chave: história, psiquiatria, psicologia experimental, SBPNML

Instituição de financiamento: Fiocruz

### **Colegios invisibles en la primera década del Journal of the Experimental Analysis of Behavior (1958-1967)**

Fernando Polanco  
Universidad Nacional de San Luis (UNSL) - Argentina

La comunidad conductista de análisis experimental de la conducta se encontró identificada claramente desde su origen por la teoría y la metodología utilizada en sus investigaciones y prácticas. Consecuencia de la particularidad de esto, fue que se constituyeran medios de comunicación específicos para la publicación de los resultados de la aplicación de sus modelos al ámbito de la experimentación, como así también al campo de la aplicación social. Es así que en el año 1958 se creó el Journal of the Experimental Analysis of Behavior (JEAB) y en 1968 el Journal of Applied Behavior Analysis. En la presente investigación se analizarán las producciones en coautoría que los investigadores realizaron durante la primera década en el Journal of the Experimental Analysis of Behavior (JEAB). Con el objetivo de identificar lo que Price (1963/1973) denomina como colegios invisibles, es decir, las colaboraciones que se establecen entre colegas para el desarrollo de los diferentes centros de producción de conocimiento. Con esto intentamos realizar una reconstrucción historiográfica del entramado sociodemográfico de la comunidad de investigadores en análisis experimental de la conducta entre los años 1958 y 1967. Hemos aplicado el análisis de redes sociales asistido por software, utilizando el programa de acceso abierto Gephi 0.8.2beta. La muestra fue extraída de PubMed, donde se encuentran los registros completos de la publicación periódica en estudio. Sobre dicha muestra, se obtienen índices de centralidad, diámetro y distribución a través de un análisis métrico, del que posteriormente a través de procesos de filtración modular se obtienen gráficos sobre los principales colegios invisibles los cuales serán analizados a la luz del contexto de producción y los índices métricos. Como resultado obtuvimos que el grafo está compuesto por 658 nodos y 635 aristas, tiene un grado medio de 1,93, y un grado medio con pesos (ponderado) de 7,523. Se sometió dicho grafo a un proceso de modularidad, retomando solo las relaciones de grado 4, a partir de lo cual se obtuvo una red conformada por 79 nodos (12,01%) y 119 aristas (18,74 %), el nivel de grado medio asciende a 3,013 y el grado medio con peso a (18,304). La densidad de la red aumentó a un 0,039, disminuyendo a 11 su diámetro y teniendo una longitud media de camino de 4,536. A partir del análisis de modularidad los grupos son 21, los cuales muestran los

principales equipos de trabajo que colaboraron en la primera década del JEAB. A partir de los resultados podemos observar, que la publicación en la primera década del JEAB, fue realizada por individuos aislados en su mayoría. Sin embargo se encontraron al menos 21 colegios invisibles que estuvieron conformados por colaboraciones en derredor de unos pocos integrantes (12%). Dos colegios tuvieron un líder claro, Azrin NH. y Brady JV., mientras que los demás grupos tuvieron un liderazgo repartido entre sus integrantes, como por ejemplo: el grupo de Shoenfeld, Shapper, Cumming, et al; de Findley, Ferster, et al.; y el de Keller, Bori, Silva, Azzi y Fix Ventura; entre otros. Como conclusión, podemos señalar que esta red muestra la diversidad y la propagación que tuvo la investigación del Análisis Experimental del Comportamiento (658 autores diferentes), en un periodo de 10 años de publicación. Y que abarcó tanto los Estados Unidos, como así también algunos países de recepción de este tipo de orientación psicológica como es el ejemplo del colegio invisible integrado por investigadores brasileños.

Palabras Claves: conductismo, historia, redes sociales; cienciometría

### **Los estudios experimentales de la percepción en Argentina a mediados del siglo XX**

María Andrea Piñeda

Universidad Nacional de San Luis (UNSL) – Argentina

Patricia Scherman

Universidad Nacional de Córdoba (UNC) – Argentina

Se analiza la investigación psicológica en el campo de los sentidos y la percepción en Argentina a mediados del siglo XX. Se describe la labor realizada en tres instituciones de universidades nacionales. Una, completamente ajena a la carrera de psicología, otra independiente de ella pero estableciendo convenios con la misma, y la tercera, desarrollándose bajo la estructura institucional de una carrera de psicología. De este modo, se pretende comparar el desarrollo que alcanzó en cada caso, estableciendo factores sociales, políticos, económicos y académicos que contribuyeron o limitaron dicho desarrollo. Primero, se describe la investigación pionera dirigida por el Ing. Guillermo Fuchs en el Centro de Investigaciones Acústicas y Luminotécnicas fundado a mediados de 1950 en la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Nacional de Córdoba. Se explica cómo la tarea de este centro se articuló con la carrera de psicología de la Facultad de Filosofía de dicha Universidad mediante la realización de tesis de licenciatura en psicología en el campo de la psico-acústica desde mediados de 1960. Dichas tesis y otros artículos publicados en esa época son examinados teniendo en cuenta sus temas en estudio, los esquemas de investigación e instrumental utilizado y los principales referentes teóricos. Segundo, se describe la trayectoria de la Dra. Miguelina Guirao en el Laboratorio de Investigaciones Sensoriales de la Facultad de Medicina de la Universidad de Buenos Aires. Se analiza el recorrido de Guirao desde su formación en la Facultad de Filosofía de la UBA a fines de 1950, pasando por la Universidad de Milán en Italia y la Universidad de Harvard en Estados Unidos, para volver al país e incorporarse a la carrera de investigadora de CONICET con la

organización del LIS en 1968. Si bien Guirao se inició en el estudio experimental del lenguaje y el pensamiento con Gemelli en Italia, y se orientó hacia la psicoacústica con Stevens en Estados Unidos –acaso el mayor referente sobre el tema en el mundo científico de la época-, en Argentina formó un equipo interdisciplinario de investigación sobre la percepción desde todos los sentidos. Montó un laboratorio dotado de alta tecnología para lograr estos fines. Desarrolló una intensa labor de formación de recursos humanos en el país y en el extranjero. Guirao y su equipo lograron una producción de tal calidad que lograron posicionarse como referentes en el estudio de los sentidos y la percepción a nivel internacional. Tercero, abordaremos la labor de la Dra. Claribel Morales de Barbenza en la carrera de psicología de la Universidad Nacional de Cuyo / Universidad Nacional de San Luis en el campo de la psico-acústica. Analizaremos su tesis doctoral en Inglaterra bajo la dirección de William Tempest presentada en 1968, y los artículos publicados sobre la misma temática en años posteriores, algunos en colaboración con el mismo investigador. Descubriremos la relación de Barbenza con los investigadores del CIAL y del LIS, así como el contrapunto teórico-metodológico establecido desde su tesis con los trabajos de Stevens. Al mismo tiempo, mediante el análisis de las tesis de licenciatura en psicología que Barbenza dirigió, y los informes vinculados al laboratorio de la UNSL también encabezado por ella, procuraremos establecer el impacto que sus trabajos tuvieron en la formación del psicólogo en la UNSL. Nos fundamentamos en la labor empírica de rastreo de fuentes documentales. Asimismo, se tendrán en cuenta evidencias a partir de objetos de valor histórico que testimonian las prácticas de los investigadores en estudio. Además, se hace uso de entrevistas a informantes clave que orientaron la búsqueda de datos y complementaron la interpretación de las fuentes documentales. Se valoran los aportes originales desarrollados en los tres centros. Se advierte que las investigaciones que lograron sostenerse en el tiempo y alcanzaron mayor relieve internacional se financiaron por el CONICET en el marco de Facultades ajenas a las carreras de psicología de las universidades en las que se institucionalizaron, en las que predominaba un enfoque clínico y psicoanalítico de la enseñanza de la psicología. Así, se observa que las condiciones ideológicas, políticas y académicas de dichas carreras, no era propicia para el avance de este tipo de investigaciones en las mismas. De este modo, se fue disociando la formación de los psicólogos del perfil de investigador experimental requerido para estas prácticas, con la reducción de la producción en el campo de la percepción en el contexto general de la psicología Argentina.

Palabras clave: psicología, sentidos, percepción, psico-acústica, laboratorios

Financiamiento: Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - UNSL; Secretaría de Ciencia y Técnica. Universidad Nacional de Córdoba

## **O psicólogo através do espelho social: um estudo de como o psicólogo é visto pelos acadêmicos da UFMA**

Carlos Cássio C. Silva

Nayla Viana da Silva

Rodrigo de Oliveira Dantas

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

A profissão de psicólogo no Brasil, comparada a outras profissões, é relativamente nova, pois só foi regulamentada em 1962. Passado esses 52 anos, é necessário saber como a população já compreende o profissional psicólogo e quais são os principais estereótipos que esse profissional está carregando. A Psicologia está presente no dia-a-dia das pessoas, no cotidiano, nas relações interpessoais, já que o seu objeto de estudo está relacionado às questões que movem o ser — humano e suas formas de comportamento. A procura de um Psicólogo envolve as mais diversas situações. Situações de crise, de ruptura, momentos problemáticos, momentos de incerteza, situações de transição, de busca por autoconhecimento, de descoberta do “eu” interior, na busca pela escolha da profissão, no trabalho, no relacionamento conjugal, nos dilemas da vida, na interação entre as pessoas, no contexto escolar, no esporte, na vida jurídica, entre outras situações. Como justificativa para o desenvolvimento desse estudo, aponta-se a necessidade cada vez maior de produção de um conhecimento do real fazer do psicólogo, para que a sociedade possa usufruir melhor da Psicologia, e para que isso reflita na forma de atuação dos psicólogos, de forma mais compromissada. O presente trabalho teve como objetivo: Analisar a representação social acerca do psicólogo e do trabalho desenvolvido por este de acordo com os estudantes universitários de graduação da Universidade Federal do Maranhão, dos seguintes cursos: Psicologia, Medicina, Enfermagem, Pedagogia, Direito, Educação Física, Ciências Sociais, Administração e Serviço Social. Quanto à história da psicologia, podemos dizer, por enquanto, que ela emerge como ciência quando reconhece a instância individual do homem na sociedade e que, por motivos sociais, políticos e econômicos, necessita ser normatizada e padronizada. Isto é, a psicologia só ganha espaço no rol das ciências quando se tem o reconhecimento da experiência privatizada, bem como o reconhecimento da experiência da crise da subjetividade. O Psicólogo, dentro de suas especificidades profissionais, atua no âmbito da educação, saúde, lazer, trabalho, segurança, justiça, comunidades e comunicação com o objetivo de promover, em seu trabalho, o respeito à dignidade e integridade do ser humano. Dessa forma, as Representações Sociais possuem a capacidade de estabelecer conexões entre abstrações do saber e a concretude da vida do indivíduo em seus processos de troca com os outros. Essas conexões se estabelecem de acordo com dois processos: ancoragem e objetivação. Como toda representação social, a representação do psicólogo está baseada nesses dois processos. Na intenção de compreender o que é e o que faz um profissional da psicologia, a população tenta encaixar o psicólogo em categorias pré-existentes, utilizando os rótulos. A atuação do psicólogo é ampla sendo assim é necessário que o mesmo esteja preparado para atuar de acordo com as especificidades de cada área, tendo como foco de trabalho o ser humano e suas questões, sejam elas intra ou interpessoais. O psicólogo deve estar ciente do que é e como se desenvolve seu trabalho, sabendo que um trabalho psicológico se desenvolve através da relação com o outro e que o único poder do psicólogo é o trabalho comprometido através das teorias fundamentadas sobre o ser humano. Foi utilizado um questionário com 12 questões fechadas e 5 abertas, e aplicado em 96 estudantes. O

questionário abordou questões relacionadas a psicologia, ao psicólogo, ao trabalho do psicólogo, personalidade do psicólogo e a credibilidade do trabalho psicológico. Os dados coletados foram analisados, categorizados e discutidos com base na literatura. Os resultados indicaram: uma visão estritamente individualista e assistencialista da psicologia, onde o psicólogo somente trabalha em prol das outras pessoas; a crença de que o psicólogo deve ser calmo, amigável e possuidor de um poder de decifrar comportamentos; um não reconhecimento do psicólogo como cientista, por mais que exista crença da eficácia de um trabalho psicológico. Diante de tais resultados, constata-se que falta conhecimento por parte da comunidade com relação às áreas e formas de atuação profissional do Psicólogo. Sendo assim cabe ao psicólogo (e também aos estudantes) interrogar-se constantemente sobre seu saber-fazer de forma crítica para que a prática psicológica seja cada vez mais reconhecida e respeitada, e para que haja uma produção cada vez maior de um conhecimento do real fazer do psicólogo.

Palavras-chave: psicologia, psicólogo, representação social, áreas de atuação em psicologia

## **Sessão 12. Gênero na história da psicologia**

### **Romances como (re)produtores de feminilidades**

Bárbara Albuquerque Pereira

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Durante muitos anos as mulheres foram “excluídas da história”, “marginalizadas” como quem não tem o que contar. Porém, em meados do século XX uma história das mulheres começa a ser construída, e já no final daquele século preocupações teóricas que traziam a questão do gênero como uma categoria de análise começam a aparecer, preocupações estas que salientavam o gênero como categoria historicamente produzida. Dessa forma, o ser homem ou ser mulher é visto como produto da cultura e da sociedade nas quais estamos inseridos, e não consequência do sexo biológico, o que nos leva a concluir que não existe “A” mulher, modelo supremo de feminilidade, e sim uma mulher, constituída em sua subjetividade pelas vivências e pelo caldo cultural na qual está inserida. Com isso, pensar a mulher como escritora, não apenas reproduzindo uma lógica até então sexista, mas podendo ela própria dizer de si e produzir não só o lugar que deseja ocupar, mas produzindo espaços outros para outras mulheres é um marco da transformação que a história das mulheres e o conceito de gênero trouxeram. Considerando-se o papel representado pela literatura diante da formação de novas subjetividades, esta pesquisa visa investigar os discursos presentes nos romances ingleses de autoria feminina do século XIX, concentrando-se nos romances *Orgulho e Preconceito* e *Emma*, de autoria de Jane Austen, uma das escritoras mais aclamadas da Inglaterra. Utilizando-se os personagens femininos desses romances e como eles se posicionam diante das relações afetivas, busca-se estabelecer um paralelo entre a literatura e a história das mulheres. Sendo considerada uma das responsáveis pela consolidação do gênero romanesco inglês, Jane Austen insere em seus romances a questão do gênero como categoria historicamente produzida, além de ser ela própria

também um exemplo da desconstrução dos papéis femininos, já que escreveu num tempo no qual a vida literária não era um espaço que as mulheres deveriam ocupar. No entanto, muitas vezes, tanto a discussão do gênero como a própria representatividade da autora para o campo de atuação das mulheres inglesas são negligenciados devido a uma leitura superficial de suas obras. Assim, este trabalho busca dialogar com as questões de gênero, enriquecendo este campo de estudo, trazendo novos dados e formas de pensar as relações das mulheres na sociedade, através da literatura, e também visa dar mais destaque a esta autora dentro dos espaços de discussão de gênero. Trata-se de um terreno pouco explorado, uma forma de pensar as relações e o papel da mulher na sociedade que não através da mãe/esposa ou trabalhadora, mas pelo viés de um feminino enamorado, envolto em romance. Não é intenção fazer uma análise literária das obras, mas uma análise dos discursos existentes por trás dos papéis femininos nos romances escritos por Jane Austen, enquanto possível espelho da visão social da feminilidade, levando-se em consideração o contexto sócio-histórico em que foram escritas. A combinação do capitalismo da sociedade burguesa com o protestantismo inglês ajudou a determinar novos papéis tanto para o homem como para a mulher. Enquanto a classe burguesa cria o novo ideal do feminino, de esposa zelosa e submissa, a Igreja Protestante se encarrega de pregar a inferioridade feminina declarando, com base na doutrina, o homem como lorde e senhor. Além destas modificações sociais, a burguesia consolida também a família nuclear e contribui para a ascensão do romance enquanto gênero literário, o que leva alguns autores a considerar o romance como uma forma tardia de literatura e uma reflexão acerca da ascensão burguesa e das mudanças ocorridas na vida familiar e das mulheres. Assim, utilizando-se a Análise do Discurso e partindo-se do conceito de Intertextualidade, formula-se a hipótese de que os romances escritos por Jane Austen, apoiando-se em discursos outros existentes sobre as mulheres e seu papel na sociedade, colaboram para abrir e organizar um novo campo de produção sobre o feminino, ao mesmo tempo em que também reproduzem discursos já existentes. Com isso, esta pesquisa visa investigar esses romances enquanto colaboradores na formação da feminilidade das mulheres inglesas, tanto trazendo novas possibilidades quanto reforçando antigos modelos.

Palavras-chave: análise do discurso, literatura, mulheres, gênero

Fonte de financiamento: FAPERJ

### **Perspectivas de género en la historia de la psicología. Notas basadas en el análisis semiológico de anuncios publicitarios en revistas argentinas de la década del 30**

Rosa Falcone  
Universidad de Buenos Aires (UBA)

Centrados en la propuesta de algunos autores que entienden los estudios del género como una categoría provechosa para el análisis de la historia (Scott,1990) se propone abordar en esta comunicación el contexto de la década de 1930 en Argentina, a partir del estudio de fuentes primarias “informales”, que comprenden textos e imágenes de

anuncios publicitarios de la época contenidos en revistas femeninas de circulación masiva. Algunos de los supuestos que guían el presente análisis consideran que aquellos elementos que pertenecen al ámbito de los medios de comunicación masiva tienen variadas posibilidades de lectura, que remiten al plano ideológico presente en los emisores del lenguaje publicitario, y que en consecuencia es posible establecer los elementos de sentido que predominan. Roman Jakobson (1975) y Jeanne Martinet (1988) consideran que en toda producción de sentido hay una ideología dominante y que toda acción comunicativa, tanto hoy como en el pasado, responde ya sea por su naturaleza, centrada en influir a otros, como por sus motivaciones, a los condicionamientos del cuerpo social. En consecuencia, podrían determinarse comportamientos ideológicos presentes en los emisores del lenguaje publicitario que es posible descifrar. Roland Barthes es un punto de partida, en este campo, con su trabajo sobre la “Retórica de la imagen” (1986). Con él comienza a aplicarse el estudio semiológico, que había sido restringido al campo lingüístico, a las imágenes y otros campos del saber. La semiología que, en sentido amplio, se ocupa de los signos indaga el modo de producción de sentido y la manera en que provocan significaciones, es decir interpretaciones. Barthes define la imagen publicitaria como *Inventio* (modo de persuasión y argumentación) y como *elocutio* (estilo o figuras). En consecuencia, las imágenes de una publicidad se ofrecen como terreno privilegiado para la observación de los mecanismos de producción de sentido (Durant, 1972). En el presente artículo se tomarán varios anuncios publicitarios de revistas y nos serviremos del examen de su presencia más que del análisis semántico. Se toman en su vertiente delusiva, es decir centrada en la intención implícita en tanto modos de persuasión y argumentación (*Inventio*). Cada anuncio será analizado por separado estableciendo sus significados implícitos en el nivel connotativo. La década del treinta en Argentina restablece el conservadurismo con el apoyo de los militares. Los cambios políticos y económicos fueron acompañados en la población con una notable reducción de la natalidad como efecto de la crisis económica de 1930 (Barrancos, 2007, 2002, Klappenbach, 1995). Este contexto explica la prolífica aparición de libros, artículos y publicidades fomentando tener hijos y las normas referidas a la mujer enfatizando su tarea reproductiva. A nivel sanitario se exigía el certificado prenupcial masculino y se dictaron normas de protección al matrimonio. El estado declaró expresamente que garantizaba el binomio madre-hijo y elaboró una ambiciosa política sobre el tema. Los médicos adherían a los modelos eugenésicos y el peso del eugenismo asumió diversas modalidades –aspectos de la alimentación, programas de vida sana, derecho a limitar el número de hijos- con una clara preocupación por la descendencia y los problemas de población. La maternidad biológica se situó en relación directa con la preocupación de la degeneración de la raza y la despoblación. Las mujeres garantizaban la procreación y sobrevivencia de las futuras generaciones. Los anuncios analizados expresan el programa médico eugenético que enfatiza la atención de la maternidad, de la infancia, como así también el control del embarazo y la regulación de la higiene sexual.

### **Deconstrucción del concepto de identidad de género: debates sobre las teorías del sujeto y *differance***

Joan Sebastian Soto Triana  
Universidad Nacional – Fundación Universitaria San Martín (Colombia)



Se realizó una revisión del concepto de identidad de género teniendo en cuenta las críticas de las perspectivas contemporáneas sobre el lenguaje y el signo lingüístico a la tradición estructuralista, que funda su análisis en la consideración del lenguaje como instancia representacional inscrita en una ontología de la presencia. Se propone la revisión deconstructiva basada en los trabajos de Jacques Derrida como método para acercarnos a la noción de *differánce*, término que permite analizar el concepto de género en el marco de una apropiación histórica del contexto, tomando en cuenta el discurso cambiante en el ejercicio cultural que identifica al sujeto con relación a un Otro sin una noción de signo absoluto. Aunque la operación estructuralista nos aboca al planteamiento de una ontología de la identidad, centrada en la consideración del símbolo como instancia normativa que articula al ser con un significante localizado en un espacio social, determinado por el conjunto de relaciones sincrónicas en el que se inscribe (sea a título de signo lingüístico, de falo o de mito), su “naturaleza” lingüística traslada la discusión al terreno del devenir constante, en el que la marca significante que ella misma supone aparece en una dimensión de diferencia espacial o temporal. Las críticas planteadas por autores como Baudillard y el mismo Foucault sitúan la imposibilidad de una definición total de la identidad que fije al ser en un rol y en una forma específica de relacionarse con el sexo, con el otro y con su propio cuerpo. En este sentido la posición de Baudillard hace agujero a la pretensión estructuralista de una correspondencia entre signo y ser cuando propone a lo femenino como simulación, que pone en cuestión el carácter “representacional” de la identidad, abriendo un campo de múltiples sentidos en el que se la propone como velo, como semblante, como parodia y como escenificación de lo real. Estas reflexiones, que sin duda alguna suponen una contextualización histórica y cultural de la identidad se constituyen en un terreno fértil para el análisis derridiano, que tomando como fuentes aportes tan diversos como los planteamientos nietzscheanos, heideggerianos, marxistas y freudianos presenta a la *diffférance* como acontecimiento que acaece en los sistemas culturales sirviéndose de los discursos o narraciones que se entretajan en la red de signos conjuntos, permitiendo la identidad de género como concepto diferido que resulta ininteligible en términos metafísicos representacionales, pero que se sigue a través de un rastro dejado en la praxis social. La noción de *diffférance* nos permitió rastrear el género como acontecimiento diseminado e intempestivo que acaece en el sujeto y que lo relaciona con un Otro que posibilita la diferenciación de las identidades a través del rodeo del signo significante. La deconstrucción del término nos permitió también establecer que el proceso performativo del género se traduce en una acción original no intencional, no precisa un objetivo específico y se encuentra inscrito en un devenir histórico que es susceptible a transformaciones mediadas por lo cultural. Esta deconstrucción aporta al panorama para la constitución de un programa de análisis y estudio de las diversas formas que la identidad asume en los espacios sociales y se hace insumo para fortalecer los lugares de debate y crítica a una tradicionalidad en el ejercicio interpretativo de los fenómenos sociales en la psicología.

Palabras claves: *differánce*, deconstrucción, estructuralismo, identidad de género, sujeto.

## **Os discursos espírita e anarquista acerca da mulher: relações de gênero na *belle époque* carioca**

Maria Claudia Novaes Messias  
Ana Maria Jacó-Vilela  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Investiga-se, neste trabalho, a partir de uma análise de gênero, o discurso dos movimentos espírita e anarquista acerca das mulheres, no período de 1889 a 1922, no Rio de Janeiro. A perspectiva teórico-metodológica se insere no campo da historiografia, mais especificamente da nova história, e o principal recurso metodológico é a análise bibliográfica e documental. Em primeiro plano, a eleição do gênero como categoria de análise histórica parte da percepção de que este é fundamental para a compreensão de qualquer acontecimento histórico, como elemento constituinte das relações sociais e uma forma primordial de significar as relações de poder. Portanto, inserir as mulheres na história provoca uma resignificação do que tradicionalmente é tido como historicamente relevante. A escolha do espiritismo e do anarquismo deve-se, sobretudo, a uma singularidade desses movimentos: ambos apresentavam discursos sobre a mulher destoantes dos hegemônicos. Em seus pressupostos, encontra-se uma postura diferenciada em relação à mulher, na qual a ideia da igualdade entre os sexos assume um papel relevante, não seguindo a tendência de atribuir às mulheres um lugar de submissão e silêncio. O espiritismo e o anarquismo foram movimentos que se expandiram entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, chegando ao Brasil no mesmo período. Estiveram preocupados em se posicionar sobre as questões mais importantes da época, como as relações entre os gêneros, o lugar da mulher na sociedade, a família e a maternidade. A partir de suas principais reflexões teóricas, ambos propunham e reivindicavam igualdade para as mulheres; defendiam a educação, o acesso ao mercado de trabalho, a igualdade de direitos e a construção de uma sociedade na qual metade da população não fosse excluída da participação social, política e religiosa. No Brasil, no período estudado (1889-1922), a mulher passava a ocupar papel central nos postulados médicos e religiosos. Antes desprovida de importância, aos poucos é levada a uma posição de destaque enquanto esposa e mãe, guardiã da missão de educar os futuros cidadãos da nação. Tratava-se de uma postura que pretendia justificar a “reclusão” da mulher ao espaço doméstico e a limitação absoluta de seus direitos, com argumentos baseados nas diferenças fisiológicas e anatômicas. O que por um lado a colocava em situação de inferioridade em relação ao homem, por outro, lhe reservava um lugar de relevância na estrutura social em função do seu papel essencial como mãe. Este será exatamente o ponto crucial da justificativa para o seu encerramento à esfera doméstica e a subordinação ao homem. Contrariando os valores amplamente propalados no meio social e legitimados pela ciência, que expressavam, sobretudo, submissão e opressão da mulher, espiritismo e anarquismo propunham a liberdade, a igualdade de direitos e a emancipação da mulher. Os pressupostos do espiritismo acerca da mulher, em oposição aos discursos médico e católico, se justificam através da crença na reencarnação. Logo, não seríamos homens ou mulheres e, sim, estaríamos como tais, entendendo-se que, para a evolução completa – intelectual e moral – do ser humano teríamos que vivenciar ambas as experiências – feminina e masculina –, uma vez que os espíritos não tem sexo. Para esta doutrina, não há, portanto, distinção entre homens e mulheres, especialmente aquela baseada no

determinismo sexual, justificativa, segundo o espiritismo, para a opressão, o controle, a submissão e a violência contra a mulher. No anarquismo, por sua vez, a postura, também contrária à hegemônica, se justifica pelo questionamento e combate a qualquer tipo de autoridade e hierarquia, seja entre homens e mulheres, seja com relação ao Estado e suas estruturas, nas religiões, na família e em quaisquer relações econômicas e sociais. A liberdade é a base fundamental do pensamento e ação anarquista, necessária para o desenvolvimento humano. Contudo, para que esta seja realmente absoluta como deve ser, é essencial a erradicação completa de qualquer forma de autoridade, com a qual não é possível existir liberdade. Sendo assim, pretende-se refletir sobre os modos como estes discursos e suas práticas atravessaram as experiências femininas e as relações de gênero, no final do século XIX e início do século XX, no Rio de Janeiro.

Palavras-Chave: gênero, mulher, história, espiritismo, anarquismo

Fonte de financiamento: Capes

### **Os evangélicos e a psicologia no Brasil – a polêmica em torno do tratamento de homossexuais**

Filipe Degani-Carneiro  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Este trabalho integra projeto de tese de doutorado que versa sobre uma investigação histórica sobre as condições de emergência do maciço interesse pela Psicologia observado entre fiéis evangélicos nos últimos anos no Brasil, o qual se manifesta tanto no interesse pela Psicologia enquanto profissão leiga, quanto na utilização do conhecimento psicológico em atividades eclesiais. A partir da década de 1990, o investimento evangélico na Psicologia cresceu de forma visível e suscitou diversos confrontos entre setores protestantes (tanto de profissionais “psi” quanto de lideranças político-religiosas) e os órgãos de regulação profissional, notadamente o Conselho Federal de Psicologia (CFP). Um destes embates mais renhidos na atualidade, que colocou o movimento LGBT ao lado do CFP refere-se às organizações evangélicas que oferecem psicoterapia com objetivo de reversão da homossexualidade. Em resposta à denúncia feita por instituições militantes do movimento LGBT, o CFP aprovou a Resolução CFP nº 01/1999, que estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da orientação sexual, determinando que os psicólogos não podem promover nenhum tratamento que patologize a homossexualidade ou lhe ofereça cura. As tensões entre evangélicos e movimento LGBT prosseguiram no início do século XXI, com o processo ético movido contra a psicóloga evangélica Rozângela Justino, a qual recebeu do CFP pena de censura pública em 2009. O embate alcançou grande destaque midiático. Diversos setores evangélicos vieram a público defendendo Rozângela, questionando a constitucionalidade da Resolução, bem como o direito de psicólogos oferecerem seus serviços profissionais a indivíduos que a procurem voluntariamente. Dentre tais setores, ocupa papel de destaque a Frente Parlamentar Evangélica (FPE) no Congresso Nacional, numerosa bancada de deputados e senadores articulados em torno da oposição a temáticas progressistas no campo dos direitos humanos. Os capítulos mais atuais desta controvérsia consistiram: a) no PDC 234/2011

do deputado João Campos, integrante da FPE, conhecido como o projeto da “cura gay”, o qual propunha sustar os artigos 3º e 4º da Resolução CFP 01/1999, sob argumentos de que os mesmos seriam inconstitucionais, por privar os sujeitos com sofrimento psíquico por conta de sua orientação sexual de buscarem auxílio psicológico, bem como por proibir os psicólogos de atender tais sujeitos; b) o processo ético contra Marisa Lobo, psicóloga também evangélica, que resultou na aplicação de pena de cassação pelo CRP-PR (decisão que comporta recurso). Tal questão se encontra distante de solução, uma vez que a polêmica entre setores evangélicos envolvidos no combate à agenda do movimento LGBT e o CFP permanece em aberto. Este caso é exemplar da postura crítica por parte do CFP a iniciativas de articulação entre religiosidade e atuação profissional em Psicologia. Atualmente, os evangélicos são o segmento religioso que mais cresce no Brasil nas últimas décadas, apresentando uma expansão não apenas quantitativa, mas notadamente em termos de seu destaque no cenário social brasileiro. Por outro lado, as articulações entre Religião e Ciência são fortemente observadas na História da Psicologia no Brasil desde o período colonial, onde houve importante circulação de escritos católicos com temáticas psicológicas (“psicologia da alma”), até meados do século XX, com a introdução da psicologia em seminários católicos para auxiliar a formação dos padres. Tais articulações têm adquirido sua faceta mais visível no campo evangélico, em iniciativas como as descritas acima – embora as mesmas estejam distantes de ser únicas, no que tange à inter-relação entre Psicologia e campo religioso. Neste sentido, impõe-se a necessidade de reflexão histórica sobre os sentidos da apropriação do discurso psicológico efetuada por este campo religioso. Nosso objetivo é lançar luz sobre o sentido da articulação entre fé e psicologia empreendida pelas iniciativas evangélicas acima descritas, bem como dos interesses sociais e motivações implicados nesta apropriação de forma bilateral, isto é, o que “há” na psicologia que atrai os evangélicos e o que “há” nos evangélicos que demanda interesse na psicologia.

Palavras-chave: evangélicos, protestantismo, religião, homossexualidade

### **Sessão 13. Enredando a psicologia e a filosofia**

#### **O lugar da psicologia racional da metafísica alemã (1720) no pensamento de Christian Wolff**

Thiago Constâncio Ribeiro Pereira  
Saulo de Freitas Araujo  
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)

Apesar de algumas mudanças positivas nas últimas três décadas, a historiografia da psicologia ainda se encontra bastante em falta no que diz respeito ao pensamento psicológico do filósofo alemão Christian Wolff (1679-1754). É verdade que mesmo na literatura brasileira vem-se popularizando o reconhecimento de Wolff como um dos principais atores na constituição da noção de psicologia como uma disciplina especial com objeto, método, linguagem e fronteiras próprias. Não obstante, deve-se reconhecer

que mesmo entre estudiosos especialistas no pensamento wolffiano ainda existem significativas lacunas a serem preenchidas. Uma delas diz respeito ao exame da psicologia racional desenvolvida em sua obra *Metafísica Alemã* (1720). Além de fundar a clássica divisão entre psicologia empírica e psicologia racional, Wolff também dividiu seus escritos psicológicos (assim como sua obra em geral) em dois grupos distintos: escritos alemães, entre os quais se encontra sua *Metafísica Alemã* (MA, daqui em diante), que contém a primeira apresentação de sua psicologia; e escritos latinos, entre os quais se encontram os tratados *Psychologia empirica* (1732) e *Psychologia rationalis* (1734). Em função da maior fama destes últimos, e da ênfase da historiografia da psicologia nos desdobramentos históricos do que viria a ser conhecido como psicologia empírica-experimental no século XIX, tornou-se habitual na literatura a opinião de que foram os tratados latinos de Wolff, e em especial sua psicologia empírica, que verdadeiramente exerceram influência no desenvolvimento histórico da psicologia. Partindo do reconhecimento de que semelhante opinião é insustentável sem um amplo exame do contexto histórico, assim como das relações de continuidade e ruptura entre as disciplinas e obras de Wolff, este estudo busca dar um primeiro passo em direção a ele. Como parte da pesquisa de doutorado “A Unidade da Psicologia no Pensamento de Christian Wolff”, nosso objetivo é analisar o lugar da psicologia racional da MA no pensamento de Wolff. Para tanto, foram consideradas, além da MA, as obras alemãs *Notas à Metafísica Alemã* (1724) e *Notícias Pormenorizadas de Seus Próprios Escritos* (1726), a obra latina *Discurso Preliminar sobre Filosofia em Geral* (1728), assim como a literatura historiográfica sobre o período. Dois resultados principais nos levaram a por em xeque a opinião mencionada. Primeiramente, levando em consideração o momento histórico-cultural vivido por Wolff (Iluminismo Alemão, ou *Aufklärung*), a sua MA constitui uma de suas maiores contribuições para o pensamento e cultura alemã, assim como para a psicologia em especial. Tonando-se um best-seller no período, tanto pela escrita em língua alemã, quanto pela exposição própria para o ensino filosófico, foi esta obra que consolidou parte significativa do vocabulário filosófico alemão moderno, e estabeleceu a base curricular para o ensino de metafísica durante as décadas seguintes, além de introduzir a psicologia na agenda intelectual e cultural alemã. Em outras palavras, em vista do papel de *Aufklärer* de Wolff, marca fundamental de seu pensamento e biografia, pensamos ser no mínimo apressada a opinião de que a MA ocupa ali um lugar menor. Em segundo lugar, a psicologia racional, além de possuir diversas funções fundamentais de caráter teórico e moral no sistema filosófico de Wolff, como o oferecimento de princípios para a teologia, assim como para a fundamentação racional da religião (entre outras), possui também outro papel marcante: ela parece ser um fator determinante para a separação entre psicologia empírica e racional. Após a publicação da MA, Wolff passou a sofrer muitos ataques dos teólogos pietistas e outros intelectuais da época, chegando a ser expulso do território prussiano por 17 anos. As fontes primárias e secundárias indicam que o conteúdo de sua psicologia racional, em especial a sua defesa da teoria da harmonia pré-estabelecida entre corpo e alma, foi o principal motor desta oposição, levando-o a separá-la formalmente da psicologia empírica, resguardando os fundamentos que desta derivava para a moral e política em seu sistema. Estes dois resultados, ao lado do reconhecimento do impacto dessa psicologia na obra de pensadores da época como A. Baumgarten, M. Mendelssohn, I. Kant, e ainda outros do século XIX como W. Wundt e W. James, nos leva a crer que a psicologia racional da MA merece uma maior atenção na historiografia da psicologia. Cremos que este estudo constitui ainda uma útil ilustração da necessidade de consideração das múltiplas relações entre psicologia e outros campos do conhecimento na execução de exames históricos, em especial naqueles relativos ao século XVIII.

Palavras-chave: psicologia racional, metafísica alemã, Christian Wolff

Fontes de financiamento: UFJF, CNPQ, CAPES

## **Ressonâncias entre a abordagem da enação e a psicologia clínica**

Veronica Torres Gurgel

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Este trabalho tem o objetivo de realizar uma intercessão entre as teorias de Francisco Varela (enação e autopoiese), e a psicologia clínica. Embora formulada por um biólogo e incluída no campo das ciências cognitivas, a abordagem de Francisco Varela se distancia do cognitivismo computacional e apostamos que essa posição peculiar no campo das ciências da cognição é potente na produção de ressonâncias com os estudos de produção de subjetividade. Isso porque ambas são perpassadas pela noção de co-engendramento entre mundo e organismo. Quando pensamos em ciências da cognição, normalmente pensamos no cognitivismo computacional. Do mesmo modo, ao imaginarmos uma clínica psicológica orientada por estudos cognitivos, somos remetidos às Terapias Cognitivo-Comportamentais (TCC). Entretanto, esse é um hábito que precisa ser desfeito, pois os estudos sobre a cognição não são homogêneos. Em oposição ao cognitivismo, temos a abordagem da enação, criada por Varela. Antes de desenvolvê-la o autor formulou a teoria da autopoiese, com Humberto Maturana. Embora haja diferenças entre as duas, elas têm intercessões, pois têm como alicerce o ser vivo, cuja organização é eminentemente circular, em que meio e organismo se criam mútua e incessantemente. Da mesma forma, os estudos da produção de subjetividade são marcados pela compreensão de que sujeito e objeto encontram-se engendrados. Isto é, pela recusa da existência de polos predefinidos em favor da concepção de co-criação. Como Guattari & Rolnik (1986) apontam, os modos de subjetivação se configuram em sintonia com vetores históricos, econômicos, sociais, psicológicos e até mesmo tecnológicos. A subjetividade é produzida por agenciamentos, isto é, relações entre componentes heterogêneos – biológicos, sociais, maquínicos, etc – em que não há determinismo ou previsibilidade (GUATTARI & ROLNIK, 1986). Ela não opera por meio da interiorização de “coisas” que lhe são exteriores, na medida em que tais “coisas” formam as composições que constituem a produção de subjetividade. Tomando como base Gilles Deleuze e Félix Guattari. Subjetividade é “o conjunto das condições que torna possível que instâncias individuais e/ou coletivas estejam em posição de emergir como território existencial auto-referencial” (GUATTARI, 1992, p.19). Portanto, subjetividade é diferente de *sujeito*, pois ela supõe um processo incessante de produção: ela é produzida, fabricada, modelada, consumida. Essa noção se aproxima do conceito de autopoiese, elaborado por Maturana e Varela em *A Árvore do Conhecimento* (2001). Este termo se refere a uma forma de organização dinâmica responsável por garantir a emergência do organismo e do meio que lhe é correspondente. Assim, para ambos, sujeito e objeto surgem a partir de seu co-engendramento e são produzidos em um processo fundamentalmente circular, que não encontra seu início ou seu fim em nenhuma entidade pré-estabelecida. Não há qualquer caminho pré-definido, finalidade determinada (KASTRUP, 1995) ou indivíduo

originário evoluindo e agindo em um mundo que lhe é exterior. Portanto, não há um *si mesmo* essencial, um *eu* mais profundo. A configuração que uma subjetividade assume em dado momento se dá como um processo de conexão entre os múltiplos componentes que a atravessam o tempo todo. Entretanto, isso não quer dizer que reine um caos absoluto. Existem estabilidades relativas, pois regras temporárias estão sempre se delineando. O que garante essa condição mínima de estabilidade é o *território* (DELEUZE & GUATTARI, 1997), que se constitui a partir de certa repetição e regularidade. Ele é habitado com presteza para a ação e conforto: dentro de um território não precisamos refletir a todo o momento sobre cada uma de nossas escolhas e temos o sentimento de “estar em casa”. Contudo, haveria uma experiência capaz de desconfigurar esse modo de agir corriqueiro. A essa experiência Varela dá o nome de *breakdown* (VARELA, 2003), sinalizando uma desestabilização da dinâmica autopoietica. Ele é vivido como uma experiência de estranhamento ou ausência temporária de sentido e nos força a mudar. Todavia, a necessidade de transformação produz desconforto. Em certas configurações, a subjetividade pode tentar frear o processo de produção de si, ou seja, a dinâmica autopoietica. A desaceleração dessa “autopoiese ampliada” produz o sintoma, que é “o sentimento de impossibilidade de operar sua autopoiese, é a angústia diante de um problema para o qual não se vê solução” (KASTRUP, 2007, p.181). Conforme perdemos a capacidade de nos recriar, nos fixamos em regras já estabelecidas e que não necessariamente estão em sintonia com as necessidades correntes. Nossa autonomia se enfraquece, nossa capacidade de produzir constantemente novas regras temporárias encontra-se restringida e ficamos carentes de potência produtiva (ROLNIK, 2007). A clínica é um espaço para provocar rachaduras em territórios cristalizados, revitalizando a dinâmica autopoietica. O psicólogo atua como um catalisador de mudanças, possibilitando o surgimento de novos agenciamentos e regras temporárias (GUATTARI, 1992). O que está em jogo é acompanhar os processos de *breakdown*, territorialização e desterritorialização, assumindo o lugar daquele que sustenta os movimentos de expansão da vida e de criação de novos sentidos.

Palavras-chave: enação, subjetividade, psicologia clínica

### **A adaptação vista pela psicologia analítica: um diálogo possível entre Darwin e Jung**

Victor de Freitas Henriques  
Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Em 1859, o naturalista britânico Charles Darwin (1809-1992) publicou uma das obras de maior renome no cenário científico mundial, intitulada *A Origem das Espécies*. O enfoque principal de Darwin foi o de apresentar, por meio de inúmeras observações, a teoria de que as diversas espécies de animais e plantas, bem como as características que as definem e as diferenciam, derivariam de ancestrais comuns que, tendo sido expostos a variações dos mais diversos tipos, sofreram modificações no intuito de salvaguardarem sua existência. A essa capacidade de modificação dá-se o nome de

adaptação e, ao conjunto de fatores (variações climáticas, geológicas, disponibilidade de alimento, conflito com predadores etc.) que compelem o indivíduo a adaptar-se, Darwin chamou de seleção natural. A influência da teoria de Darwin ultrapassa o ramo da biologia estendendo-se, inclusive, à psicologia. É nesse campo que encontramos as obras do psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961). Através do conceito de psiquificação, Jung nos mostra uma forma de compreender como se dá o processo de adaptação do indivíduo ao seu meio, tendo como mediador dessa empreitada o psiquismo. Por psiquificação, entendemos o processo pelo qual o psiquismo transpõe para a esfera consciente e inconsciente conteúdos de ordem extrapsíquicas, os instintos. Desse modo, conteúdos de ordem biológica adaptativa deixariam de atuar no esquema estímulo-resposta e passaria a existir um eixo pelo qual o instinto dialogaria com a consciência, perdendo um pouco de seu caráter iminente. Ainda no campo da adaptação, Jung delineia o que chamou de tipos psicológicos. Os tipos se referem à forma de orientação do psiquismo. Aqueles cujo psiquismo se volta mais para objetos externos foram chamados de extrovertidos, e aqueles que se voltam mais para os conteúdos internos foram chamados de introvertidos. Com base nessa tipologia, Jung oferece a possibilidade de compreender a adaptação como algo multifacetado, e não como um determinante que se expressa de um único modo. A escolha da Psicologia Analítica como baliza para investigar a problemática da adaptação, justifica-se pela inovação existente nessa abordagem propiciada pelo conceito de psiquificação e pela tipologia de Jung. A importância atribuída à consciência, à conscientização de aspectos instintivos e também às tipologias, propicia um pano de fundo pelo qual se torna possível investigar os mecanismos de adaptação humana, vistos pela ótica do psiquismo. Com este trabalho, propomos investigar os processos de adaptação segundo as concepções de Jung e sua Psicologia Analítica, considerando os pressupostos de Darwin acerca da adaptação e da seleção natural, por se tratar da teoria mais difundida sobre essa temática. Ao sugerir o diálogo entre as teorias de Darwin e Jung, temos em vista as diferenciações epistemológicas que perpassam os campos de construção tanto da biologia quanto da psicologia e, dessa maneira, não nos propomos a encerrar a questão da adaptação. Pelo contrário, por entender a complexidade do assunto, nosso objetivo é oferecer subsídios para que se possa ampliar a compreensão da adaptação como um mecanismo que também se insere na ordem do psiquismo. O trabalho de Jung é vasto, e podemos perceber a criação de terminologias e conceitos próprios na tentativa de abordar os variados aspectos do psiquismo humano. Tais conceitos devem ser circunscritos à sua obra e, para compreendê-la, devemos manter o diálogo entre eles. Assim, ao buscarmos entender o que é adaptação para Jung, não podemos deixar de considerar outros de seus conceitos como: arquétipo, persona e processo de individuação. Analisar tais conceitos é entendê-los como componentes de um método, a saber, a Psicologia Analítica. Para isso, partiremos da hermenêutica, encerrada no escopo das pesquisas teóricas qualitativas, a fim de compreender os conceitos tendo como referência o próprio pensamento do autor. A adaptação parece não se tratar de mero fardo evolutivo que compartilhamos com outros seres existentes. Seu aspecto biológico possibilita nossa conservação enquanto espécie, mas é no seu aspecto psíquico que nos fazemos humanos. Compreender a adaptação como um mecanismo constante e que ocorre de forma multifacetada, abre a possibilidade de discutirmos questões referentes ao adoecimento psíquico, podendo este ser encarado como uma dificuldade advinda do não reconhecimento do sujeito no meio em que está inserido.

Palavras-chave: psicologia analítica, adaptação, Jung, Darwin, psiquificação



## Os pioneiros dos estudos psicológicos da memória

Ronald Clay dos Santos Ericeira  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

Há séculos a memória humana interessa os estudiosos de diversas áreas, visto ser um processo cognitivo intrincado com diversas outras esferas psicológicas, como a linguagem, o pensamento e construção de identidade. O helenista Jean-Pierre Vernant lembra que, inicialmente, a memória estava ligada à Deusa Mnemosyne, que era capaz de transportar os poetas ao coração dos acontecimentos antigos. Somente no período platônico, o aspecto mítico da memória é incorporado em uma teoria geral do conhecimento, sendo, na época aristotélica, atrelado à ideia de um tempo cronológico, no qual a memória seria a consciência do tempo decorrido. É efetivamente esta noção da memória como sendo do passado o fulcro das investigações fenomenológicas de Paul Ricoeur. Em sua visão, o trabalho mnemônico tem como finalidade a busca da lembrança dos eventos vividos, impedindo-os de serem esquecidos. No fim século XIX, os psicólogos passaram a estudar sistematicamente a memória humana. Nesses termos, o objetivo desta comunicação é delinear formas pelas quais os saberes psicológicos sistematizaram e teorizaram os estudos da memória. Não se pretende esgotar a dispersão de eixos teóricos da memória, mas identificar como três estudiosos pioneiros, considerados clássicos, compreenderam esse processo cognitivo, a saber: Ebbingaus, Bartlett e Atkinson e Shiffrin. Em 1885, Hermann Ebbingaus publicou o livro 'Memory: a contribution to experimental psychology'. Em sua ótica, a função da memória seria armazenar experiências sensoriais passadas. Contrariando as premissas wundtianas, Ebbingaus investigava a memória empregando métodos experimentais de laboratório. Para este fim, este psicólogo alemão desenvolveu a técnica de memorização das sílabas sem sentido, buscando reduzir a interferência do significado, das expectativas e do estado subjetivo sobre a memória humana. A partir destes experimentos, Ebbingaus teorizou sobre a curva do esquecimento e sobre a curva da aprendizagem. Por seu turno, em 1932, o psicólogo britânico Frederic Bartlett lança a obra Remembering. Sua proposta foi estudar a importância de motivos e valores culturais no material evocado pela memória. Sua hipótese de pesquisa era que os hábitos e as expectativas tinham influência ativa na forma pela qual os sujeitos lembravam. Seu principal instrumento de pesquisa eram histórias contadas aos sujeitos colaboradores. Estes comumente evocavam os trechos e os personagens que lhes eram mais significativos. Em outra perspectiva teórica, os psicólogos norte-americanos Atkison e Shiffrin formularam um modelo cognitivo de funcionamento da memória conhecido como modelo modal. Nessa modelo teórico, a porta de entrada das informações na memória humana seria as sensações. Após o processamento sensorial, os dados seriam armazenados na memória de curto prazo. Esta teria uma dupla função: encaminhar as informações importantes para a memória de longo prazo e exercer o papel de controle de armazenamento/evocação de dados. Sendo considerado demasiadamente esquemático e incompleto, o modelo modal foi substituído pelo modelo multicomponente que concebia as seguintes estruturas como integrantes da memória: executivo central, alça fonológica, esboço visuo-espacial e episodic buffer. O executivo central seria o cerne da memória e manipularia as informações sensoriais. A alça fonológica armazenaria as informações verbais, enquanto que o esboço visuo-

espacial registraria dados espaciais e imagéticos. Por sua vez, o episodic buffer seria o responsável de fazer a interação entre os distintos conteúdos da memória e de levar as informações até a memória de longo prazo. Embora não esgotando todas as dimensões da memória, tais estudos são considerados pioneiros no que tange aos esforços dos saberes psicológicos na busca da compreensão da memória humana. Em síntese, foram propostas teóricas originais que ajudaram a alicerçar esse campo de estudo da Psicologia.

Palavras-chave: memória, estudos pioneiros, teorias clássicas

### **A influência de William James sobre a obra de C. G. Jung**

Pedro Henrique Costa de Resende

Walter Melo Junior

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

Carl Gustav Jung foi um importante autor e psiquiatra do século XX, tendo iniciado sua carreira científica sob a supervisão de Eugen Bleuler, no hospital de Burgholzli, na Suíça. Suas ideias elaboradas ao longo de décadas de trabalho clínico sempre tiveram como objeto central de estudo o ser humano, em sua existência, projetos e conflitos. Suas teorias influenciaram os mais diversos campos do conhecimento, como a psicologia, a antropologia, a teologia, entre outros. No entanto, ainda são poucos os estudos sobre os autores que seriam seus marcos referenciais. Segundo Shandasani, em seu livro de 1999, 'Jung e a construção da psicologia moderna', dentre as principais influências teóricas de Jung estava à obra de William James. James é um dos pioneiros no estudo da psicologia na América. Seu percurso como cientista e teórico começou com sua formação em medicina pela Universidade de Harvard, onde também foi professor de fisiologia, até seu interesse se direcionar para a psicologia. Posteriormente, inserido no contexto da filosofia, se torna um dos principais expoentes do pragmatismo. Como primeiro ponto de contato entre os dois autores, podemos destacar a conferência realizada na Universidade de Clark, nos Estados Unidos, no ano de 1909. Jung havia sido convidado para apresentar seu trabalho pela primeira vez na América, ainda inserido no movimento psicanalítico, apresentou seu estudo sobre associações de palavras. Nesta conferência, C. G. Jung se encontra com William James, mais tarde em suas 'Cartas'(volume II), ele afirma que o filósofo americano foi uma das figuras mais importantes em sua formação. O diálogo estabelecido entre os dois autores, na época, teve como tema a pesquisa da experiência religiosa. James já havia desenvolvido um estudo sobre a temática religiosa em anos anteriores, especialmente em seu trabalho de 1902, 'As Variedades da experiência religiosa'. Jung aborda a questão ao longo de toda a sua obra, principalmente em seu livro de 1939, 'Psicologia e Religião'. No entanto, a influência da teoria de James sobre o trabalho de Jung não se limitou aos estudos sobre religião. Jung considerava a teoria pragmática como elemento importante de sua psicologia analítica. Em sua experiência clínica, o psiquiatra suíço defendia a regra pragmática como diretriz fundamental, na qual o valor prático de cada palavra era extraído e colocado dentro da corrente da experiência. A teoria torna-se dessa forma móvel e adaptável, sendo a verdade algo que se modifica e se expande, uma premissa seria verdadeira de acordo com a possibilidade que oferece de conduzir um pensador de

uma experiência para outra. O trabalho em questão trata-se de um recorte de pesquisa de mestrado e, para a análise das influências teóricas de William James sobre a obra de Jung optou-se pela hermenêutica, com destaque para a noção de conversação hermenêutica de Hans George Gadamer. Com o termo influência, entende-se as análises, críticas e apropriações de ideias de James por Jung. Segundo Gadamer, o processo compreensivo é dinâmico e se realiza pela análise da intenção dos autores na produção de seus discursos, levando em consideração a relação histórica dos mesmos. Entre os resultados preliminares deste estudo podemos citar no livro ‘Psicologia e Religião’ a referência a James. Jung, ao analisar as diferentes posturas humanas em relação ao que é considerado objeto de devoção, se aproxima da perspectiva jameseana, afirmando que não está estudando as profissões de fé ou as religiões institucionalizadas, mas as experiências humanas individuais portadoras de forte carga emocional, a própria psique para o autor apresentaria uma função religiosa. Da mesma forma, no capítulo ‘O problema dos tipos na filosofia moderna’, do livro ‘Tipos Psicológicos’, Jung faz um estudo detalhado da obra ‘Pragmatismo’, destacando a diferença dos temperamentos humanos na construção do conhecimento. A questão principal apontada por James e analisada por Jung é como certas características individuais são determinantes na escolha dos objetos de pesquisa. No campo da filosofia, os indivíduos idealistas tenderiam a teorias mais conceituais e abstratas, enquanto os empiristas a construções teóricas baseadas na observação dos fatos. Os tipos descritos por James são analisados por Jung, que aponta certas conclusões que podem ser generalizadas a todas as pessoas, enquanto que em outros momentos, critica certas limitações das explicações do filósofo americano, como considerar todo racionalista religioso e todo empirista como irreligioso.

Palavras-chave: Carl Gustav Jung, William James, hermenêutica

Fonte de financiamento: CAPES

## **Sessão 14. Problematizando a história da psicologia**

### **El estudio del pasado: aportes para pensar la historia de la psicología**

Miguel Gallegos  
Universidad Nacional de Rosario (UNR) – Argentina  
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

Desde los años sesenta del siglo XX se ha asistido a un fructífero intercambio disciplinario entre las ciencias sociales y humanas, lo cual ha derivado en una importante renovación para el estudio del pasado, ya sea en el marco específico de los historiadores profesionales como en el terreno de los historiadores de la ciencia y de las diferentes disciplinas científicas. Este trabajo aborda una discusión sobre las diferentes tendencias de la historia de la ciencia. A partir de la valoración de diferentes producciones se identifican los enfoques teóricos, los tópicos de estudio, la construcción de los objetos de conocimiento y las formas de encarar el estudio del pasado, todo ello con el objetivo de suscitar un debate respecto de la historia de la psicología. Tal como

se ha destacado, desde los años sesenta se abrieron nuevas formas de abordar e interpretar el pasado, cuya expresión puede corroborarse en las prácticas de la historia cultural, microhistoria, historia desde abajo, historia comparada, historia interconectada, etc. Por su parte, en el campo de la historia de la ciencia, también se asistió a una renovación de los marcos interpretativos, a partir de la tensión que se verificó entre la filosofía de la ciencia, la historia de la ciencia y la sociología de la ciencia. Entretanto, la proliferación de nuevos campos de conocimiento tales como los Estudios Culturales, los Estudios de Género, los Estudios De-Pos-Coloniales o Subalternos y los Estudios Sociales de la Ciencia y la Tecnología, facilitaron la reorientación de las investigaciones históricas acerca de la ciencia y las diferentes disciplinas científicas. Como se registra en el campo más general de la historia de la ciencia, las producciones históricas de la psicología se han desplazando desde las narraciones generales hacia narraciones más delimitadas temáticamente y circunscripta a determinados ámbitos geográficos. Atrás quedaron las meganarraciones y las grandes construcciones históricas de la psicología tendientes a visualizar un pasado homogéneo, amplio y global. De este modo, parecen disolverse los relatos globales de la psicología, lo que ha sido denunciado como una pérdida de internacionalismo. Favorablemente, algunos autores han promovido la extensión de ciertos enfoques historiográficos tendientes a balancear entre lo local y global, enfatizando un rol más dinámico del conocimiento, el cual si bien tiene un contexto específico de producción, no deja de ser afectado cuando se recepciona en un contexto diferente. Entretanto, los estudios culturales, y en particular, los estudios sobre recepción literaria han permitido visualizar de una forma diferente el proceso comunicacional de la ciencia, puntualizando que la movilidad del conocimiento entre diferentes contextos genera impactos en ambos lados. Estos planteos también han sido enriquecidos por los estudios de género y los estudios de-pos-coloniales o subalternos, los cuales exponen ciertas visiones críticas sobre la invisibilidad de la mujer en la ciencia, el imperialismo científico y la colonialidad del saber. Estos estudios, han favorecido nuevas lecturas sobre el pasado de la ciencia, permitiendo una comprensión diferente del género, el poder y la forma de hacer ciencia. También se ha manifestado una diversificación de las temáticas de estudio y los objetos definidos para la pesquisa histórica en psicología. Para reconocer esta diversidad, solo es necesario revisar las revistas internacionales especializadas en el área, o bien si se quiere una mirada latinoamericana, los números monográficos que últimamente se han publicado, o bien las actas de los encuentros temáticos en Argentina y Brasil, donde se constata la mayor concentración de investigadores en historia de la psicología en la región. Todos estos movimientos no acontecen por azar, más bien responden a circunstancias específicas de la práctica histórica en la actualidad. Por un parte, es el efecto de la creciente profesionalización, la multiplicación de los equipos de investigación y la mayor especialización de los investigadores, lo que ha redundado en la amplitud de los enfoques historiográficos y la diversificación de las temáticas de estudio. Por otra parte, se corresponde con la disponibilidad de las fuentes documentales, las cuales parecen determinar lo que se investiga. En cierta medida, el repliegue hacia los estudios micros tiene que ver con esta disponibilidad de las fuentes documentales. De cualquier manera, no hay que perder de vista la posibilidad dada por los nuevos enfoques historiográficos mencionados, sobre todo aquellos que permiten salir de lo estrictamente local (con absoluta dislocación de lo internacional) o lo excesivamente internacional (con total pérdida de referencia local).

## Sermões do padre Antônio Vieira, como fontes de pesquisa em história dos saberes psicológicos

Sandro Rodrigues Gontijo

Marina Massimi

Universidade de São Paulo (USP Ribeirão Preto)

A história dos saberes psicológicos é parte da história da psicologia, tendo como campo de investigação conhecimentos “pré-científicos” da psicologia. Tomando-se o devido cuidado para não cair em anacronismos, é possível evidenciar como alguns temas pertencentes “a(s) psicologia(s)” foram tratados em outros períodos, por outras áreas de saber e com outras visadas. Tal operação não tem como objetivo o resgate ou reatualização de conhecimentos passados, mas ajudar a clarear as distinções e escolhas epistemológicas atuais, e evidenciar o forte vínculo entre psicologia e cultura. Aclarando a história de um tema, podemos repropor problemas, ampliar categorias e rever metodologias. Além disso, a psicologia contemporânea é nosso esforço atual em tentar abarcar objetos e temas muitas vezes presentes na história. Entendemos que, se a cultura é o âmbito dos significados que os homens atribuem à existência e à realidade, então ela contém também os significados da própria vida psíquica. Nesta perspectiva de investigação há a intenção de legitimar produções culturais, das mais diversas, como fontes de pesquisa. Neste trabalho elegemos os sermões do século XVII, de autoria do jesuíta Antônio Vieira (1608-1697), como exemplo de fonte de investigação. Nosso objetivo é indicar saberes psicológicos neste material, assim como a exposição do respectivo método de pesquisa. Para tal, os sermões são transformados em documentos, ou seja, sofrem uma “operação historiográfica”, onde há uma atuação direta do pesquisador, reordenando e redistribuindo este objeto de outra maneira, obtendo uma nova “distribuição cultural”. Nesta operação técnica se estabelecem hipóteses e questões iniciais, identifica-se o contexto de produção, efetiva-se o recorte e fixa-se o *corpus* de pesquisa, procedendo à análise do material e escrita sistematizada dos resultados (historiografar). Inicialmente pressupomos que o autor se apropriou da psicologia filosófica aristotélica da época. Analisamos 208 sermões onde foram catalogados e categorizados excerto com ideias ou termos do léxico aristotélico-tomista (tais como memória, imaginação, sentidos internos, sentidos externos, potências da alma, percepção, paixões, afetos, apetites, reminiscência, razão, alma racional, alma sensitiva, alma vegetativa, espírito, vontade, livre alvedrio, etc.). Delineamos o possível contexto de produção geral dos sermões, a formação jesuítica do autor e sua atuação histórica e os possíveis usos e sentidos dos tópicos presentes nos excertos. O que inicialmente indicamos por saberes psicológicos ganha delineamento e especificidade no documento a partir da visão de mundo do período. Observamos quatro registros básicos como fontes de saberes psicológicos: a chamada *scientia de anima* (contem uma matriz aristotélico-tomista, mas a extrapola); a *ars retórica*; os Exercícios Espirituais de Inácio de Loyola; e o pensamento Agostiniano. A *scientia de anima* (ciência da alma) é uma área de conhecimento constituída nos séc. XVI e XVII e que produz um modelo psicológico e antropológico (indicando teoria da percepção, das emoções e da cognição) e gera uma teorética. A *ars retórica* tem, de modo geral, papel de destaque na Idade Moderna, tornando-se em nosso recorte, por um lado uma teoria dos afetos (paixões e apetites) — definindo suas características e dinâmicas — e teoria da persuasão (intercambiando razão e emoção); por outro lado quando executada na pregação tem função de “psicologia aplicada”, tendo por objetivo último a *metanoia* (conversão), mas

circunstancialmente, mudança dos afetos e alteração do comportamento. Já os Exercícios Espirituais, subsidiam nos sermões uma teoria da imaginação e reminiscência que, para além do contexto de espiritualidade a que pertence, abrem espaço para uma teoria de ordenação psíquica por imaginações, lembranças, exame de consciência e conhecimento de si. Nos sermões nota-se a influência agostiniana em teorizações sobre o conceito e a natureza da alma, o papel da memória e elementos para uma incipiente noção de “subjetividade”. Assim, colocamos intencionalmente a ótica de análise dos sermões segundo seu uso como fonte de estudo e documento indicativo da presença de um legado cultural que reverbera até a contemporaneidade e compõe uma “psicologia” do séc. XVII.

Palavras-chave: metodologia, história da psicologia, sermões, cultura

Fonte de Financiamento: FAPESP

### **Interpretación, tradición y canon: para una reconstrucción crítica de la historiografía psicológica**

Bruno Andrés Jaraba Barrios  
Universidad Nacional de Colombia

Se propone la noción de canon historiográfico como instrumento apropiado para la construcción de objetos de investigación historiográfica. A partir de una concepción construccionista de la literatura científica, según la cual tal literatura no representa su objeto, sino que lo construye es posible abandonar la pretensión de elaborar un corpus, catálogo de entidades –textos- a construir un sistema de relaciones entre esas entidades, siguiendo el consejo que Bourdieu, Chamboredon y Passeron ofrecen en *El Oficio del Sociólogo*, a partir de la epistemología de Gastón Bachelard, sobre la necesidad de construir el objeto a investigar. Además, así sería posible adelantar un ejercicio crítico sobre este sistema de textos, pues al acotarlo, identificando sus criterios internos de inclusión y exclusión podría señalar sus límites así como las estrategias e incluso los motivos de sus productores para mantener esos límites. Para reconstruir desde su interior mismo el canon, este puede definirse como una red de textos que mantienen entre sí relaciones evidentes en cuanto a:

- a. enfoque histórico e historiográfico: asumen maneras análogas de concebir los problemas históricos y de realizar su reconstrucción,
- b. tópicos: muestran similar elección y delimitación de problemas, periodos, eventos, etc.,
- c. estructura: los criterios de organización de los textos son semejantes, y
- d. referencias: comparten un cuerpo común de fuentes bibliográficas, lo que implica, como ya señalé, que citan sistemáticamente ciertos trabajos, a la vez que sistemáticamente omiten otros, y
- e. legitimidad: su reconocimiento como historia oficial e indiscutible de parte de los sectores dominantes de la comunidad cuya historia relata. Establecidas estas condiciones es posible identificar los que podríamos llamar ‘clásicos’ dentro del canon; aquellos textos cuya estructura y tópicos se hacen recurrentes en la ulterior literatura sobre el tema y que, además, señalan las fuentes válidas que pueden y deben ser referenciadas al momento de emprender investigaciones similares. El concepto así

elaborado de canon se relaciona con otros dos que afianzan su potencial crítico: uno es el de tradición historiográfica, planteado por Hugo Klappenbach (2006), que hace referencia a las operaciones intelectuales realizadas por una determinada narración o conjunto de narraciones históricas sobre la ciencia, y que al presentar de cierto modo el pasado de esa ciencia apoya y legitima en el presente determinadas estructuras institucionales de la disciplina en cuestión. El canon sería el soporte textual de esas operaciones intelectuales o estrategias discursivas que usan el pasado como recurso dentro de disputas de autoridad actuales. Ahora bien, según Klappenbach la finalidad de las tradiciones historiográficas se limita a legitimar un cierto orden institucional. Eso, si bien es válido, sólo es posible dentro de un proceso de mayores dimensiones: la producción de lo que Olga Restrepo (1998, 2000) ha llamado interpretación pública de la realidad: el conjunto de creencias que da forma al mundo propio de una determinada comunidad y, en el caso de una comunidad científica, al orden social y epistémico que se considera legítimo. Orden que puede a su vez expresarse en términos de demarcación sociocognitiva: cuáles saberes y prácticas pueden considerarse legítimamente científicos o pertenecientes a una determinada ciencia y quiénes son los agentes autorizados de esos saberes y prácticas. Para hacer explícitas las relaciones entre los conceptos anotados, puede afirmarse entonces que el canon historiográfico de una disciplina es una red de textos que moviliza de manera hasta cierto punto coherente una serie de operaciones intelectuales — una tradición historiográfica — productoras de una determinada interpretación pública de la realidad respecto a esa disciplina. ¿Cuáles son las posibilidades abiertas por este instrumental metodológico? ¿Cuáles son sus límites? ¿Con cuáles otros conceptos pueden interactuar para enriquecer el propósito de una historia crítica de la psicología? ¿Cómo leer nuestras historias iberoamericanas de la psicología desde la perspectiva abierta por estas nociones? Son algunas de las preguntas que a partir de los anteriores planteamientos interesaría discutir con la comunidad interesada.

Palabras clave: retórica de la ciencia, tradición historiográfica, interpretación pública de la realidad, historiografía.

### **Arqueologia e genealogia do conceito de silêncio na história da psicanálise: Freud, Ferenczi, Abraham e Winnicott**

Sergio Gomes da Silva  
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)  
Círculo Psicanalítico do Rio de Janeiro

Desde o início dos primeiros casos clínicos, Freud incitava seus pacientes a verbalizarem seus pensamentos, memórias ou lembranças, sem nenhuma censura, na tentativa de não deixar escapar nada. Eles tinham que dizer tudo, absolutamente tudo, sem esconder nada do seu médico, a mais simples ideia, palavra ou imagem, seja durante o estado de vigília, seja durante o sono através dos sonhos. Essa fórmula constituiu o “imperativo de dizer tudo” e a “regra de ouro” da psicanálise. Mas, aos poucos, Freud se deparou com a recusa dos pacientes a lembrarem de algo, ou, então,

nada vinha a suas mentes e estes silenciavam, fazendo com que o médico vienense empreendesse todos os artifícios para driblar essa situação. Com efeito, a regra de ouro da psicanálise nunca foi explicitamente anunciada por Freud, malgrado encontrarmos, em seus escritos técnicos e casos clínicos, indicações de como o médico vienense se comportava diante dos seus pacientes. Pelos seus próprios relatos e de seus herdeiros teóricos, sabemos que os analistas vienenses eram muito pouco silenciosos e passavam ao largo da neutralidade recomendada pelo mestre. Assim, o presente trabalho tem por objetivo investigar o conceito de silêncio na história da psicanálise, analisando os vários sentidos que lhe foram atribuídos na medida em que as teorias e técnicas analíticas foram se sobrepunham umas às outras. Para se alcançar esse objetivo, o silêncio foi analisado a partir de duas correntes teóricas distintas, a saber, a psicanálise clássica ou tradicional, centrada nos escritos de Sigmund Freud, Sándor Ferenczi e Karl Abraham e seus interlocutores, e a Escola Inglesa de Psicanálise, centrada no grupo independente e representada pelo pensamento de Donald W. Winnicott e seus herdeiros teóricos. Na primeira parte do trabalho, buscou-se encontrar os referentes do silêncio em sua vertente clássica compreendendo-o como resistência, censura, recalçamento, transferência e contratransferência, pulsão de vida e pulsão de morte, defesas do ego, elaboração, perelaboração e os tipos libidinais. Trata-se de uma vertente que tenta frustrar as expectativas do paciente, sendo fiel à “regra de ouro” da psicanálise, na qual o analista sustenta o “desejo de nada saber” sobre seu paciente, ou ainda o lugar do mutismo, sinal de aceitação tácita e resoluta do discurso do paciente. Na segunda parte do trabalho, buscou-se analisar o silêncio a partir das contribuições de Donald W. Winnicott e seus interlocutores, ao afirmar que o silêncio deveria ser manejado para sustentar e reparar falhas ambientais nas quais o analisando passaria ao longo da sua vida, mas principalmente na infância. Os analistas desta escola não eram tão afoitos em frustrar o paciente em sua análise. Pelo contrário, a função de restituição de falhas ambientais fazia com que estes analistas fossem mais ativos e menos neutros na sessão, intervindo com certa frequência no discurso dos seus pacientes, tomando posições clínicas contrárias à psicanálise clássica, a partir da teoria do desenvolvimento emocional primitivo, mostrando como a mãe se constitui como um primeiro continente no qual o bebê precisa mergulhar para o desenvolvimento do seu psiquismo, de um inconsciente, de um self e do seu mundo interno. Ao afirmarmos que o silêncio assume diversos sentidos no interior das teorias psicanalíticas, queremos dizer que ele se constitui como uma “gramática” diferente no tempo e na história. Por “gramática do silêncio”, queremos nos referir aos diversos sentidos que o silêncio ocupou historicamente na clínica psicanalítica, tanto em termos de manejo quanto em termos teóricos, tanto em relação ao silêncio do analista quanto ao silêncio do analisando. Na psicanálise, ou a teoria se sobrepõe ao que é vivido na clínica ou a clínica força o analista a rever seus conceitos, e, na falta de algum outro que possa descrever o seu objeto de investigação, ele terá que criar novos conceitos que respondam às necessidades da sua clínica. Reconstituir a história do silêncio na psicanálise é uma tentativa de sistematizar a diversidade de concepções e sentidos que o termo ocupou no interior do pensamento psicanalítico e encontrar, na sua gramática, os seus referentes. Buscar analisar uma “história” e um “ethos do silêncio”, segundo nossas proposições, é também revisar o corpo teórico-clínico psicanalítico como hermenêutica do sujeito.

Palavras-chaves: silêncio, metapsicologia, desenvolvimento emocional primitivo, comunicação, não comunicação, holding, interpretação



## **Foucault e o cristianismo: provocações à questão da secularização na história dos saberes “psi”**

Filipe Degani-Carneiro  
Pedro Fornaciari Grabois  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Este trabalho tem por objetivo apresentar reflexões sobre o lugar ocupado pelo cristianismo nas análises de Michel Foucault sobre a constituição das práticas de subjetivação, de normatividade e de estabelecimento de verdade no pensamento ocidental. Trata-se aqui de um exercício de articulação entre duas temáticas frequentes na historiografia dos saberes psi. De um lado, o cristianismo é verificado um papel central na denominada “história das ideias psicológicas”, enquanto matriz da cultura ocidental (notadamente em relação à emergência da noção de interioridade e individualidade) quanto observa-se sua relevância em casos mais específicos na história da psicologia no Brasil (por exemplo, desde a presença católica na circulação de ideias psicológicas do período colonial, passando pelo renovado investimento católico no ensino de psicologia, já no século XX, até o maciço investimento evangélico nos saberes psi, observado nas últimas décadas). Por outro lado, as análises de Foucault têm sido um importante instrumento para o campo psi; especialmente para aqueles interessados na historicização deste campo, de seus problemas e de seus objetos. A obra de Foucault coteja o cristianismo, quando de sua preocupação de estabelecer uma história das práticas de subjetivação. Aqui destaca-se a confissão como um elemento central, articulado às obrigações de verdade, de dogma, de cânon, e que forjou mecanismos de poder, saber e subjetividade no Ocidente que transcenderam o espaço institucional religioso. Para Foucault, com o cristianismo, instaura-se não apenas a obrigação do sujeito dizer a verdade, mas dizer a verdade sobre si: mergulhar nas profundezas de sua interioridade e confessar, exprimir tudo que havia de mais secreto. Além de constituir uma prática de enunciação de verdade, a confissão é uma prática que articula não apenas um sujeito que fala sobre si mesmo, bem como a presença de uma relação de poder, já que ela necessariamente se dirige a um outro, munido do poder de avaliar o conteúdo da confissão, bem como intervir sobre ela, a fim de julgar, punir, perdoar ou consolar. A tal modalidade de exercício de poder, Foucault denominou “poder pastoral” – caracterizado por se exercer ao mesmo tempo de forma individualizante e totalizante, sobre a “ovelha” e sobre o “rebanho”. Se por volta dos séculos XII-XIII, a confissão abandona seu caráter exclusivamente monástico, com a adoção do sacramento da penitência na cristandade católica, Foucault também analisou o deslocamento da prática da confissão do locus religioso para outros campos, como a pedagogia e a medicina. Este deslocamento se insere na incorporação pelo Estado moderno do poder pastoral na Modernidade, de forma que as tecnologias individualizantes relacionadas ao pastorado compuseram a sociedade disciplinar, na qual o poder se exerce notadamente sob a forma de uma anátomo-política, centrada no indivíduo, no corpo-máquina, com o objetivo de adestrá-lo, docilizá-lo e integrá-lo em sistemas de controle e cadeias produtivas. Por sua vez, a faceta totalizante do poder pastoral adquiriu também uma versão “secularizada”, no espírito das Luzes do século XVIII, denominada de biopolítica, centrada no corpo-espécie e na gestão das populações, com a emergência de uma governamentalidade, marcada tanto pela

emergência de políticas de Estado sobre o indivíduo e a população, quanto pela emergência das ciências humanas. Desta forma, os mecanismos disciplinar e biopolítico bem como o aprofundamento da laicização da sociedade no Iluminismo são condições de emergência dos saberes psi nos séculos XVIII-XIX. Além disto, a condução das condutas e o mecanismo de produção da verdade mediante a confissão que tomaram forma no ascetismo cristão também foram secularizados, postas a cargo tanto do Estado laico quanto dos “homens da ciência” psi e estão presentes no dispositivo da clínica psicoterápica. De igual forma, o campo religioso cristão e a Psicologia nunca cessaram de realizar mútuos investimentos e apropriações. Assim, a análise de Foucault sobre a função do cristianismo no engendramento de formas de subjetivação na cultura ocidental se apresenta, a nosso ver, útil, não apenas para uma genealogia da Psicologia, enquanto instrumento político sobre os corpos, como também para pôr em análise as próprias formas que a inter-relação entre exercício profissional em Psicologia e fé cristã apresentam no presente.

Palavras-chave: Foucault, cristianismo, história da psicologia, secularização

## **Sessão 15. Construindo a história da psicologia por meio de revistas e da mídia impressa**

### **Mídia impressa no cenário de publicação da Lei Orgânica de Saúde: a história do tempo presente sob o olhar da psicologia**

Eliane Cadoná  
Karen Nunes Montes D’Oca  
Luciana Oliveira de Jesus  
Helena Scarparo  
Marlene Neves Strey  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

O presente trabalho apresenta os resultados parciais de uma pesquisa que procura compreender discursos e sentidos produzidos sobre saúde e cuidado na mídia impressa, no cenário de publicação da Lei Orgânica de Saúde. A busca pela compreensão dos contextos linguísticos, especialmente no que se refere aos aspectos histórico-políticos, evidencia a constituição de verdades no campo da saúde. Tais verdades desenham as marcas dos espaços e das experiências construídas nesse âmbito. Garimpar sentidos no campo da saúde e cuidado nesse momento da história brasileira implica a intenção de compreender os modos de articulação da existência aos cenários sociopolíticos daquele momento. Assim, podem-se evidenciar processos por intermédio dos quais se produziram sentidos e discursos que constituíam o cenário da saúde nacional. Além disso, as reflexões sobre o tempo presente possibilitam a captura da atualidade, da novidade, da irrupção e da emergência de tendências, bem como o estabelecimento de ligações com o passado. A inconclusividade dos processos analisados, ainda que vista, em um primeiro momento, como um problema para o/a pesquisador/a, em função deste/a poder considerar definitivo algo provisório ou sobrevalorizar questões posteriormente irrelevantes para o contexto em estudo, apresenta muitas vantagens. Isso

porque o desconhecimento em relação a esse desfecho permite que o/a pesquisador/a tenha liberdade para elucubrar e considerar hipóteses, fazendo com que o/a analista tenha uma maior independência em seu estudo do que em situações em que o contexto estudado já apresente um desfecho. Para pesquisas no campo da Psicologia, este tipo de estudo se torna importante, pois impele a discussão política. Ao longo de sua história, a Psicologia foi ligada à “neutralidade”, “objetividade” e “cientificidade”, o que levou a uma negação da interferência inevitável da fronteira política em suas práticas. Para tanto, partimos de conceitos e referenciais teóricos, aliados ao Construcionismo Social e à Saúde Coletiva, que possibilitam pensar a saúde como um fenômeno complexo, pautado em discursos que almejam a superação de um modelo tecnicista ligado à doença, articulando o conceito de cuidado a uma política de existência que olha para o humano em sua integralidade, com práticas atentas à promoção de cidadania. Propomos, desse modo, por intermédio deste estudo, pensar o lugar ocupado pela Psicologia nesse contexto, bem como potencializar discussões sobre o seu fazer, evidenciando a produção de discursos ligados a uma ciência que em muitos espaços se reveste de neutralidade, negando que todo fazer é político e produtor de espaços de subjetivação. De caráter documental, a presente pesquisa propõe a análise de um jornal veiculado diariamente, no ano de 1990. Tais documentos foram eleitos para análise pela sua ampla circulação em todo o Estado do Rio Grande do Sul, bem como pela influência que exerce sobre o modo como as pessoas compreendem e dão sentido ao seu cotidiano por intermédio deste, tendo em vista que tal veículo faz parte de um grupo de comunicação em massa de ampla circulação regional e também nacional. Foram fotografados 365 jornais, registrando-se reportagens, propagandas, editoriais e entrevistas cujos títulos contivessem as palavras Saúde, Saúde Pública, Políticas Públicas de Saúde, Doença, Cura, Cuidado. Os dados foram analisados por intermédio da Análise de Discurso, com base nas perspectivas adotadas pelo Construcionismo Social. Os resultados preliminares apontam que a realidade da saúde, naquele contexto, mostrava-se marcada por um embate entre práticas de caráter higienista, com ênfase na cura e no tratamento e reabilitação e a veiculação da proposta de um sistema de saúde para todos. O discurso da saúde pública, em meio aos documentos analisados, mede forças com a política de mercado estampada nas propagandas de planos de saúde e discursos ligados a uma lógica de que a saúde depende do comportamento de cada cidadão/a. Os primeiros resultados demonstram a necessidade de realizarem-se pesquisas sobre o tempo presente, com fins de compreender os rumos que determinados fenômenos tomam no curso da história. A Psicologia, neste contexto, aliada à História e à Política, poderia ocupar um lugar de tensionamento desses discursos, propondo discussões no modo como os sujeitos são produzidos e dão sentido a suas existências no campo da saúde. Assim, passaria também a ocupar o lugar da ciência crítica, que coloca em análise o próprio modo como opera no campo de intervenção.

Palavras-chave: saúde, mídia impressa, produção de sentidos, história do tempo presente

## **A presença do marxismo na psicologia cubana: um estudo a partir de publicações da Revista Cubana de Psicología**

Gervásio de Araújo Marques da Silva  
Fernando Lacerda Júnior  
Universidade Federal de Goiás (UFG)

O presente trabalho busca contribuir no processo de investigação sobre a Psicologia em Cuba e sobre as influências da revolução cubana no processo de surgimento de abordagens críticas na psicologia cubana. Para tanto, foi realizado um estudo sobre o processo de apropriação do marxismo pelos psicólogos cubanos, tal como se manifestou em um periódico específico (Revista Cubana de Psicología). Pela análise de nove artigos encontrados no levantamento bibliográfico realizado na revista, buscou-se problematizar como o marxismo foi apropriado na história e desenvolvimento da psicologia cubana e identificar se a apropriação do marxismo desdobrou-se em análises sobre a emancipação ou sobre práticas de transformação social pela psicologia. O estudo se desenvolveu de acordo com as seguintes etapas: (a) estudo do processo revolucionário cubano e sua relação com os primeiros passos da psicologia cubana; (b) levantamento bibliográfico na Revista Cubana de Psicología; (c) sistematização e apropriação da literatura encontrada; (d) análise da literatura de acordo com os objetivos do estudo; (e) elaboração de sínteses descritivas. Assim, o estudo sobre a presença ou não do Marxismo na Psicologia em Cuba foi precedida por uma análise, ainda que geral, sobre a sociedade em que se gestaram as teorias e práticas psicológicas em Cuba e sobre o próprio processo de constituição da psicologia em Cuba. Esta análise possibilitou perceber e a existência de narrativas sobre a história da Psicologia em que há um predomínio da ênfase na presença do marxismo e na relevância social da Psicologia para o processo de transformação social da sociedade cubana. Assim, nota-se que, para historiadores da Psicologia em Cuba, há um consenso de que o marxismo, especialmente por meio da Psicologia Soviética, foi o principal referencial que orientou tanto a teoria como a prática da Psicologia em Cuba. No entanto, a análise dos textos publicados na Revista Cubana de Psicología que diretamente abordaram ou discutiram o marxismo, possibilitou identificar três tipos de textos: (a) textos que utilizam o marxismo como dispositivo de crítica de outros estudiosos ou outras correntes teóricas; (b) textos que buscam apresentar a presença do marxismo na história da Psicologia em Cuba ou na União Soviética; (c) textos abordando temáticas diversas que, em geral, abordaram a relevância do marxismo para debates sobre a epistemologia, a metodologia ou a prática da Psicologia. Ainda que o presente trabalho tenha se restringido à pesquisa e análise de alguns artigos publicados em um periódico ligado à Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana, pode-se, pela relevância desta universidade para a Psicologia em Cuba, apresentar algumas considerações sobre a articulação entre Marxismo e Psicologia em Cuba. Em primeiro lugar, o marxismo aparece como um fundamento para debates sobre epistemologia, metodologia, prática ou crítica de outras correntes teóricas. Em segundo lugar, há diversos estudos que buscam atestar a centralidade e a presença do marxismo na psicologia em Cuba. Finalmente, não foi possível identificar pela leitura e análise dos textos a existência de discussões, ainda que indiretas, sobre emancipação ou sobre novas práticas de transformação social.

Palavras-chave: psicologia Cubana, marxismo, emancipação

Financiamento: CNPq

## **“Cesse a voz dos preconceitos!”: o jornal A Voz da Raça e a questão racial no Brasil**

Hildeberto Vieira Martins  
Mariana Ribeiro Starling Diniz Freitas  
Murilo Silva Lanes Luz  
Universidade Federal Fluminense (UFF Rio das Ostras)

O presente trabalho tem como objetivo principal discutir a produção científica de cunho psicologizante (psicologia, psicanálise, psiquiatria) sobre o negro no Brasil nas primeiras décadas do século XX, mais precisamente o período compreendido entre a primeira década do século XX e o início da institucionalização da psicologia como ciência e profissão no Brasil (1910-1960). Essa produção esteve a princípio pautada em uma discussão comprometida com um projeto de ordenamento da sociedade, e teve como consequência a tentativa de criação de um modelo explicativo acerca desse grupo étnico e social a partir de determinadas características definidas, ainda à época, como raciais. Consideramos que o debate político surgido a partir do projeto de construção da nova identidade nacional republicana fomentou a constituição de uma série de movimentos sociais voltados para a busca e o reconhecimento dos direitos sociais que esse modelo republicano prometia. O surgimento de certos grupos organizados que reivindicavam direitos sociais para a “população de cor” é um dos efeitos desse processo político. A consolidação de um movimento negro organizado e unificado colocou em relevo a questão racial em seus vários aspectos: social, político, econômico, individual. O problema da raça (e suas derivações como o racismo e a discriminação racial) torna-se um fenômeno que precisava ser investigado e entendido na primeira metade do século XX. Inicialmente, estabelecemos um recorte no escopo da pesquisa que facilitasse a realização de uma leitura mais apurada sobre o assunto em discussão. A escolha recaiu sobre a análise do movimento social denominado Frente Negra Brasileira (FNB), um movimento que, assim como as organizações negras que o antecederam, possuía como principal objetivo a luta contra a marginalização do negro na sociedade brasileira. O objetivo da pesquisa foi, através de pesquisa bibliográfica e documental de material disponível Biblioteca Nacional e no seu website (<http://hemerotecadigital.bn.br/>), levantar as principais características do discurso utilizado pela FNB no que tange ao problema do preconceito racial no Brasil. A pesquisa abrangeu o período que vai de 1930 a 1960, e o propósito de tal análise era compreender quais soluções foram criadas para responder ao que era denominado àquela época de “problema negro”. A primeira metade do século XX, período de consolidação do modelo republicano no Brasil, assistirá, em 1931, o surgimento de um movimento social em São Paulo denominado Frente Negra Brasileira (FNB). Essa organização, assim como as organizações negras que a antecederam, possuía como principal objetivo e “bandeira” a luta contra a marginalização do negro na sociedade brasileira. Para fazer frente a tal desafio, a FNB criou seu periódico oficial, intitulado “A voz da raça”, que foi pela primeira vez publicado em 18 de março de 1933, e que se tornou o principal meio difusor das propostas e dos ideais dessa organização. A FNB é considerada como o mais importante movimento negro de massa, espalhando-se por

vários estados brasileiros (Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo e Pernambuco). O sucesso dessa estratégia de atuação social pode ser constatado pelo registro político-partidário da FNB, em 1936, e pela sua participação na campanha eleitoral republicana de 1937. O periódico “A voz da raça”, principal meio de diálogo da Frente Negra Brasileira com a população negra, se caracterizou como uma estratégia de luta dessa organização na tentativa de denunciar e demonstrar toda a discriminação que os negros sofriam. Contudo, fica evidente na análise realizada nesse periódico que há a produção de um discurso extremamente moralizante e patriótico. Dessa forma, pôde-se notar que um dos objetivos do jornal era a construção de um certo “perfil” ou “modelo ideal” do negro que se visava alcançar naquele momento. Verificase que determinadas características psicológicas e comportamentais serão definidos como ideais (aspectos como “dignidade”, “ética”, “honestidade” e “bons costumes” eram altamente valorizados).

Palavras-chave: Frente Negra Brasileira, Voz da Raça, raça, preconceito racial, psicologia

Fontes de Financiamento: PROPPI/UFF

### **Análise histórica da produção de conhecimento em psicologia no Brasil: cenários, temáticas e encaminhamentos da “Revista Psicologia: Ciência e Profissão”**

Pedro Henrique de Castro Apolinário  
Fabia Monica Souza dos Santos  
Antonia Natécia Fonseca Araújo  
Thaís Santos Fidélis  
Viviane Pereira Silva

Universidade Federal Fluminense (UFF Rio das Ostras)

Existem diferentes estratégias no processo de investigação histórica sobre práticas e saberes em psicologia, entre elas a análise da produção bibliográfica de psicólogos e psicólogas num dado período e contexto. Nosso projeto de pesquisa apoia-se na escolha de um dos veículos de difusão de conhecimentos em psicologia no Brasil, identificado por nós como de alta relevância por representar a chancela do Conselho Federal de Psicologia (CFP), tendo sido a primeira publicação sistemática editada/apoiada por esta autarquia direcionada a estudantes e profissionais da psicologia em nosso país. A “Revista Psicologia: Ciência e Profissão” (RPCP), editada pelo Conselho Federal de Psicologia desde 1979, tem sido utilizada pelo nosso grupo de pesquisa como estratégia principal no processo de compreensão da história profissional dos psicólogos brasileiros nas últimas décadas. Pensando a profissão de psicólogo a partir da produção bibliográfica da RPCP temos nos aventurado a responder algumas das seguintes questões: quem somos, onde estamos e por onde caminhamos. Nosso objetivo é o de favorecer a construção de indicadores sobre a atuação e a formação do psicólogo, em especial no que tange à sua história e às delimitações dos diferentes campos do saber psicológico. Quanto à metodologia utilizada, em uma etapa inicial da pesquisa procedemos a montagem/complementação do acervo com a totalidade dos materiais

publicados neste periódico, tendo em vista que existem algumas publicações da RPCP que não estão disponíveis através de meios eletrônicos e online. Este banco de dados é composto pela totalidade de materiais publicados (em formato PDF), com o intuito de disponibilizar para demais pesquisadores da temática amplificando assim as possibilidades de interlocução, e também por uma minuciosa planilha com o enxerto de microdados da RPCP possibilitando análises quantitativas e qualitativas do volume total de publicações (exatos 98 exemplares/edições no período de 1979 à 2013, com mais de 1.200 publicações, entre artigos, editoriais, relatos de experiências, homenageados, cartas e debates). Seguimos alguns dos caminhos já anteriormente propostos por Campos e Bernardes (2005), em artigo no qual realizam um registro da história recente da psicologia brasileira a partir das publicações da RPCP nos seus 25 primeiros anos de editoração. Expandimos algumas das apreciações realizadas, incluindo outros pontos de análise, como o perfil autoral e a distribuição temática dos artigos publicados ao longo da história da RPCP. Como alguns resultados parciais da nossa pesquisa, o aumento exponencial da produção bibliográfica revela não apenas uma ampliação/complexificação na estrutura editorial deste periódico, mas prioritariamente o alargamento dos cenários de atuação profissional, suas metodologias e possibilidades de enfrentamento, em uma direção cada vez mais social da psicologia. Enquanto ao longo da década de 1980 a produção bibliográfica é marcada prioritariamente por um perfil autoral individual, com a predominância de depoimentos que versam sobre aspectos da prática profissional da psicologia, com ênfase nas dificuldades e limitações encontradas, a partir da década de 1990 percebe-se a clara alavancada das contribuições de cunho mais teórico-epistemológico, e uma crescente ‘coletivização’ autoral. Outro aspecto identificado diz respeito a titulação e filiação institucional dos autores, marcando uma grande ‘titularização’ das publicações, indicando ainda uma supervalorização do conhecimento acadêmico, na sua grande maioria endossado por pesquisadores e docentes, em detrimento dos estudantes e profissionais das mais diferentes áreas. Com relação aos cenários de atuação e aos campos teóricos privilegiados pelas publicações deste periódico, podemos afirmar que a psicologia brasileira nas últimas quatro décadas está presente numa amplitude bastante considerável de contextos e segmentos, sendo atualmente as grandes alavancas à psicologia da saúde e à psicologia organizacional e do trabalho. Nesses 35 anos de vigência, a RPCP vem desempenhando papel crucial não apenas na difusão de conhecimentos da psicologia como ciência e profissão, mas concomitantemente vem pleiteando para o psicólogo funções e lugares cada vez mais transformadores no espectro da realidade social.

Palavras-chave: análise bibliográfica, produção de conhecimento em psicologia, Revista Psicologia: Ciência e Profissão

Fonte de financiamento: PROPPi UFF

## **Normal, anormal e patológica: gênero em revista (1930-1945)**

Cristiana Facchinetti  
Carolina Carvalho  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

O trabalho traz os resultados acumulados de pesquisas que investigaram a categoria de patologia como o contraponto necessário e dialógico do de normalidade, tal como proposto a partir da ênfase na leitura genealógica de Foucault e das provocações de Veyne, em Foucault revoluciona a história (2008). O foco da apresentação centra-se no discurso de leitores de revistas de variedades que circulam pela capital federal durante a era Vargas, compreendidos como partícipes da ação e constituição das categorias de normalidade e de anormalidade de seu tempo. As revistas foram um veículo de comunicação fundamental para a sociabilidade do período (Martins, 2001, p. 565), sendo partícipes de mudanças sociais liberais no que se refere ao papel de gênero (Hahner, 1981), apesar do seu papel, comumente ressaltado, de agente da política estatal, já que o governo de Getúlio Vargas incentivou fortemente a ampliação dos meios de comunicação e deu espaço crescente à indústria do lazer por compreender a cultura como suporte da política (Ferreira e Delgado, 2003). Assim, a análise visa permitir que se acesse os diferentes significados de normalidade para papéis de gênero em um período de grande ampliação do público-leitor. Para o empreendimento, as fontes selecionadas foram revistas de grande circulação em diferentes cidades brasileiras, como A Cigarra, Jornal das Moças, Fon-fon, Revista da Semana, Vamos Lêr! e Carioca. Por meio da análise de trocas de correspondência entre leitores e colunistas, buscamos demonstrar a diversidade das experiências de homens e mulheres urbanos frente às normas médico-mentais propostas por propagandas higiênico-mentais e eugênicas, questionando a apropriação dos modelos de comportamento nos processos de construção de identidade e formas de sociabilidade (Soihet, 1997b). O recorte se inicia quando o Serviço de Assistência passara a se encarregar de todos os anormais, tanto alienados quanto aqueles que estivessem em risco de adoecer, cuidando, e principalmente, prevenindo contra o adoecimento da nação (decreto lei nº 17805 de 27/5/1927). É a partir deste período que a medicina mental é chamada pelo Estado a se imiscuir não apenas nas questões dos alienados da razão, mas participa dos esforços de delinear relações, normas e modelos de comportamento em prol do desenvolvimento de cidadãos sadios e modernos. No que diz respeito ao processo emancipatório das mulheres, o período escolhido abarca também uma época de crítica aos valores tradicionais, produtora de uma crise de identidade (Berger, 1975; Neves, 2010) que termina por permitir mudanças nas subjetividades, em especial nas urbanas. A partir de 1930, Vargas incorporou ao novo Código Eleitoral o direito de voto à mulher nas mesmas condições que aos homens (alfabetizados). O Brasil passava a ser o quarto país das Américas a conceder o voto às mulheres (Duarte, 2003), ainda que estas só tenham exercido, de fato, o direito conquistado na eleição de 1945, quando termina o recorte temporal. Na conclusão, o trabalho demonstra que em um tempo de muitas mudanças e muitas reviravoltas políticas e sociais, a questão de gênero foi ganhando novas leituras, sendo negociada nas relações entre médicos e sociedade. Se a medicina mental passara a se ocupar dos cidadãos livres e buscavam elaborar para estes um modelo de normalidade implementado cientificamente e difundido pelas áreas da saúde, educação e por políticas científico-estatais, tem-se por outro lado que as categorias de mulher moderna / homem moderno abriram espaço para muitas negociações e acomodações



frente a tais modelos (Freire, 2006). Assim, há uma paulatina psicologização da sociedade, mas esta é apreendida apenas de forma seletiva, e disputa lugar na conformação das identidades com outros saberes sobre o humano, como a antropologia física, a grafologia, a quiromancia, a religião e a penologia, por exemplo.

## **Sessão 16. Psicologia, psiquiatria, neurociências**

### **O IPUB e o Programa de Ansiedade e Depressão: a recepção da psiquiatria biológica**

Marcela Peralva Aguiar  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

Desde seu nascimento, a psiquiatria se constitui como disciplina pertencente ao campo médico, sem jamais ter se enquadrado completamente em sua metodologia. Assim, ora é propagada como uma especialidade médica, fundada no conhecimento objetivo das causas físicas e dos quadros psicopatológicos, ora como uma “medicina especial”, voltada para o entendimento das causas morais, que abarcam fatores psicológicos, sociais e culturais das perturbações da mente. Desse modo, percebemos no final do século XIX grande influência no campo psiquiátrico de teorias que tentavam explicar a doença mental a partir de fatores exclusivamente biológicos, hereditários. A partir do segundo pós-guerra, estas teorias de cunho fisicalista saem de cena e ganham destaque as teorias de cunho moral-humanista, que percebiam a doença mental como uma doença multifatorial. Ao final do século XX, ocorre novamente a ascensão das teorias fisicalistas, que buscam tratar as questões psiquiátricas a partir de referenciais exclusivamente biológicos. É um consenso entre diversos autores, que a vertente denominada Psiquiatria Biológica ascende no cenário psiquiátrico mundial com a publicação da terceira versão do DSM – Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders –, em 1980, que retira a nomenclatura psicanalítica de seu escopo classificatório e passa a se basear em critérios descritivos e objetivos de análise, deixando de fora a discussão acerca da etiologia das doenças psiquiátricas. Neste trabalho, pretendemos analisar a maneira como a Psiquiatria Biológica e o tratamento psicofarmacológico – que é a sua principal via de tratamento – se consolidam no Programa de Ansiedade e Depressão do Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ). Este Programa se mostrou relevante para nosso estudo por adotar, desde sua fundação, a orientação da vertente biológica em suas pesquisas. Ele foi fundado em 1984, pelo psiquiatra Márcio Versiani e era financiado por agências governamentais, pela própria Universidade e por indústrias farmacêuticas. Seu objetivo é realizar pesquisas voltadas para a delimitação de diagnósticos e seus respectivos tratamentos farmacológicos com base nos critérios do DSM-III e de suas sucessivas edições. A finalidade maior destas pesquisas é a organização de um banco de dados que possa servir de referência para os profissionais da saúde. O estudo deste Programa visa à compreensão de seu contexto de fundação, à identificação dos principais nomes ligados a ele – fundadores e membros – e à compreensão de sua abordagem teórica e prática da Psiquiatria Biológica, o que inclui o modo de funcionamento de suas pesquisas. Para tanto, apresentaremos inicialmente a história do Instituto de Psiquiatria

da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPUB/UFRJ) a partir da história de seus diretores, devido às marcas particulares que cada um imprimiu à instituição. Em seguida, apresentaremos a inserção do Programa de Ansiedade e Depressão neste contexto institucional. O recorte temporal da nossa pesquisa compreende o período de 1984 a 1998. Para realizarmos esta empreitada nos desprendemos o máximo possível de concepções preestabelecidas e nos dedicamos a entender o Programa, sua metodologia de trabalho e a relação entre seus membros a partir de seu modo de conceber a psiquiatria, a pesquisa, a ciência, a doença e o tratamento. Além disso, intencionamos perceber seus discursos como pertencentes a uma rede complexa, que interliga uma série de atores, instituições e campos de saber que transcendem em muito ao IPUB e à própria psiquiatria. Como referencial teórico dois autores foram selecionados: Ludwik Fleck e Bruno Latour. No caso de L. Fleck pretendemos apreender suas análises acerca da construção do conhecimento científico que dedica especial atenção à construção do conhecimento médico, que possui particularidades em relação aos outros campos do conhecimento, que acreditamos ser ainda mais acentuadas no caso da psiquiatria, nosso objeto de estudo. Em suma, neste trabalho intencionamos refletir acerca da história e dos dilemas enfrentados atualmente no “campo psi” do Rio de Janeiro a partir da análise deste contexto institucional específico.

### **Dispersão das neurociências no Brasil: Miguel Rolando Covian**

Rodrigo Lopes Miranda

Marina Massimi

Anette Hoffmann

Universidade de São Paulo (USP-Ribeirão Preto)

Nosso objetivo é apresentar aspectos vinculados à produção e dispersão de saberes neurocientíficos vinculados ao neurofisiologista argentino Miguel Rolando Covian e seu laboratório na Universidade de São Paulo, campus Ribeirão Preto (USP-RP). Nos apropriamos da “biografia contextualizada” como recurso metodológico para realização do estudo com fontes impressas e iconográficas. Nosso estudo dialoga com produções historiográficas sobre a psicologia e as neurociências, que buscam compreender a circulação de saberes e práticas “neuro” em diferentes localidades. Esses estudos tem enfocado as condições de produção e circulação desses saberes a partir da década de 1950, momento de institucionalização sistematizada das neurociências ao redor do mundo. Nosso recorte temporal compreende o período em que Covian foi chefe do Departamento de Fisiologia da Faculdade de Medicina da USP-RP (FMRP-USP), 1955 a 1974. Covian graduou-se em Medicina na Universidade de Buenos Aires em 1942. Após sua graduação, atuou em dois períodos no Instituto de Biologia y Medicina Experimental: como pesquisador (1945-1948) e como diretor do laboratório de neurofisiologia (1952-1955). Nesse período, teve relações próximas com Bernardo Houssay e Eduardo Braun-Menéndez. Entre 1948 e 1951 realizou estudos de pós-doutoramento nos Estados Unidos da América (EUA) na John Hopkins University. Ele permaneceu esse período trabalhando sob a orientação de Curt Richter e, posteriormente, de Philip Bard. Nessa universidade, formou-se mais fortemente no campo das neurociências. Por exemplo, ele atuou em pesquisas sobre mudanças no

comportamento vinculadas a condições de estresse. Em 1955, Covian mudou-se para o Brasil à convite de Zeferino Vaz para assumir a chefia do Departamento de Fisiologia e instalar um laboratório de neurofisiologia. As atividades que ele desenvolvia coadunavam com aquilo que ele indicava como os fins da universidade: ela deveria ser um centro de pesquisa e ensino, além de promover serviços à sociedade. Seu laboratório advogava a criatividade e o livre pensamento como ferramentas indispensáveis para o exercício científico. Isso nos sugere controvérsias nos debates científicos corridos na Argentina e no Brasil, uma vez que em ambos os países ele experimentou governos ditatoriais com contornos militares. O laboratório foi uma ferramenta de ensino e pesquisa vinculada, especialmente, a três tópicos: (i) relação comportamento e emoção; (ii) comportamento alimentar e de ingestão de líquidos; e (iii) bases neurais do comportamento. Essas áreas compunham aquilo que ele denominava como um de seus principais interesses: interrelação cérebro-mente. A partir dessas áreas e dos designs experimentais de suas publicações, vemos aspectos do desenvolvimento institucionalizado das neurociências no Brasil. Esses aspectos sugerem relações entre neurociências e psicologia, especialmente com aspectos vinculados à psicologia experimental. Primeiramente, identificamos instrumentos que também eram recorrentemente utilizados pela psicologia experimental do período: amplificadores, aparelho estereotáxico, caixas de Skinner, controladores de tempo, estimuladores eletrônicos e pneumógrafos. Esses aparatos foram importados com verbas da Fundação Rockefeller ou construídos no Departamento. Em segundo lugar, notamos aspectos vinculados à psicologia experimental quando observamos alguns conceitos utilizados, tais como condicionamento operante e comportamento reflexo. Por fim, o laboratório de Covian formava rede de pesquisadores que se consolidariam como importantes no campo das neurociências. Por exemplo, Maria Lico, Frederico Graeff e José Antunes-Rodrigues. Diante desse conjunto de características, estimamos ter apresentado aspectos vinculados à produção e dispersão de saberes neurocientíficos no país, a saber: tópicos de pesquisa, fontes de financiamento, agente humanos e não-humanos, formação de pesquisadores, etc. Isso ocorreu a partir da atuação de um personagem promissor para histórias da interface entre neurociências e psicologia no país: Miguel Covian. Além disso, apresentamos informações que podem contribuir com estudos futuros em temas correlatos, tais como a história da psicologia, da neurofisiologia e das neurociências.

Fontes de Financiamento: FAPESP (2013/22946-3) e CNPq

### **Uma história da reforma psiquiátrica no Brasil: o percurso na cidade de Montes Claros**

Amanda Ferraz Oliveira  
Andrea Maria Guisoli Mendonça  
Faculdades Integradas Pitágoras (FIPMoc – Montes Claros, MG)

O presente trabalho é uma pesquisa bibliográfica e teve como objetivo discutir a concepção, avaliação e construção da Reforma Psiquiátrica no Brasil, dando ênfase na cidade de Montes Claros, passando por temas como a luta antimanicomial, especificando e problematizando todas as suas questões, desde a ideia inicial até as medidas que já foram tomadas com o objetivo de oferecer melhores condições aos

pacientes com sofrimento mental. A reforma do modelo de assistência em saúde mental, conhecida como reforma psiquiátrica, propõe a reinserção social e a assistência integral ao paciente. Além disso, prevê que a internação em hospital seja o último recurso no tratamento de doenças mentais. Considerada um processo político e social complexo, a Reforma Psiquiátrica é composta por atores, instituições e forças de diferentes origens, e que atua em inúmeros territórios, como os governos federal, estadual e municipal, no meio acadêmico, nos serviços de saúde, nas associações de pessoas com transtornos mentais e seus familiares, nos movimentos sociais, no imaginário social e na opinião pública. Compreendida como um conjunto de transformações de práticas, saberes, valores culturais e sociais, é no cotidiano da vida das instituições, dos serviços e das relações interpessoais que o processo da Reforma Psiquiátrica avança, marcado por impasses, tensões, conflitos e desafios. A vinda de Basaglia ao Brasil trouxe uma forte e decisiva influência na trajetória da reforma psiquiátrica. Após a vinda de Basaglia ao Brasil, começa a ser adotado o termo “desinstitucionalização” e são implantadas diversas formas de tratar o sujeito. Seguindo essa perspectiva, a clínica deixa de ser um cárcere, para tornar-se invenção de possibilidades, produção de subjetividades e inserção social. O louco, antes excluído da cidadania, incapaz de obra ou de voz, agora tona-se sujeito, e não objeto de saber. Como resultados, pode-se verificar que até o ano de 2000 o serviço de saúde mental de Montes Claros funcionou como um ambulatório. Em 2001 começaram a serem implantados os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS II para tratamento de transtorno mental e CAPS ad – Centro de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas para tratamento da dependência de álcool e outras drogas. No ano de 2005 foi realizada uma primeira tentativa de criação do Centro de Atenção Psicossocial para infância e adolescência (CAPSi), no andar superior do prédio onde funcionava o CAPS II. Esse serviço estava a cargo de uma psiquiatra infantil e uma psicóloga, que atendiam apenas crianças e adolescentes. Atualmente, Montes Claros possui dois serviços substitutivos para subsidiar a rede de saúde mental recomendados pela Reforma, um CAPS II e um CAPSad (Centro de Atenção Psicossocial de álcool e drogas). Além disso, ações de saúde mental na atenção básica são consideradas fundamentais já que os CAPS, importantes dispositivos para a organização da rede de atenção em saúde mental, não são os únicos tipos de serviços de saúde mental existentes. A história da reforma psiquiátrica Brasileira e Montesclarenses passou por várias etapas, e sempre houve algumas dificuldades nesse processo. Com a pesquisa pode-se acrescentar que existiram vários colaboradores para que o sistema manicomial acabasse, e outros sistemas institucionais foram criados para o melhoramento no tratamento com os doentes mentais. Pode-se observar, além disso, que os “loucos” sempre foram colocados à margem da sociedade e como pessoas não dotadas de razão. Eles também foram privados da sua subjetividade, tiveram sua identidade roubada no momento em que foram trancafiados nos manicômios. Conclui-se que esses serviços avançaram e contribuíram para modificar o tratamento, porém esse campo requer dos seus atores uma constante mobilização para melhorias, tendo como principal objetivo a melhora do paciente.

Palavras-chave: reforma psiquiátrica, luta antimanicomial, Montes Claros, serviços substitutivos

## **O Hospício de Pedro II e a sociedade imperial: hierarquias sociais e redes de interdependência (1852-1889)**

Daniele Corrêa Ribeiro  
Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

O trabalho a ser apresentado consiste no andamento do projeto de tese de doutorado, que está sendo desenvolvido junto ao Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. O projeto de pesquisa apresenta-se como desdobramento analítico e ampliação de recorte temporal da dissertação de mestrado, apresentada neste mesmo Programa, como fruto de pesquisa desenvolvida com base em fichas de entrada do Hospício de Pedro II (HPII) e seus anexos. O objetivo principal da tese é analisar a instituição, tomando-a como um espaço de interseção entre grupos sociais com interesses e envolvimento diferenciados, onde se destacam: médicos generalistas, alienistas e higienistas, adeptos de diferentes concepções sobre a relação entre o físico, o psíquico e o moral; o Imperador Pedro II, responsável pela fundação da instituição; a irmandade da Misericórdia; elites provinciais; pacientes de diferentes estratos sociais, inclusive escravos e seus senhores; as polícias da corte e das províncias; o aparelho judiciário; familiares e suas redes clientelares. Trata-se, portanto, de perceber essa instituição como uma espécie de microcosmo da sociedade imperial brasileira, analisando como as hierarquias sociais se reproduziam, eram reformuladas, perpetuadas e negociadas a partir daquele espaço, foco de disputa dos mais diversos interesses. Para tanto, daremos continuidade e aprofundaremos o estudo do perfil dos internos de tal instituição, iniciado com o mestrado, que se restringiu aos anos de 1883 a 1889. O atual recorte da pesquisa abará desde a inauguração da instituição, em 1852, até o ano de 1889, quando o Hospício sofreu alterações importantes em sua administração. O objeto desta tese é o próprio Hospício de Pedro II. No entanto, não se trata de uma análise isolada desta instituição, uma vez que buscaremos tratá-lo como espaço importante para a análise da sociedade que o constituiu e esteve a ele relacionada. Para isso, daremos ênfase ao estudo da população interna e das relações entre os vários indivíduos e grupos sociais que, de alguma forma se relacionaram com a instituição. Nesse sentido, estaremos atentos à lógica de funcionamento do Hospício, especialmente no que tange às hierarquias sociais e as formas de sociabilidade que marcaram a sociedade imperial. O argumento aqui apresentado se difere da bibliografia existente especialmente em relação aos atores centrais na análise. Até o momento, o hospício tem sido analisado como um projeto médico único, voltado para o controle social. A exceção a esse tipo de análise foi o trabalho de Monique Gonçalves, que demonstrou a complexidade do pensamento médico psiquiátrico neste contexto, contrariando a ideia de um projeto único. Além de ratificar estas disputas do campo científico, traremos à análise outras relações que estavam imbricadas naquela instituição, vista aqui como tensionada por forças sociais distintas e cambiantes na sociedade imperial. Atribuímos a novidade desta análise, em relação às demais, ao corpus teórico em que está embasada. Enquanto a maior parte dos estudos sobre a história da psiquiatria no Brasil e o Hospício de Pedro II se apoiou em uma visão mais rígida da ideia de controle social que teria, então, sido exercido pela elite médica da Corte, buscamos nos alinhar com outras vertentes. Em consonância com estes autores, especialmente Robert Nye e Rafael Huertas, temos trabalhado com a ideia de controle como relação de forças. Partindo desta visão é que temos deslocado o foco de análise, antes centrado apenas nos médicos, para os internos, seus responsáveis legais e o corpo administrativo. O destaque dado a esses atores

sociais nos permite não apenas renovar a análise do papel desempenhado por aquela instituição para as relações sociais na sociedade imperial, como amplia o debate sobre a própria ciência psiquiátrica. Em paralelo com novos estudos da história das ciências, buscaremos tratar os médicos em sua complexidade, que envolve tanto a perspectiva científica assumida quanto outras identidades sociais fundamentais para os lugares que ocupavam em relação à instituição.

Palavras-chave: Hospício de Pedro II, clientelismo, Santa Casa de Misericórdia, história da psiquiatria

Fonte de financiamento: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)

### **A psicologia nos Arquivos de Medicina Legal e Identificação**

Igor Teo Rodrigues  
Luiz Eduardo Veras Lopes Pontes  
Beatriz Lima Costa  
Ana Maria Jacó-Vilela  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Cada sociedade constrói as suas próprias regras que regulamentam a interação entre seus indivíduos, mantendo possível e coesa a vida social. À medida que estas regras não são seguidas cada sociedade possui também o seu próprio modo de lidar com aqueles que a transgridem. Nos tempos finais da Idade Média eram muito comuns extremos suplícios ao corpo em público como forma de punição aos transgressores. Com o passar do tempo, houve uma humanização da pena, utilizando-se meios menos espetaculares na punição, e chegando a mudar o seu sentido: punir não para vingar, mas para corrigir. Mas será que isto significa uma evolução? Será que com o passar do tempo nos tornamos mesmo mais “humanos”, como Beccaria e os defensores desta proposição pensavam? Segundo Foucault, há uma virada do pensamento onde é preciso prescrever táticas específicas sobre os criminosos, e, portanto, possuir antes um saber sobre eles. Ou seja, é necessário medir e calcular este sujeito, para ser possível encontrar para cada crime o castigo que convém, a desvantagem precisa que torne o delito sem atração. A lei deve parecer uma força natural, consequência óbvia, mascarando o poder que a outorga. Surge também a ideia do delinquente, que difere do infrator. Enquanto o infrator é aquele que rompe com a lei ao cometer o crime, o delinquente é aquele que traz em sua biografia a natureza do crime. É como se o criminoso já existisse antes do crime, e cometer infrações seria apenas a consequência de sua natureza delinquente. No contexto brasileiro, ao final do século XIX e no início do século XX, clássicos (também chamados liberais) e positivistas disputavam no Brasil o monopólio da verdade sobre a “natureza humana” e o direito de intervenção na sociedade. A escola clássica está ligada historicamente à burguesia, ao liberalismo, à defesa da propriedade privada e ao individualismo. Suas principais características são a defesa do livre-arbítrio absoluto e a tentativa de definir a moralidade dos fatos. O indivíduo é entendido como um ser racional totalmente responsável por suas ações, com absoluta liberdade de escolha. A

pena teria a função de separar o indivíduo da sociedade e requalificá-lo como sujeito de direito através do castigo. A escola positivista, por sua vez, tinha uma de suas principais metas a eliminação do que chamavam de “metafísica do livre-arbítrio” e a formulação de uma ciência positiva da sociedade com a tarefa de erradicar o crime. Para os positivistas, o indivíduo não seria racional, agindo livremente, mas produto do meio genético e social. Importava à ciência descobrir as causas que conduziam ao crime. Noções de normal e patológico tornaram-se importantes ao se considerar homens normais como “bons” e comportamentos desviantes como patológicos. O crime deixava de ser uma questão de moralidade para ser uma questão médica, psicológica e sociológica, surgindo também a ideia do criminoso nato, com uma disposição natural para o crime. É no contexto de disputa entre estas duas visões que aparecerá a revista Arquivos de Medicina Legal e Identificação, cujas publicações defenderão, sobretudo, a visão positivista. Nossa pesquisa tem como objetivo investigar as relações entre os saberes psi e as instituições judiciárias no início do século XX, principalmente no contexto do Rio de Janeiro. Para alcançar esse objetivo, optou-se pelo levantamento e análise de documentos. Estes se referem às dezenove edições do periódico Arquivos de Medicina Legal e Identificação (AMLI), meio de divulgação do Instituto de Identificação do Rio de Janeiro do período de 1931 à 1940, sob a direção de Leonídio Ribeiro. Em um período influenciado pelo movimento higienista, havia uma grande preocupação em relação à moralidade e os vícios sociais, e, no afã socioeconômico de medir, diferenciar e classificar indivíduos, os saberes psi aparecem como ferramentas. A identificação civil se insere neste período como um esforço científico de controle social. Numa época de grande preocupação da polícia com a “vadiagem”, a medicina legal e o parecer médico sobre os detidos diziam se estes estavam aptos ou inválidos para o trabalho. A política de identificação foi ainda um meio de prover um diagnóstico da criminalidade do Rio de Janeiro, através da identificação de criminosos e potenciais criminosos. Como primeiros resultados, em alguns textos, percebe-se por exemplo, a introdução da psicanálise como forma de interpretar os fenômenos, sendo a partir dela proposta uma pedagogia cultural de base psicanalítica como solução. Também mapeamos as áreas de atuação dos autores e os assuntos mais presentes.

Fonte de financiamento: UERJ, CNPq e FAPERJ

## ÍNDICE REMISSIVO DE AUTORES

### A

Adelaide Lucimar Fonseca Chaves, 11, 92  
Adjane da Silva Batista, 10, 67  
Adriana Amaral do Espírito Santo, 4, 9, 57  
Aldier Félix Honorato, 10, 79  
Alexandre de Carvalho Castro, 4, 6, 8, 11, 17, 37, 88  
Amanda Ferraz Oliveira, 14, 130  
Ana Carolina de Azevedo Guedes, 8, 50  
Ana Maria Jacó-Vilela, 3, 4, 7, 8, 9, 13, 15, 40, 43, 57,  
105, 133  
Ana María Talak, 17  
André Luís de Oliveira de Sant'Anna, 8, 37  
Andrea Maria Guisoli Mendonça, 14, 130  
Andrés Fernando Ramirez Velandia, 7, 31  
Andressa Maciel Correa, 10, 67  
Anette Hoffmann, 14, 129  
Anna Beatriz de Sá Almeida, 8, 50  
Annette Müllberger, 4, 7, 21  
Antonia Natécia Fonseca Araújo, 14, 125  
Antonio Ricardo Penha, 8, 39  
Arthur Venuto Lopes Viana, 7, 36

### B

Bárbara Albuquerque Pereira, 12, 101  
Beatriz Lima Costa, 4, 14, 133  
Bruno Andrés Jaraba Barrios, 4, 7, 11, 14, 86, 117

### C

Camila Soares Carbogim, 7, 33  
Carl Ratner, 9, 16  
Carla Luiza Oliveira, 11, 92  
Carlos Cássio C. Silva, 12, 100  
Carlos Henrique de Souza Gerken, 7, 11, 12, 36, 84,  
94  
Carolina Carvalho, 14, 127  
Carolina Farias-Carracedo, 4, 10, 73  
Carolini Cassia Cunha, 10, 69  
Christiane Maria Costa Carneiro Penha, 8, 39  
Cintia Fernandes Marcellos, 7, 35  
Cristiana Facchinetti, 4, 9, 14, 58, 61, 127  
Cristianne Almeida Carvalho, 11, 82

### D

Daniele Corrêa Ribeiro, 14, 132  
Danielle Abrantes Campos Lima, 11, 84  
Dayanna Salomão, 11, 92  
Dayse de Marie Oliveira, 4, 8, 9, 40

### E

Ede Conceição Bispo Cerqueira, 12, 96  
Edinara Michelon Bisognin, 11, 89  
Eliane Cadoná, 11, 14, 83, 89, 121  
Érica Arruda Peluzio, 10, 62  
Ernesto Venturini, 11, 92

### F

Fabia Monica Souza dos Santos, 14, 125  
Fábio Medeiros Massière, 10, 77  
Fernando Lacerda Júnior, 8, 9, 14, 26, 44, 47, 52, 123  
Fernando Polanco, 7, 10, 12, 63, 97  
Filipe Degani-Carneiro, 4, 12, 14, 106, 120  
Flávio Vieira Curvello, 10, 78  
Francisco Teixeira Portugal, 4, 6, 8, 18, 45

### G

Gabriel Silveira Mendonça, 8, 47  
Gervásio de Araújo Marques da Silva, 14, 123  
Gláucia Rodrigues da Silva, 8, 48

### H

Helena Scarparo, 11, 14, 83, 121  
Helio Carpintero, 7, 26  
Hélio Rebello Cardoso Júnior, 8, 54  
Henrique Galhano Balieiro, 11, 92  
Hernani Pereira dos Santos, 10, 75  
Hildeberto Vieira Martins, 4, 7, 8, 10, 14, 21, 41, 64,  
124  
Hugo de Nilson Damasceno, 8, 41  
Hugo Klappenbach, 4, 6, 21, 118  
Hugo Leonardo Rocha Silva da Rosa, 9, 11, 56, 93

### I

Igor Teo Rodrigues, 4, 15, 133  
Ilze José Rocha, 10, 67

### J

Joan Sebastian Soto Triana, 12, 103  
João Henrique Queiroz de Araujo, 53  
Juan Alberto Litmanovich, 13, 29  
Juliana Ferreira da Silva, 4, 10, 72  
Juliana Gonçalves Blaser, 8, 49  
Julio Cesar Cruz Collares da Rocha, 4, 8, 45



## K

Karen Nunes Montes D'Oca, 11, 14, 83, 121  
Karina Oliveira Martins, 8, 44  
Kátia Barbosa da Silva Perez, 8, 39

## L

Larissa Rodrigues Moreira, 8, 52  
Leandro Barreiros, 4, 10, 68  
Lelio Fernando Martins, 10, 67  
Luciana Oliveira de Jesus, 11, 14, 83, 121  
Luís Henrique da Costa Leão, 11, 88  
Luiz Diego Sacramento do Carmo, 11, 90  
Luiz Eduardo Prado da Fonseca, 9, 56  
Luiz Eduardo Veras Lopes Pontes, 4, 14, 133  
Luiz Fernando Dias Duarte, 15, 16

## M

Maira Allucham Goulart Naves Trevisan  
Vasconcellos, 4, 10, 73  
Marcela Peralva Aguiar, 14, 128  
Marcelo Henrique Nogueira Diana, 10, 60  
Márcia Antonia Piedade Araújo, 11, 82  
Márcio Luis Costa, 20  
María Andrea Piñeda, 9, 12, 27, 98  
Maria Claudia Novaes Messias, 4, 105  
Maria Cláudia Novaes Messias, 4, 8, 12, 43  
María Eugenia González, 11, 81  
Maria Gláucia Pires Calzavara, 11, 90  
Maria Lucia Boarini, 8, 10, 48, 70  
Maria Lúcia Boarini, 13, 28  
Maria Stella Brandão Goulart, 4, 11, 92  
Mariana Ribeiro Starling Diniz Freitas, 14, 124  
Marília Novais da Mata Machado, 12, 94  
Marina Massimi, 14, 116, 129  
Marlene Neves Strey, 14, 121  
Maycon Correa Pinto, 11, 93  
Miguel Gallegos, 14, 114  
Murilo Galvão Amancio Cruz, 8, 54  
Murilo Silva Lanes Luz, 14, 124

## N

Nádia Maria Dourado Rocha, 7, 9, 22, 26  
Nathalia Tomines Ferreira Nascimento, 10, 64  
Nayla Viana da Silva, 12, 100

## P

Pablo Vinícius Martins Pacheco, 10, 79  
Patricia Scherman, 12, 98  
Pedro Fornaciari Graboys, 14, 120  
Pedro Henrique Costa de Resende, 13, 113  
Pedro Henrique de Castro Apolinário, 14, 125  
Pedro Menezes Moraes, 11, 93  
Priscila Regina Oliveira Regassi, 10, 70

## R

Rafael Castro, 9, 58  
Rafael Ostrovski, 11, 93  
Rayssa Maluf de Souza, 7, 33  
Renato Materelli, 11, 92  
Rodolfo Luís Leite Batista, 11, 12, 84, 94  
Rodrigo de Oliveira Dantas, 12, 100  
Rodrigo Lopes Miranda, 4, 14, 129  
Ronald Clay dos Santos Ericeira, 4, 7, 13, 32, 112  
Rosa Falcone, 7, 12, 23, 102  
Rubén Ardila, 6, 20

## S

Sandro Rodrigues Gontijo, 14, 116  
Saulo de Freitas Araujo, 6, 7, 8, 10, 13, 20, 33, 35, 49,  
79, 107  
Sérgio Domingues, 4, 10, 62  
Sergio Gomes da Silva, 14, 118  
Sérgio Ribeiro de Almeida Marcondes, 9, 59

## T

Tais de Lacerda Gonçalves Massiére, 10, 74  
Thaís Santos Fidélis, 14, 125  
Thiago Constâncio Ribeiro Pereira, 13, 107  
Tomás Caycho Rodríguez, 6, 10, 19, 66

## V

Veronica Torres Gurgel, 13, 109  
Victor Cumplido, 11, 93  
Victor de Freitas Henriques, 13, 110  
Viviane Pereira Silva, 14, 125

## W

Walter Melo Junior, 13, 113